

INTERAÇÕES COMUNITÁRIAS

Euclides Moreira Neto

INTERAÇÕES COMUNITÁRIAS

São Luís



EDUFMA

2019

Copyright © 2019 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Profa. Dra. Nair Portela Silva Coutinho
Reitora

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Esnel José Fagundes

Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva

Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha

Profa. Dra. Andréa Dias Neves Lago

Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima

Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire

Prof. Me. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz

Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos

Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi

Capa e Diagramação

Kerly Ferreira (krcpereira@gmail.com)

Fotos da Capa

Djalma Raposo

Revisão

Sabina Carneiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Elaborada pela Biblioteca da Edufma

Moreira Neto, Euclides.

Interações comunitárias / Euclides Moreira Neto. — São
Luís: EDUFMA, 2019.

158 p.

ISBN: 978-85-7862-914-4

1. Crônicas – Maranhão. 2. Gestão pública – Análise - São
Luís. I. Título.

CDD 869.098 121 94

CDU 821.134.3(812.1)-94

Elaborada pela bibliotecária Marcia Cristina da Cruz Pereira
CRB-13 / 418

Para meus alunos e colegas do Departamento de Comunicação Social/UFMA, agradeço pela oportunidade que me deram de conviver com a diversidade de posturas pessoais únicas, mas sempre em busca de valores éticos e por dias melhores no nosso campo de atuação.

Dedico esta coletânea, especialmente, para as irmãs Sabina e Rosária Dias Carneiro, que sempre me acolheram e interagiram proativamente com as minhas demandas. Eternamente agradecido a ambas.

“Não há poder maior no mundo que o do tempo: tudo sujeita, tudo muda, tudo acaba.”

Padre Antônio Vieira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
PREFÁCIO.....	19
REPETECO INCONGRUENTE DO PODER JUDICIÁRIO PENALIZA A CULTURA CARNAVALESCA.....	21
DECISÃO SÁBIA DO GOVERNO RESTABELECE ATUAÇÃO DOS CAMPOS CULTURAL E TURISMO.....	26
CONTO PARA NINAR GENTE MIÚDA E ENFURECER GENTE GRANDE.....	33
DECORAÇÃO SUPER, MAS A PROGRAMAÇÃO NEM TANTO...	36
RELIGIÃO E A DECORAÇÃO JUNINA: VIVA OS SANTOS FESTEIROS, VIVA NOSSO SÃO JOÃO.....	38
SALVE, SALVE, O MUSEU DA GASTRONOMIA MARANHENSE.....	40
CHEGOU O NOSSO GUARNICÊ DE CINEMA. É HORA DE REUNIR A RAPAZIADA DO AUDIOVISUAL.....	43
DANÇAS JUNINAS MARANHENSES CONSIDERADAS DE SEGUNDA SÃO PENALIZADAS COVARDEMENTE.....	46
IGNORAR UM SEGMENTO POPULAR É PERDER EM TODO CONJUNTO.....	49
CULTURA POPULAR: A FESTAÇÃO NÃO ISOLA AS CONTRADIÇÕES DO SISTEMA POLÍTICO E SOCIAL.....	52
PRORROGAÇÃO DA FESTA JUNINA É UMA MEDIDA SÁBIA E OPORTUNA.....	56
SÃO LUÍS É A CAPITAL NACIONAL DO BUMBA MEU Boi (BMB).....	59
ENTENDA POR QUE DEVEMOS ACABAR COM O ABRIGO DO LARGO DO CARMO.....	62

EM FAVOR DE MORADIA PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS NO CENTRO HISTÓRICO LUDOVICENSE.....	68
PARA NÃO DIZEREM QUE NÃO FALEI DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	71
PASSEIOS E SARAUS POÉTICOS NO CENTRO HISTÓRICO...74	
O FESTIVAL DOS BOIS DE ZABUMBA À BEIRA DO PRECIPÍCIO	78
ENCONTRO DE MIOLOS DE BOI ENCANTA O POVO NA PRAIA GRANDE.....	81
COMO A “FEIRINHA SÃO LUÍS” TORNOU-SE REFERÊNCIA DE UMA GESTÃO.....	85
ALUGUÉIS E FALTA DE MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS: DESPERDÍCIOS INEXPLICÁVEIS DO PODER PÚBLICO.....	89
MERCADO CENTRAL EM ESTADO DEGRADANTE COMPROMETE A SOCIABILIDADE LUDOVICENSE.....	93
CIRCO E ALEGRIA: OLHA O PALHAÇO NO MEIO DA RUA!	98
GESTÃO POLÍTICA: UNIÃO DE PODERES É BENÉFICA OU ESTRATÉGIA ELEITOREIRA?	102
CENSURA: A NOVA ORDEM REACIONÁRIA QUE INIBE A LIVRE CRIAÇÃO ARTÍSTICA NO BRASIL	108
PROGRAMA “NOSSO CENTRO” PROMETE REVITALIZAR O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS.....	114
UNIVERSIDADES: O PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO ASSUSTA O CAMPO ACADÊMICO.....	118
MARANHÃO: ADESÃO À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL DEVERIA SER MELHOR FESTEJADA	123
IPHAN: INTERVINDO PARA RESGATAR O PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E CULTURAL DE SÃO LUÍS	128
RECOMEÇAR A ROTINA DEPOIS DAS FÉRIAS.....	134

TEMPLOS RELIGIOSOS DE SÃO LUÍS EM SITUAÇÃO DEGRADANTE	137
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRESERVAR PATRIMONIAL ARQUITETÔNICO DE SÃO LUÍS E A DESCONFIANÇA MERITORIA.....	143
O SEGUNDO SEMESTRE INICIANDO NAS UNIVERSIDADES COM UMA AVALANCHE DE DÚVIDAS.....	147
SÃO LUÍS: NOSSA CAPITAL CHEGA A 407 ANOS EM MEIO A QUIMERAS E TEMORES.....	151
REFERÊNCIAS.....	155

APRESENTAÇÃO

Quando resolvi reunir os meus textos opinativos para compor este livro, me preoquei em conceituar o título escolhido para justificar sua aplicação. Decidi, Então, recorrer ao dicionário para melhor explicar minha escolha e descobri que “Interação” trata-se de um substantivo feminino que significa “Influência recíproca entre uma coisa e outra, entre uma pessoa e outra: a interação da teoria e da prática” (<https://www.dicio.com.br/interacao>) , portanto esse conceito se adequa, segundo minha visão de analista crítico, ao que eu estava a fazer com minha função de formador de opinião e difusor de conceitos que envolvem diversos agentes sociais e culturais atuantes no meio comunitário.

Explanei minha opinião, pois ainda me sinto influenciador e capaz de orientar, guiar, dirigir, propor soluções e formar correntes de opiniões dentro do meu convívio social. Portanto, esses atributos são exercícios e habilidades que cabem ao profissional graduado do campo da Comunicação como tão bem aprendi com as orientações de Luiz Beltrão, José Marques de Melo, José Martir e tantos outros que partilharam seus ensinamentos no meu tempo acadêmico e aos quais sou muito grato por ter partilhado seus conselhos, ensinamentos e teses acadêmicas.

Como estou utilizando estes meu textos na primeira pessoa e estou a caracterizá-los literalmente como “crônicas”, as quais refletem a ação de atores atuantes no meu tempo contemporâneo, eu, recorrendo, à literatura sobre o assunto, descobri que “no início do cristianismo, ainda no Império Romano, o termo crônica (que se escrevia *chronica*) referia-se ao relato de acontecimentos descritos em ordem de tempo, ou seja, em ordem cronológica” (<https://www.meusdicionarios.com.br/cronica>). Assim, era o registro cronológico de eventos/fatos reais o que, de alguma maneira, me provocou para eu refletir/analisar cada assunto abordado nos meus textos.

Nessa mesma perspectiva, percebi também que “a partir do século XIX, a crônica passou a ser parte integrante dos jornais, tendo surgido pela primeira vez em 1799, no *Journal des Débats*, um periódico parisiense, apresentando-se como uma narração curta, possuindo uma finalidade de utilidade pública e com a predeterminação de agradar os leitores, mantendo sempre o mesmo espaço e a mesma localização, buscando com isso criar familiaridade entre o escritor e os leitores”.

Verifiquei que, de acordo com as informações recolhidas nos diversos bancos de dados consultados, a crônica, na literatura, apresenta-se como uma narrativa histórica, expondo fatos através de sua correta ordem cronológica, servindo de título a romances ou séries de histórias, nas quais são relatados os fatos de uma família ou de um povo, por isso o meu recorte nesta obra é minha cidade, São Luís, e região adjacente, que naturalmente inclui o Estado do Maranhão.

No jornalismo, crônica é ainda o texto curto, com pouca narração, sempre escrita pelo menos por um autor e publicada costumeiramente numa seção específica de um jornal ou revista, relatando fatos do cotidiano ou assuntos relacionados à arte, à prática esportiva, à ciência, à convivência comunitária, à literatura ou a espetáculos artísticos e cinema. Neste contexto, analiso atos relacionados à gestão pública de minha região geográfica; a posicionamentos adotados pelos agentes sociais, político, administrativos e gestores que tenham significativo reconhecimento junto à comunidade em que estão inseridos; a datas comemorativas da minha região, abordando fatos ou situações relacionadas à história, que de alguma forma ainda são objeto da vivência sociocomunitária da minha espacialidade geográfica.

Compreendo que a prática de contextualizar e analisar fatos do cotidiano de uma determinada região delimitada geograficamente é uma função prática e intelectual de jornalistas, investigadores científicos, estudiosos das

ciências sociais, entre outros, por isso recorri aos ensinamentos do comunicador Luiz Beltrão, um dos teóricos brasileiros que mais se aprofundou em compreender a atuação dos formadores de opinião. Beltrão (1980) destaca que são atributos dos comunicadores e investigadores sociais:

A interpretação jornalística consiste no ato de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica, a fim de proporcionar ao público os que são realmente significativos. (p.12); essa aptidão de tirar o essencial do acidental, o permanente do corrente (...) exige lastro cultural e ético, além de vocação, e se desenvolve pela experiência. (p.13); O jornalismo não se dirige a um indivíduo ou a um grupo determinado, mas a toda sociedade. (p.13); sem o conhecimento da atualidade, sequer por um dia, por horas apenas, a vida social mergulharia no caos. (Beltrão, 1980, p.14).

Espero(amos) que esta narrativa e o acervo aqui reunido façam com que os leitores se posicionem como preconizou Luiz Beltrão (1980) ao refletir sobre a interpretação na ação do jornalista que investiga e interpreta, pois ao autor cabe lidar com dados que podem 'elogiar, explicar, ensinar, guiar, dirigir; ou ainda propor soluções, amadurecê-las, torná-las fáceis, submetê-las à censura, reformá-las; ou também estabelecer e fundamentar ensinamentos', se pretende ser respeitado e, conforme os seus serviços e merecimentos, protegido e honrado pela sociedade.

Desse modo concordo com aqueles teóricos que afirmam que os cronistas jornalísticos devem produzir sua produção de textos com esse viés literário descrevendo os fatos de acordo com a visão crítica e sendo fiel aos próprios fatos, em grande parte por meio de frases dirigidas ao leitor, criando um diálogo sincero com ele. As crônicas,

de acordo com seu conteúdo, podem ser jornalísticas, humorísticas, descritivas, dissertativas ou poéticas e líricas.

Esclareço ainda que quando desenvolvi estes textos só tinha um compromisso profissional – o de ser docente na Universidade Federal do Maranhão, onde me enquadro na categoria de Dedicção Exclusiva, portanto não tenho nenhum vínculo empregatício com qualquer órgão de comunicação em minha terra. Escrevi estes textos como observador direto de uma realidade e os disponibilizei aos órgãos de imprensa escrita, falada e televisada, além de sites e blogs de pessoas atuantes na cidade de São Luís e no Estado do Maranhão. Com certeza muitos deles foram publicados na imprensa tradicional e todos foram reproduzidos pelas redes sociais disponíveis nesse período.

Neste caso, confesso que desenvolvo uma narrativa a partir de minha experiência pessoal, com o meu olhar empírico de ver os acontecimentos do meu dia a dia, sem desprezar meus conhecimentos científicos, portanto, sou fiel a uma análise crítica, laica, imparcial e honesta, fundamentada naquilo em que acredito, respeitando o estado de direito de livre expressão que os cidadãos tem no contexto legal garantido pela Constituição Brasileira, não agredindo os limites que as pessoas possuem no ciclo de relacionamento em que se inserem.

Euclides Moreira Neto - Professor-Mestre em Comunicação Social pela UFMA/UFF/UNIVIMA, Investigador Científico do Campo Cultural e Jornalista.

PREFÁCIO

AS INTERAÇÕES DE EUCLIDES

A crônica vive na alma de todo intelectual que se preocupa com o seu lugar – seja ele o lugar de nascimento, de trabalho, ou de suas raízes sentimentais. É, quase sempre, por meio da crônica que ele ou ela vai expressar o que pensa sobre aquela parte de terra fruto das suas preocupações. Se você fizer um passeio pela literatura brasileira, vai encontrar, em todos os tempos, em todos os cantos, intelectuais que levaram para a crônica os seus temores, os seus sabores e dissabores, os seus dilemas ou o eco das suas preocupações.

Foi isso que fez Euclides Moreira Neto neste seu mais novo livro. “Interações comunitárias” é um mosaico das visões de Euclides sobre sua cidade, seu estado, seu país, seu lugar. Um registro a quente de como ele olha a sua terra, com todos os seus encantos, os seus problemas, as suas peculiaridades.

Seus textos são um passeio pelos becos e ruas culturais de São Luís e suas tradições – danças, música, turismo, gastronomia, cultura popular, religiosidade, cinema, tipos. E ainda: política, economia, gestão pública, costumes. O olhar se expande para além da cidade berço do cronista, alcança as adjacências, como ele mesmo assume, e desvela aspectos do estado.

Euclides assume o risco de opinar sobre os fatos que escolhe para marcar uma posição, com clareza, coragem e liberdade de posicionamento – liberdade para criticar ou elogiar, para ser duro ou fleumático, para aconselhar ou puxar a orelha. Assume o risco da crítica, do possível desagrado a outrem, de ser tomado por parcial ou passional. Mas o assume sabendo do seu compromisso, como profissional e como estudioso da comunicação, com a manutenção da força da fala pública, do papel do

homem público que não deixa passar a oportunidade de contribuir, com sua análise, para criar um lugar melhor. E, fundamentalmente, com o norte do respeito que forja a cidadania, como ele mesmo afirma: “sou fiel a uma análise crítica, laica, imparcial e honesta, com aquilo que acredito, respeitando o estado de direito de livre expressão que os cidadãos têm no contexto legal garantido pela Constituição Brasileira, não agredindo os limites que as pessoas possuem no ciclo de relacionamento em que se inserem”.

Os textos foram originalmente publicados em jornais de São Luís e capilarizados pelas redes sociais, por todo o ano de 2019. Agora, reunidos em livro, dão uma ideia da multiplicidade de temáticas que preocupam Euclides – homem de cultura, de cinema, profissional da comunicação, esteta e intelectual que se compromete, fundamentalmente, com seu contexto. Lê-los é como ouvir Euclides falar de todos esses assuntos, com a propriedade de quem vive intensamente a cultura e as coisas da cidade, do estado e do país.

O livro é um encontro com uma multiplicidade de temáticas, de assuntos que estão imbricados no caldo cultural que formam este estado e a sua capital, em particular, vistos e lidos sob o olhar arguto de quem delas entende e com elas se preocupa, de fato. Talvez mais que se preocupar... de quem tem nelas um grande motivo de ser um cidadão ativo, cujos textos são quase que trincheiras, na defesa do que faz bem à sociedade.

Quem ler este livro verá que não sairá incólume.

Marcos Fábio Belo Matos – professor associado 1 dos cursos de Comunicação Social – Jornalismo e Pedagogia da Ufma Imperatriz, escritor, membro das academias Imperatrizense e Bacabalense de Letras.

REPETECO INCONGRUENTE DO PODER JUDICIÁRIO PENALIZA A CULTURA CARNAVALESCA

O Poder Judiciário mais uma vez tenta ocupar o campo da legislação, impondo penalização às manifestações do campo carnavalesco, quando entra com medida protetiva em favor da área da saúde. Ao longo do tempo, a área cultural vem sendo tratada como algo descartável ou dispensável, e qualquer crise que ocorra em consequência da inoperância dos gestores maranhenses, o Ministério Público ou integrantes do Poder Judiciário voltam seu olhar para o orçamento do campo cultural como se este fosse dispensável e pudesse cobrir as malacutaías dos nossos gestores, ou seja, acabar com os planos ilícitos, as tramóia ou manobras ilegais que prejudicam uma pessoa ou várias pessoas do meio social.

O pretexto da vez é destinar a pouca verba da área cultural para socorrer a eterna crise da saúde, como a péssima gestão dos nossos Socorrões e a conclusão do Hospital da Criança, que ainda está por ser finalizada há mais de seis anos. Como não há recursos financeiros para essa conclusão, os membros do Poder Judiciário analisam que os recursos destinados ao carnaval e às atividades juninas podem ser redimensionados para aquele equipamento público, classificado de prioritário, apesar de no orçamento geral as áreas da saúde e educação já serem contempladas com as maiores fatias do bolo financeiro.

Na verdade, segundo minha visão, o que azeda o bolo financeiro público é a corrupção e os desvios desses recursos para outras finalidades – algo difícil de se mensurar ou provar, mas muito próximo do que ocorre com a crise política nacional na atualidade. É uma pena esta avaliação, pois a questão cultural maranhense é algo que está impregnado nas veias do nosso povo, por isso mesmo é fator identitário que não pode ficar a mercê desse tipo de julgamento.

Como o carnaval é algo muito forte e de identificação isso desenvolveu uma cadeia produtiva que leva centenas de pessoas a depender dele, portanto, os membros do Ministério Público, ao mexer com esse viés da dinâmica comunitária, causa outras de forma negativa, inclusive piorando a saúde mental de milhares de pessoas que aguardam esse ciclo festivo para atuarem.

Vale lembrar que esse tipo de investida já ocorreu em outras ocasiões e a última vez, não faz muito tempo, foi exatamente no ano de 2013, no primeiro ano de gestão do atual Prefeito da cidade de São Luís, quando o executivo municipal cancelou os concursos carnavalescos para enviar 50% da verba do carnaval para auxiliar financeiramente os hospitais Socorrões de São Luís que passavam pela eterna crise de sempre, assim, naquele período, não havia verba par manutenção e atendimento ao público.

No meu ponto de vista, trata-se de um tremendo equívoco por parte dos gestores, pois eles, assim agindo, estão reconhecendo sua incapacidade de fazer uma gestão séria ou coerente com a administração do bem coletivo, como aplicar os poucos recursos financeiros da saúde e de todas as outras áreas de maneira competente, especialmente pelo alto grau de corrupção que ainda impera na gestão dos recursos públicos em nossa terra e no nosso país.

Retornando à crise de 2013, quando os concursos de carnaval foram cancelados, lembro-me de um artigo do professor e investigador das Ciências Sociais, Eugênio Araújo, que foi intitulado de “Mais uma crise no carnaval: filme repetido com heróis e vilões de sempre, mas com cores novas”, quando afirmava que “Ao contrário do que diz, às vezes olhar um filme repetido pode ser muito edificante. Primeiro porque quem viu o filme já não é a mesma pessoa (todos mudam com o tempo) e segundo porque o filme também pode não ser o mesmo, com cenas adicionadas ou cortadas, informações novas sobre seus realizadores, etc.

É esse o caso da atual crise no carnaval de São Luís, o argumento pode ser o mesmo, mas mudam o enredo e os personagens, o que torna tudo diferente. Senão, vejamos. Pela primeira vez, a questão assume um viés religioso preponderante e mesmo que queira negar e fugir disso, o prefeito Edvaldo Holanda dificilmente escapará dessa armadilha ideológica, pois, como todos sabem, o atual mandatário do executivo municipal professa a religião evangélica, cujos preceitos renegam a festa carnavalesca e recomendam a abstenção e o retiro espiritual.

O carnaval como “festa da carne” e “festa mundana” nunca será prioridade para um governo protestante e se calhar de haver desculpas admissíveis para contorná-lo, tanto melhor.” Naquela época, eram os rombos econômicos deixados pelo governo passado que serviam de pá de cal para o carnaval. No deturpado modelo de democracia brasileiro, rombos econômicos recebidos de uma gestão de governo para outras são comuns.

Quando o novo governante é do mesmo partido, tais rombos são disfarçados e remendados, sem escândalos. Mas quando o novo governante é da oposição, assiste ao que se vê agora em São Luís, essa enchente de denúncias, descobertas de desmandos, enfim anuncia-se o caos, mas sem lembrar à população de que ele (o novo governante) lutou e brigou para assumir esse posto caótico, prometendo consertar tudo. É um filme já visto. Mas o carnaval não tem nada a ver com isso.

O Professor Eugênio, naquela ocasião, lembrava que o carnaval é a festa das dívidas. Junto com o Natal ele leva o cidadão a gastar o que tem e o que não tem. Neste ponto, religião e mundanidade se irmanam: o cidadão precisa de dinheiro para brincar o Natal e o Carnaval. E se não tem, abrem-se os créditos, compra-se fiado. Entre dezembro e fevereiro, todo mundo se endivida. Pois se o cidadão consegue fazer isso, como o município, enquanto poder constituído, não consegue? Não há dinheiro, pede-

-se emprestado, endivida-se. Depois, pensa-se em como pagar.

Mas aí vem o outro rosário de queixas: a população está morrendo nos hospitais, o racionamento de água, a violência, as escolas estão abandonadas... Ora, isso tudo sempre aconteceu e vai continuar acontecendo, enquanto o Brasil não operar reformas políticas e administrativas mais profundas. A culpa não é do carnaval. Deixar de realizar a festa por conta de deficiências de outras pastas não é uma desculpa cabível. E depois, vale lembrar que o conceito de “saúde” ampliou-se muito nos últimos anos. Fala-se não só em saúde física e individual, mas em saúde coletiva espiritual, em saúde preventiva, em saúde cultural.

O carnaval é uma festa que ajuda a afirmar a saúde psíquica do nosso povo. Brincar o carnaval melhora o astral! Mas vem sempre a queixa da má aplicação do dinheiro público, de desvio de verbas pelas agremiações, etc. Mas, nesse ponto, os nossos populares apenas seguem o exemplo das nossas elites política e econômica. A corrupção é um mal endêmico da democracia brasileira, e exigir 100% de honestidade de sambistas e carnavalescos é cortar apenas a ponta do iceberg. Se o governo quer saber como se aplica o dinheiro, que fiscalize de forma eficiente.

Cortar a subvenção pura e simplesmente não vai resolver o problema, mas vai gerar, sim, alto grau de insatisfação com o novo governo municipal. Assim, o atual prefeito corre o risco de ver sua popularidade cair vertiginosamente ainda mais. Aliás, há muito tempo corre na boca pequena que “o prefeito crente não gosta de carnaval!”. E pior, vê-se comparado com Castelo (seu predecessor). Concordamos que a pasta da cultura no governo Castelo podia ter feito muito mais, porém, em se tratando de carnaval do município, São Luís viveu, na sua gestão, as melhores festas dos últimos 20 anos. Primeiro, a infraestrutura da passarela para os desfiles foi a melhor que a cidade já viu, moderna, bem iluminada, urbanizada, um tratamento antes só dispensado às micaretas.

Segundo, a Comissão de Carnaval conseguiu um feito: disciplinar os desfiles de blocos e escolas de samba, seguindo horários pré-determinados, penalizando atrasos e evitando transtornos. Sob o governo Castelo, São Luís viu alguns dos desfiles mais bem organizados dos últimos anos e de nível sensivelmente melhor. Nossos grupos carnavalescos chegaram a fazer o desfile dos vencedores do concurso oficial, no sábado seguinte ao anúncio dos que consagraram-se campeões.

Terceiro: a certeza de que a cidade teria um palco de apresentações digno levou as agremiações a investir mais em seus desfiles, pois sua participação no evento era garantida desde novembro, isso ajuda a planejar e melhora o resultado final. Por tudo isso e conjuntamente com os investimentos do Governo do Estado no carnaval de rua, ocupando o centro histórico da cidade, São Luís viveu, nos últimos 4 anos, grandes festas carnavalescas, impressionando nossos turistas mais frequentes como piauienses, paraenses, goianos e cearenses. Comparada com as capitais desses estados, São Luís faz a melhor festa da região.

Desse modo, quero corroborar o que dizia o professor Araújo ao afirmar que “o que agora se anuncia em São Luís é um retrocesso em todos os sentidos. Corre-se o risco de voltar à época das incertezas e desorganização. E mais uma vez as manifestações mais prejudicadas serão as escolas de samba – que vem sendo histórica e oficialmente desprezadas pelos planos oficiais de cultura, as eternas “vilãs” do nosso carnaval. E mais uma vez eu repito o que os governantes parecem não considerar: Sambista também vota e paga imposto, tem direito ao mesmo nível de investimentos de outras manifestações”.

São Luís, 25.02.2019

DECISÃO SÁBIA DO GOVERNO RESTABELECE ATUAÇÃO DOS CAMPOS CULTURAL E TURISMO

Nesta última semana, a sociedade maranhense foi comunicada que a Secretaria de Estado da Cultura e do Turismo (SECTUR) será desmembradas, voltando a atuar administrativamente de maneira independente. Salve, salve, salve, pois essa notícia desfaz um grande equívoco que o atual governador fez em meados do seu primeiro mandato. Essa minha preocupação foi amplamente divulgada por meio do artigo “Fusão De Poder: Cultura X Turismo Tem Campos De Atuação Específicos”, de minha autoria, publicado na imprensa local, no livro também de minha autoria “Provocações do Cotidiano” (2016) e em blogs atuantes na região maranhense, em janeiro de 2016, quando o governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, anunciou uma mini reforma administrativa na sua gestão, naquele período, estando entre as medidas anunciadas, a fusão das Secretarias de Estado da Cultura com a Secretaria de Estado do Turismo, sob a alegação de diminuir os gastos com a máquina funcional do poder estatal, que segundo revelam declarações nesse sentido, está a passar por profunda crise econômica, similar ao que ocorria com o Governo Federal.

Essa notícia nos pegou de surpresa, fato que nos forçou a utilizar as redes sociais para manifestar nossa preocupação com sua divulgação, levando-nos a publicar o texto abaixo grifado: Confesso que torço pelo governo Flavio Dino. Não votei nele, pois estava em Portugal, onde moro há um ano e meio, cursando doutoramento (...). Mas acabar com a Secretaria da Cultura é um equívoco muito grande. A cultura maranhense tem uma diversidade muito grande em comparação a dos outros estados e com certeza ela é a maior referência do nosso povo na conjuntura do país (...).(Moreira Neto, depoimento veiculado nas redes sociais, em 18.Jan.2016).

O meu desabafo, o fiz como integrante do meio acadêmico, produtor cultural, professor universitário, militante da área e investigador científico, pois percebíamos que o momento que atravessávamos era muito grave, durante o qual os governos, nos diversos níveis de atuação (municipal, estadual ou federal) para enfrentar dificuldades momentâneas, começavam a produzir fatos e medidas pontuais com o objetivo de demonstrar à população que estavam tomando medidas para o enfrentamento da crise em que estavam inseridos.

Naquela época, passados 24 horas da veiculação da notícia que informava a fusão dessas duas Secretarias, tínhamos a convicção de que esta medida era realmente um equívoco que em nada, ou muito pouco, iria contribuir para o enfrentamento da crise moral e política pela qual passava nosso Estado e, por extensão, o próprio país. Mas vamos ficar nos limites territoriais do Maranhão para não estendermos muito o raio de abrangência dessa reflexão.

Dessa forma, nos discursos esquerdistas, o Maranhão passou por um interstício político oligarca de 50 anos, quando esteve sob o domínio do clã Sarney. Esse período foi caracterizado por extensas lutas de poder quando os campos hegemônicos e subalternos se digladiaram de maneira contundente, até chegarmos a esta nova era sob o comando da sigla PC do B, o que naturalmente deveria mostrar novas formas de agir com os meios subalternos, sem máscaras ou subterfúgios, pois a área cultural foi um dos alicerces que deu sustentação na campanha vitoriosa do atual governo.

Assim e dessa maneira, eu entendia que essa área estava ávida por manter uma cumplicidade mais irmanada com a maneira “pecebista” de governar, mas no primeiro momento houve uma ruptura inexplicável e a militância cultural ficou com um pé atrás. Naquela época, viámos que, com um ano e um mês de governo, iríamos para o terceiro Secretário à frente da pasta. Esse terceiro Secretário está

agora com a incumbência de gerir também os destinos da área turística. Vale lembrar que a primeira experiência de gestão da SECMA parece que se mostrou arrogante e prepotente (percepção vista por mim de Portugal), enquanto o segundo, com uma postura mais moderada e pé no chão, teve aprovação de significativa parcela do meio cultural.

Dizia ainda que, sem querer nos prender a nomes, pretendíamos reiterar nossa preocupação com a gestão da área, pois o que pareceu aos olhos dos cidadãos comuns é que a anunciada fusão iria ser uma medida circunstancial, que não prejudicaria a gestão da nova Secretaria. Gostaríamos de chamar atenção dos governantes para clarificar que Cultura e Turismo, apesar de terem alguma congruência funcional, são de campos diferentes e ambas reuniam e administravam cadeias produtivas específicas e bastante importantes para a dinâmica da população, incluindo o seu bem-estar espiritual e social.

A cultura, como a educação, tem mais proximidades que se pensa, o povo maranhense é um povo naturalmente afetivo às suas coisas, e a cultura popular, assim como a cultura erudita, tem um poder simbólico muito grande no meio social, talvez seja por isso que o investigador maranhense Antonio Francisco de Sales Padilha, que obteve recentemente o grau PhD em Música – Etnomusicologia, na Universidade de Aveiro - com a tese “A construção ilusória da realidade, ressignificação e recontextualização do Bumba Meu Boi do Maranhão a partir da Música” - tenha sido categórico em afirmar que a cultura popular seja um dos últimos trunfos de que dispomos para nos manter com o nosso grau de reconhecimento no país.

De acordo com Padilha (2014), a ideia de valorização da cultura popular não foi, inicialmente, aceita pela classe social dominante do Estado, que a considerava provinda de gente socialmente menos favorecida e, sobretudo, descendente de escravos negros e nativos. Foi necessária uma intensa mediação cultural (Canclini, 1989; Hall,

2003; Bhabha, 1998) por parte de diferentes segmentos da sociedade (comerciantes, acadêmicos, pesquisadores, jornalistas, gestores públicos), e o interesse de uma classe política que via nas manifestações populares e nas festas (Canclini, 1981) um filão a ser explorado e garantidor de votos. No entanto, essa exploração carecia de que as brincadeiras populares passassem por um processo civilizatório para lhes garantir a aceitabilidade pela classe social dominante.

Pois bem, o reconhecimento popular maranhense relacionado à cultura, seja popular ou erudita, passou por grandes lutas que atravessaram décadas. É evidente que a cultura erudita teve seu reconhecimento mais respaldado pelas elites, que lhe davam legitimidade, consumindo-a como produto de entretenimento, lazer cultural e aprendizado. O nosso povo soube absorver, apreender, resignificar e hibridizar os aprendizados de seus filhos – muitos dos quais foram estudar na Europa, trazendo modismo e modelos culturais considerados inovadores para a época – fato que atribuiu à cidade de São Luís, o codinome de “Atenas Brasileira”, o que a tornou conhecida em o todo país.

Os tempos passaram e a gente subalterna que aqui habitava e que sabiamente soube cultivar suas tradições, sejam de origem pagã ou religiosa, aos poucos conquistou o direito de ser reconhecida, extensivo as suas manifestações, que antes, perseguidas pelas forças hegemônicas, foram aos poucos conquistando espaços nos territórios centrais da cidade até chegar ao Palácio do Governo. Assim, a gente simples se sentiu representada pelo campo político, por isso criaram-se correntes defensoras de suas práticas.

Essas correntes passaram pela criação da Secretaria de Cultura com os objetivos de dar visibilidade ao segmento cultural, em especial à cultura popular, com sua diversidade generosa que ainda pulsa no meio social ma-

ranhense, expandindo-a e possibilitando a formação de redes criativas de atividades, que aos poucos formaram uma surpreendente cadeia produtiva de cultura na região metropolitana da capital maranhense. Isto só, justificaria a criação e manutenção de uma Secretaria para gerenciar esse segmento.

Por outro lado, o Governo Federal também cria o Ministério da Cultura (ironicamente o MINC é criado no Governo Sarney – considerado o algoz oligarca maranhense) para, à nível de país, estabelecer as políticas culturais de estado, normalizando-as e estabelecendo critérios. Esse fato facilitaria o entrosamento de toda a cadeia pública da cultura com seus programas, dando vez e voz a milhares de grupos e artistas brasileiros ansiosos por oportunidades.

Enquanto isso, ao nível territorial de nação, se cria também o Ministério do Turismo (se não me falha a memória, no primeiro governo da Ditadura e que, ironicamente, tem em sua estrutura a EMBRATUR, que teve como Presidente o atual Governador maranhense) que movimenta outra cadeia produtiva ampla e possibilita ao país fontes de recursos fantásticas com uma indústria sem poluentes industriais. Há regiões em nosso país que vivem dessa indústria e tem nela seus maiores rendimentos, a exemplo de Ouro Preto-MG, Porto de Galinhas-PE, Canoa Quebrada-CE, Foz do Iguaçu-PR, Gramado-RS, entre tantos outros lugares. São Luís por ser uma cidade rica em cultura e por ter um patrimônio arquitetônico e histórico único – destacado sobretudo pelo casario colonial coberto de azulejos portugueses - claro que poderia se credenciar a abocanhar uma bela fatia dos dividendos possibilitados pelo segmento turístico. Cria-se, então, a Secretaria de Estado do Turismo para comandar e normalizar esse segmento.

O segmento turístico tem sim congruências com a área cultural, mas são bem distintas e específicas, por isso justifica-se a existência dessas duas Secretarias. Uma

está mais preocupada com o bem-estar do turista ou visitante da cidade, assim como em implantar e implementar políticas públicas para proporcionar visitas em locais adequados, formar roteiros, apoiar eventos que tragam pessoas e conseqüentemente dividendos lucrativos. Essa preocupação turística passa também pelo auxílio à infraestrutura oficial e particular para que esse visitante se sinta acolhido na rede hoteleira, nos restaurantes, nos centros comerciais, nas estradas, nas praias, etc.

Já o segmento cultural, com toda sua controvérsia e diversidade, tem no cidadão, nos artistas, nos intelectuais e grupos culturais, sua força maior, extensiva aos bens imateriais que vão fazer a vida existir de maneira criativa, ativa, pulsante, com as características de nossa gente e com o modo de ser de nossa região. A cultura é detentora de um fenômeno amplo que está a conversar com todos os segmentos sociais atuantes em uma sociedade, inclusive inventando tradições, como sugere Eric Hobsbawm (1997, p. 9): “Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas”.

Dito isto, cremos que apresentamos dados significativos para que nossas autoridades constituídas revejam essa proposta de fusão e mantenham os segmentos Cultural e Turístico autônomos, pois suas ações atendem a áreas distintas, que precisam ser potencializadas. Tradicionalmente, estes dois segmentos tem os menores índices de recursos do bolo financeiro do Estado e do País, por isso cabe aos gestores trabalharem com responsabilidade, aplicando-os com sabedoria, fiscalizando a sua aplicação e prestando contas ao povo, o que inclui necessariamente o combate permanente à corrupção.

Para finalizar, aplaudo a sábia decisão do governo maranhense em restabelecer a atuação das pastas da Cultura e do Turismo, dando-lhes o status que lhes cabe, inclusive dando uma resposta providencial ao próprio go-

verno federal que promoveu no início da atual gestão uma série de fusão, acabando com o Ministério da Cultura e o transferindo para outras pastas, como se a cultura fosse uma sobremesa dispensável e sem valor orgânico para o povo ou mesmo sem nenhum valor simbólico capaz de ter força identitária.

São Luís, 25.02.2019

CONTO PARA NINAR GENTE MIÚDA E ENFURECER GENTE GRANDE

Peço desculpas aos animais burros, que na verdade são batalhadores incansáveis do povo sofrido da minha região nordeste e de muitos outros lugares do nosso país e do mundo, mas preciso fazer uma parábola para tentar entender certos posicionamentos de gestores que colocamos no poder. Apesar de eu não ter votado, estou trazendo para essa minha postura a decisão soberana do nosso povo.

Com esse entendimento, quando chamamos ou ofendemos alguém com o apelido de “burro”, estamos tentando desqualificar seu estado de conhecimento sobre as coisas ou sobre sua própria realidade..... certo? Suponhamos que sim. Nesse contexto, inserimos nosso país que há alguns meses elegeu seus novos comandantes sob a égide esperançosa de que teríamos um governo diferente, fundamentado na moralidade, nos costumes considerados bons e nos princípios que engrandecem o convívio familiar, passando longe das práticas de corrupção que segundo a percepção da maioria da população estaria afundando o nosso país. Suponhamos que sim..... está e estava!

Mas, o comandante ao assumir suas funções tem desmontado muitas estruturas e políticas que considera nefastas e prejudiciais ao país, como liberar a posse e porte de armas, desmontar os equipamentos que levam conhecimento ao seu povo, entregar as riquezas da pátria ao capital estrangeiro, perseguir opositores, taxar todos aqueles que pensam contrário de idiotas úteis, impor uma reforma previdenciária para tirar direitos dos pobres, pretos e desempregados, entre tantas outras.....

A gritaria tem sido grande e nada comove o coração desse comandante e seus aliados mais próximos. O fato é que uma série de bobagens tem sido decretadas e muitas

delas questionadas na Justiça, no Congresso Nacional e no seio da sociedade, reverberando opiniões que colocam o novo gestor na situação de “ladeira abaixo”, porém “ele não desce do salto alto”: sua arrogância continua a praticar atos impopulares e prejudiciais ao seu povo.

Vale aqui a lembrança, de que o povo é o conjunto de pessoas que habitam e formam a pátria, por isso mesmo essas pessoas são classificadas de massa, quando composta por um grande contingente de pessoas. Enquanto massa esse povo é heterogêneo, anônimo e massificante.

A forma do povo se fazer ouvir é através de seus representantes, mas quando esses não o fazem e a sua voz não é suficiente, é necessário que o povo se rebelde e vá em busca de direitos, de dias melhores, de políticas melhores, de representantes melhores e de ações que lhe deem credibilidade, lhe deem educação, de ações que lhe deem emprego, lhe deem renda, pois todos nós precisamos de segurança e acolhimento para vivermos.

Infelizmente, os nossos comandantes – o principal e seus súditos – estão armados até os dentes para combater interesses que vão contra o que consideram ruim para aquilo em que acreditam, por isso ele de vez em quando sai com conceitos que decepcionam seu povo, que é heterogêneo, anônimo e massificante. Isso não agrada a esses detentores que estão no poder, aí vem pérolas inaceitáveis, como a de classificar os que não aceitam suas orientações políticas de “idiota úteis”. Então, toda aquela parcela de povo massificante, heterogênea e anônima é de “idiotas úteis”?

Uma prima tentou me explicar o que está acontecendo e disse: “Tú sabes o que um “burro” faz quando colocamos duas viseiras nele para ele não olhar para o lado? Ele só anda para frente e não vê nada que acontece nos lados. Portanto, se o “burro” estiver andando numa trilha de abismo ele vai andar para o precipício e cairá sem nenhuma dúvida, pois ele não percebe o perigo....”.

Nessa perspectiva, vejo os seguidores desses atuais comandantes de nosso país, incluindo o seu “chefe maior” como uma cambada de animais, arrogantes, insensíveis, cegos, surdos e intolerantes, que seguem em frente como os animais “burros”, com viseiras nos seus olhos, sem olhar para os lados e nem ouvir o clamor do seu povo, que é heterogêneo, anônimo e massificante. Enfim, atualmente com essa postura, nem se respeita aqueles que pensam contrário e nem se olha para o outro enquanto ator coadjuvante de uma realidade. Infelizmente não sabemos como isso vai acabar.

São Luís-MA., 16.05.2019.

DECORAÇÃO SUPER, MAS A PROGRAMAÇÃO NEM TANTO.....

Permitam-me proceder a uma rápida avaliação sobre a programação junina que se anuncia. Inicialmente, gostaria de parabenizar a gestão pública por ter inovado na decoração dos festejos juninos. Mas, só isso é pouco. Percebo que, ao longo dos últimos seis anos temos perdido espaço na organização desses festejos. Falo com a propriedade de quem já esteve no comando dessa festa, pois fui Presidente da Fundação Municipal de Cultura, no período de 2009 a 2012, na gestão do ex-Prefeito João Castelo.

Esclareço que para fundamentar melhor essa minha provocação (ou afirmação – como queiram), quando estive no comando da festa junina em São Luís, fazíamos 30 dias, no mínimo, de atividades festivas em toda a cidade e atendíamos a quase 500 grupos culturais.... E ainda não atendíamos toda a demanda. Isso é uma constatação. Porém fico pasmo, quando vejo uma decoração impactante com uma programação pífia de apenas seis dias na Praia Grande.

A Praia Grande é o coração da cidade e quem quiser desenvolver um projeto cultural, empreendedor e visível em São Luís tem que priorizar esse espaço geográfico. Só com a decoração é muito pouco. Afirmando isso para o bem de nossa cultura e dos praticantes e apreciadores da cultura maranhense. Temos uma das maiores diversidades culturais do Brasil, mas, na atualidade, não estamos atendendo nem correspondendo à maioria desses grupos culturais. Por que será? Não se faz uma boa peça teatral só com um bom cenário, ou uma boa trilha sonora, ou bons atores, temos que ver todos os pormenores.

O que temos presenciado no momento é o clamor dos nossos produtores por conseguir colocar suas manifestações na programação oficial do poder público, consi-

derando que esta é a fonte de maior visibilidade econômica para esses grupos. Mas, parece que há uma orientação de que sejam privilegiados um pequeno grupo de apadrinhados e algumas atrações de outros Estados, como se os festejos juninos de nossa cidade precisassem ser socorridos por nomes artísticos que estão ou já estiveram na grande mídia.

Esta percepção de mediatizar a programação da festa junina com nomes de artistas globais é puro equívoco/engano. Nossas atrações culturais são suficientemente boas e de alta qualidade artística. Nossos grupos de “Bumba Meu Boi”, ou de “Tambor de Crioula”, ou de “Cacuriás”, ou de “Dança do Coco”, ou “Quadrilhas Juninas”, ou “Toques de Caixa”, ou “Danças Portuguesas”, entre tantos, são os melhores grupos para nossa gente e para os visitantes de nossa terra nesse período. Portanto, chega de gastar quantias financeiras exorbitantes com grupos e atrações de outras regiões que estão inseridas na chamada indústria cultural massificante, considerando que no ciclo festivo junino temos atrações de sobra e com qualidade que por si só atendem o exigente gosto da gente desta terra e daqueles que nos visitam.

Parabéns, gestores, por terem investido na inovação da decoração de nosso centro histórico, mas vamos valorizar nossos grupos culturais para que eles não morram ou desapareçam, como por exemplo, estão desaparecendo os Blocos Tradicionais do Maranhão, no nosso carnaval. Em 2012, tínhamos 49 grupos, em 2019 tivemos aproximadamente 30 grupos. Esses dados são ou não são relevante?

São Luís, 20.05.2019

RELIGIÃO E A DECORAÇÃO JUNINA: VIVA OS SANTOS FESTEIROS, VIVA NOSSO SÃO JOÃO

O povo ludovicense está em festa, pois a nosa temporada maior de alegria chegou. Estamos na era junina com as bênçãos dos Santos festeiros: Santo Antonio, São João, São Pedro e São Marçal. Este ano, o poder público para deixar o povo mais eufórico, inovou na decoração do centro histórico e do arraial do IPEM, com uma ornamentação criativa e bem esmerada. A cidade, que tem problemas estruturais graves, conseguiu dar uma repaginada na sua indumentária festiva, maqueando-se com as cores e o clima junino de maneira surpreendente.

Sem dúvida, o cenário ficou bonito e a população que aqui mora ou que nos visita fica encantada com a decoração “High-tech” (diz-se daquilo (objeto, estilo, arquitetura, etc) que possui qualidade, aparência e aspecto industrial), inspirada na tradição junina. Essa decoração faz parte do clima que a época sugere. Aliás, considerando o sucesso da mesma, aproveito para recomendar aos gestores públicos que estudem a possibilidade de adotar essa decoração no centro histórico como permanente, pois isso viraria uma das marcas da cidade. Por que não?

Até acho que as cores dessa decoração que hoje estão vivas e atraentes com o tempo devam perder seu brilho, ficando em tons cêpias, o que fatalmente requererá uma nova roupagem. Aí, nesse , mudem-se os personagens, com outra releitura (mais raiz, mais timbira), mas sempre inspirada na cultura maranhense. Ficaria uma bela contribuição para a melhoria da auto estima de nossa gente e daqueles apreciadores das nossas manifestações culturais, sem falar que esta atitude seria uma bela contribuição para ser potencializada pela rede criativa do turismo, da cultura e turismo histórico.

Vale lembrar que essa prática de manter a decoração por um longo tempo ou permanentemente no âmbito

das cidades, nem que seja em uma ou duas ruas, não é novidade. Já há cidades que adotam essa prática nos dias atuais e o resultado é muito bom. Lembro-me da cidade de Águeda, em Portugal, que adota os guardas chuva coloridos para enfeitar-se nas datas festivas e são formados verdadeiros túneis coloridos de guardas chuvas nas suas ruas centrais, transformando, sobretudo, o período dos santos festeiros, em uma atração à parte, cobrindo de lirismo o seu cenário arquitetônico de grande valor histórico e valorizando as políticas públicas de atração de turistas para conhecerem aquela cidade. Podemos repetir esta receita aqui e com certeza seremos vistos e de forma inovadora.

Isto é apenas uma dica. Quem sabe se assim procedéssemos, não obteríamos uma enxurrada de milagres dos nossos Santos festeiros, pois, como o povo devoto, esses santos devem também estar com a autoestima aguçada. Quero reforçar que minha opinião está valendo para a decoração inovadora do momento, relacionada à roupagem do cenário pelo qual grupos culturais e o povo devem circular para a animação da festa, portanto a programação a ser executada é outra coisa, e espero que seja tão impactante quanto o visual proporcionado pela decoração.

Afinal, as atrações que fazem o recheio dessa festa envolvem outros investimentos e, além da dedicação individual de cada grupo, de cada comunidade, de cada “padrinho”, ou mesmo de cada núcleo familiar, precisam de políticas públicas para sustentação dessa estrutura cultural que é marca do povo maranhense e nos torna diferenciados no campo de atuação da região nordestina e do nosso país. Somos a capital do Bumba Meu Boi e somos os detentores da maior diversidade de manifestações populares do Brasil.

São Luís, 12.06.2019

SALVE, SALVE, O MUSEU DA GASTRONOMIA MARANHENSE

Fiquei surpreso com a inauguração do Museu da Gastronomia Maranhense na Praia Grande. Uma bela iniciativa que já estava pautada há muito anos para ser concretizada em nossa cidade, mas que por problemas de gestão política estava em “standby”. Ainda bem que desta vez foi. Parabéns ao IPHAN e aos gestores do município que deixaram as picuinhas de lado e resolveram tornar possível este equipamento que só ajudará a cadeia produtiva da cultura e do turismo em nossa região.

Particularmente eu esperava mais, mas o pouco que ali está posto já ajuda a dar aos visitantes e turistas uma bela ideia do que é essa rede criativa da culinária maranhense. Suas particularidades ultrapassam sem dúvida os sabores nordestinos, pois esses sabores que caracterizam a região Nordeste do Brasil além de estarem incorporados ao nosso dia a dia estão também enriquecidos com as heranças da culinária fomentada pelo nosso povo indígena e africano, o que nos proporciona um diferencial fenomenal.

Os sabores maranhenses estão ali representados em instalações fieis ao praticado no meio urbano e rural de nosso Estado, nos proporcionando intervenções artísticas que nos remetem à memória afetiva deixada por nossos antepassados, portanto, reativam o “plot” de lembranças que cada um de nós traz consigo nos ensinamentos apreendidos ao longo do tempo, por isso, é com grande satisfação que vemos a representação simbólica do uso de produtos nativos da natureza e das águas que tornam a nossa região abençoada e querida por muitos cidadãos que procuram oportunidades melhores de vida no Maranhão.

É gratificante vermos a farinha d'água, os caranguejos, os siris, os doces de espécie feitos com coco, a

cola guaraná Jesus, a diversidade da cachaça oriunda da cana de açúcar e mandioca, os pratos feitos à base de peixes, camarões e uma diversidade singular de mariscos; assim como é muito bom vermos a representação dos povos que habitaram e tornaram possível o povoamento de nossa terra, numa instalação providencialmente exposta na entrada do andar térreo do casarão em que está instalado o referido Museu.

Sem dúvida foi bom vermos os barcos representados em desenhos, redes de pesca cenográficas, canoas, barcos e miniaturas, seja em peças tridimensionais ou fotografias expostas no andar térreo daquele equipamento cultural, assim como foi providencial vermos tapetes, casa de taipas e fotos de como o homem da região meio norte executa suas atividades laborais para pescar e garantir sua sobrevivência e de sua família, lembrando que o Estado do Maranhão é privilegiado por abranger pelo menos dois ou três biomas naturais de flora, o que de forma geral lhe privilegia enquanto zoneamento geográfico.

Apesar de ficar instigado ao constatar que só um andar daquele Casarão fora utilizado para fazer essa representação simbólica do uso da gastronomia, percebo que essa representação foi muito pouco desenvolvida, quando, ao meu olhar, caberiam outras intervenções e outras temáticas mais amplamente demonstradas nas instalações e nos espaços em referência. Creio que se os três andares do velho Casarão utilizados fossem exclusivos do Museu, essa possibilidade seria muito mais bem aproveitada.

Entretanto, fiquei sabendo que os espaços superiores do Casarão em que foi instalado o referido Museu estão destinados para sediar a SETUR (Secretaria de Turismo da Prefeitura de São Luís), um auditório e uma cozinha industrial para a ministração de cursos gastronômicos, ideia que no futuro poderá ser boa, mas ainda sem data para ser posta em prática.

De qualquer maneira, o espaço está implantado e a curiosidade da nossa gente e daqueles que nos visitam já pode ser melhor mensurada por aqueles que se interessam por esse campo de atuação. Sem dúvida, a inauguração daquele Museu, neste mês de junho, foi uma ação inteligente que veio ao encontro da avalanche de turistas que visitam a capital maranhense neste período de festança junina.

Desse modo, aproveito para estender nossas felicitações ao IPHAN, a Secretaria Municipal de Turismo (na pessoa da Professora Socorro Araújo – Secretária de Turismo de São Luís), do pesquisador Enoc Silva (que utilizou-se do seu tremendo bom gosto para ambientar aquele espaço de exposição) e dos demais trabalhadores que deram sua contribuição para tornar possível a execução do Museu da Gastronomia Maranhense, que, aliás, está instalado em pleno coração do centro histórico da capital maranhense, na rua da Estrela, nº 82.

São Luís, 25.06.2019

CHEGOU O NOSSO GUARNICÊ DE CINEMA. É HORA DE REUNIR A RAPAZIADA DO AUDIOVISUAL.

A rapaziada que idealiza, produz, capta, finaliza, difunde, critica e aprecia o audiovisual brasileiro, especialmente o cinema, está em festa na nossa terra, pois chegou a 42ª edição do Festival Guarnicê de Cinema, numa promoção do Departamento de Assuntos Culturais vinculado à Pro-Reitoria de Extensão e Empreendedorismo da Universidade Federal do Maranhão. Sua abertura foi na última sexta feira (14), no Teatro Arthur Azevedo, numa cerimônia singela e muito criativa, a qual merecia a participação do público ludovicense de maneira mais contundente, pois a frequência de cerca de uma centena de pessoas foi muito pouco para a grandiosidade daquele momento.

Ressalto que a cerimônia contou com a participação da cantora lírica e coralista fantástica, Raissa Monroy, com acompanhamento de integrantes do Coral Universitário e músicos atuantes no meio cultural local, entre eles Raphael Moraes, Priscila Santos e Ricardo Sandoval, além da regente Angélica Vieira da Silva, transformando aquele momento em uma rara performance artística musical, trazendo ao público um apanhado de belos clássicos de filmes nacionais e internacionais.

Foi muito gratificante esse momento cultural, que culminou com uma seleção de toadas de bumba meu boi maranhenses, com a participação do BMB de Santa Fé, sotaque da baixada, que levou ao palco daquele teatro uma sequência de personagens que compõem aquela manifestação cultural, surpreendendo e encantando a plateia presente no nosso TAA. Com essa atitude, os produtores fizeram uma ligação inteligente e super congruente entre o Festival Guarnicê de Cinema e o momento festivo que o nosso povo vive na atualidade: - os festejos do período junino.

Vale um destaque especial para a intermediação da apresentadora Dalva Rego, que, na minha ótica, portou-se como uma ótima cerimonialista, sem apresentar os vícios de firulas de outros atores que gostam de sobressair-se quando estão a exercer a função de mediação entre a condução de um roteiro previamente estabelecido e a presença do público. Dalva Rego foi neutra e soube ser esta intermediária de forma elegante e muito simpática. Senti falta, no púlpito em que a apresentadora exercia suas funções, de um suporte para sustentar (fixar) o microfone, pois, com essa ausência a apresentadora teve que ficar segurando o microfone. Lhe tirava a liberdade de postar-se totalmente atenta ao seu roteiro. Apesar disso, saiu-se bem e deu para passar com os devidos louvores.

A cerimônia apresentou ainda homenagens locais e institucionais que já são marcas registradas nas aberturas desse festival e este ano a principal homenagem coube ao radialista e produtor cultural José Raimundo Rodrigues, que foi apresentador do Programa Maranhão TV, na TV Difusora, foi Deputado Estadual e teve como bandeira principal de seu mandato, a defesa da causa da cultura popular; foi fundador da Produtora Raízes do Maranhão e chegou a participar do Festival Guarnicê de Cinema com um documentário sobre Maria Aragão, que foi premiado com o troféu de Melhor Documentário, no início da década de 1990.

Entre as homenagens institucionais, o evento prestou homenagem à Câmara de Vereadores de São Luís e ao Banco do Nordeste do Brasil. Estranhamente, a CEMAR, principal patrocinadora do evento, não mandou nenhum representante àquela solenidade, que é o momento de fala dos patrocinadores.

Finalmente, a solenidade de abertura do 42º Festival Guarnicê de Cinema encerrou-se com a exibição do filme longa metragem nacional “Eu Sou brasileiro”, do diretor Alessandro Barros. Um drama de 1 hora e 24 minutos

que apresenta a saga de um jogador de futebol que sonha em ser bem sucedido na vida. Uma bela escolha para abrir o festival de cinema maranhense. Vamos torcer para que tudo dê certo e tenhamos uma semana prazerosa de filmes, debates e troca de experiências com os participantes deste festival.

São Luís, 16.06.2019

DANÇAS JUNINAS MARANHENSES CONSIDERADAS DE SEGUNDA SÃO PENALIZADAS COVARDEMENTE.

Durante todo o período préjunino e especialmente neste mês temos visto a agonia de dezenas de grupos culturais que mobilizaram para ser ouvidos, terem voz e vez junto aos gestores públicos de nossa terra. Isto é fato. Esses grupos são aqueles que invisivelmente são classificados como praticantes de manifestações culturais de segunda categoria, o que para mim é uma prática inaceitável e totalmente em desacordo com a tradição cultural do povo maranhense. Refiro-me a dezenas (se não centenas) de grupos de “Dança Portuguesa”, “Dança do Coco”, “Boiadeiros”, “Quadrilhas Juninas”, “Cacuriás”, “Grupos de Caixeiras” e outros considerados alternativos.

Esses grupos são também feitos por gente humilde, que ama nossa cultura e que fez opção por praticar uma manifestação cultural ainda não considerada “top de linha”, como são hoje parte dos grupos de “Bumba Meu Boi”, “Tambor de Crioula” ou grupos classificados de para-folclóricos que reúnem vários sotaques e grupos que desenvolvem diversas manifestações em uma só corporação (ex: Barrica, Pirlampo, Cia. Encantar, Lamparina, etc).

Como toda manifestação cultural (ou não), somente com a sua constância, sua presença no meio comunitário e com a conquista de espaços, praticantes e apreciadores é que se tornarão o que verdadeiramente chamamos de “Tradição Popular” reconhecida, legitimada e com o poder simbólico de representar seu povo. Então, segundo o meu olhar e o olhar de uma parcela significativa da nossa população, esses grupos rotulados de manifestações de segunda já são essa chamada “Tradição Popular”, pois eles, além de mobilizarem um grupo muito grande de pessoas (especialmente de jovens), movimentam a rede criativa da cultura e do turismo em nossa terra, de modo informal e muito presente nos ciclos festivos desta região.

Na verdade, esses grupos tiveram um olhar preconceituoso por parte daqueles que se acham acima de qualquer suspeita, incluindo gestores públicos descomprometidos, que, quer queiram ou não, é do poder público que vem a maior parcela de contribuição dos grupos culturais de nossa região para a sobrevivência dessas manifestações culturais, até porque ao longo do tempo as relações comunitárias ou as relações históricas na região metropolitana de São Luís tem registrado essa prática de dependência junto aos grupos culturais, fazendo surgir um personagem que aqui chamados de “padrinho” ou “patrono”, reforçando essa prática nada republicana e de certo modo depreciativa.

Essa prática, se por um lado beneficia uma parcela das manifestações, por outro, penaliza a grande maioria, destacadamente aqueles grupos que no meio comunitário são classificados de “cú pelado”, ou seja, não tem o apelo visual de uma indumentária requintada ao gosto dos formadores de opinião e produtores do “High Society” ou a musicalidade “top dos meios massivos da indústria cultural” suficiente para arrastar multidões.

Triste constatação, pois esses grupos considerados de segunda categoria, sofrem com a discriminação, assim como os grupos de “Tambor de Crioula” ou “Bumba Meu Boi” já foram também perseguidos e proibidos de ter espaço nos locais centrais da cidade e/ou nos casarões da elite ludovicense, prática esta que penalizou milhares de grupos, praticantes e apreciadores de nossas manifestações culturais, organizadas em vários grupos extratificados socialmente. Vale lembrar ainda que a história, que é cíclica, está mais uma vez a testar nossa sabedoria cultural e lúdica, pois são essas manifestações que vão nos diferenciar e nos dar, no futuro, o poder de ser detentores de um saber único, portanto, não podemos liberar essas manifestações de nossa salvaguarda cultural, que cabe ao poder público ser um dos seus principais mantenedores, pois o povo já o é.

É uma pena que os gestores mais uma vez se equivoquem e façam o investimento dos recursos públicos somente na roupagem mais visível da festa, esquecendo da essência e do fato de que organizadores, praticantes, apreciadores e turistas também se alimentam de outras práticas produtivas, históricas e tradicionais, por isso não deveria haver espaço para a segregação cultural como a que está sendo verificada, no momento em nossa terra. Minha solidariedade a todos os grupos alijados da programação oficial e dos arraiais “de bacanas” da cidade. Vamos continuar essa luta, pois ainda não nos mataram de vez e ainda respiramos.

Volto a afirmar, como já o fiz em outras manifestações sobre o assunto, que a persistência é o nosso maior apelo para nos manter vivos. Quem sabe os nossos “Santos Festeiros” nos presenteem como uma enxurrada de milagres com a mudança de atitudes de nossos gestores públicos, pois como o povo devoto, esses santos devem também estar com a autoestima aguçada. Quero reforçar essa minha opinião, que está valendo para a decoração inovadora do momento, está relacionada à roupagem do cenário onde grupos culturais irão se apresentar para a população em geral.

Afinal, as atrações que fazem o recheio dessa festança envolvem outros investimentos, que, além da dedicação individual de cada grupo, de cada cidadão, de cada comunidade, de cada “padrinho”, ou mesmo de cada núcleo familiar, precisam de políticas públicas para sustentação dessa estrutura cultural que é marca do povo maranhense e nos torna diferenciado no campo de atuação da região nordestina e do nosso país. Somos a capital do Bumba Meu Boi e somos os detentores da maior diversidade de manifestações populares do Brasil.

São Luís, 20.06.2019

IGNORAR UM SEGMENTO POPULAR É PERDER EM TODO CONJUNTO

Sem querer ser redundante, manifesto-me mais uma vez para reforçar a tese de que quando atuamos no meio sociocomunitário não podemos ignorar um segmento social existente nesse universo, pois, se assim o fizermos, estaremos penalizando toda a harmonia do contexto da sociedade, que mais cedo ou mais tarde se transformará em prejuízos para todos os que compõem esse campo de atuação comunitário. Faço essa referência para lembrar que o poder público local, ao penalizar parte dos grupos culturais que trabalham com as manifestações de danças populares, estará acendendo um pavio encharcado de gasolina e isso fatalmente irá queimar alguém, especialmente os praticantes e apreciadores de nossas manifestações culturais, pondo em risco a sobrevivência de diversos grupos.

Reafirmo essa tese para lembrar que a atitude dos gestores públicos ligados a esse campo de atuação, especialmente o da cultura e do turismo local, foram, no mínimo, irresponsáveis e estão a colocar em risco a sobrevivência de dezenas de grupos culturais das áreas mais pobres da região metropolitana de São Luís, que ocupam e qualificam pessoas, sobretudo jovens, com a salvaguarda do saber cultural local e assim garantem a sobrevivência de manifestações como “Dança Portuguesa”, “Dança do Coco”, “Boiadeiros”, “Quadrilhas Juninas”, “Cacuriás”, “Grupos de Caixeiras” e outros considerados alternativos.

Por em risco a sobrevivência desses grupos é tirar oportunidades de jovens de apreenderem o saber cultural herdado de nossos avós, que tão bem, souberam no passado, interpretar seu tempo e dele construir expressões de cunho cultural vivas nessas manifestações acima citadas, até porquê, nada é por acaso. Nossas manifestações são, sim, de viés religioso, de viés afrodescendente, de viés

européu e cada uma reflete essas características de forma única e nos dá como legado uma diversidade cultural específica que faz o nosso povo olhar para a região maranhense como espaço geográfico a ser estudado, visitado, frequentado e apreciado com olhares afetivos ao passado do país, que mantém viva a nossa memória.

Só isso já bastaria para que o poder público desse um tratamento mais humanitário e mais igualitário aos grupos populares locais, estabelecendo políticas de acolhimento e não de segregação como o que temos visto nos dias atuais. Essa política de segregação só reproduz o passado colonial penalizador, revivendo uma prática nefasta, por isso temos que condená-la. Mas o período colonial só nos deu exemplo ruins? Não, eis a resposta, pois o período colonial foi um processo em que foi construída a nossa identidade e ela fez com que sobrevivéssemos como povo, mas necessariamente não precisamos repetir a política de dependência e apadrinhamento que está a se repetir nesse tempo contemporâneo.

Reivindicamos uma prática verdadeiramente democrática e que possa acolher as manifestações e grupos considerados de ponta (os chamados queridinhos dos poderes e detentores do poder político e econômico) quanto aos grupos classificados indevidamente de segunda categoria. Querem pois os grupos de Bumba Meu Boi (e os alternativos) apadrinhados pelos políticos, pelas políticas públicas, pelos empresários e pelos poderosos atuando junto com os grupos menores e de menor “consideração” no nosso meio social. Assim, todos nós cresceremos juntos e todos terão a oportunidade de dar uma abocanhada no bolo financeiro destinado à cultura e ao turismo local, transformando essa prática em um fenômeno inovador e sustentável na nossa sociedade.

Só isso justificará os investimentos na roupagem cenográfica dado à cidade nesse período de festas, pois os participantes dos grupos e mantenedores das mani-

festações culturais (de todas) também precisam comer, trabalhar, produzir-se e se respeitar plenamente para poder fazer a festa mais bonita. Não podemos ficar de olhos ofuscados ou fechados para alguns segmentos, enquanto outros continuam a mamar indiscriminadamente nas tetas do poder, levando ao sacrifício grande parcela dos nossos grupos culturais, enquanto só uns poucos eleitos continuam a ser escolhidos para atender os pleitos da estrutura oficial.

Reafirmo mais uma vez que “as atrações que fazem o recheio dessa festança envolvem outros investimentos que, além da dedicação individual de cada grupo, de cada cidadão, de cada comunidade, de cada “padrinho”, ou mesmo de cada núcleo familiar, precisam de políticas públicas para sustentação dessa estrutura cultural que é marca do povo maranhense e nos torna diferenciado no campo de atuação da região nordestina e do nosso país”, pois, “somos a capital do Bumba Meu Boi e somos os detentores da maior diversidade de manifestações populares do Brasil”.

São Luís, 21.06.2019

CULTURA POPULAR: A FESTANÇA NÃO ISOLA AS CONTRADIÇÕES DO SISTEMA POLÍTICO E SOCIAL

Permitam-me mais uma vez refletir sobre o atual momento que o nosso meio social atravessa. Isto mesmo, pois quem é de São Luís parece que a nossa cidade virou uma explosão de vitalidade cultural nunca vista antes, entretanto o olhar de quem vive em outra região do país não percebe as contradições pelas quais passam centenas de praticantes e apreciadores da cultura popular em nossa terra.

É bem verdade que a multidão de pessoas que se desloca para o centro histórico de São Luís não pode mensurar como está sendo a luta desses militantes para se manter vivos no nosso meio social, pois a política pública empreendida por nossos gestores, ou grande parte deles, é uma prática de segregação que deixa à margem do processo de construção as manifestações e grupos culturais considerados de segunda categoria, penalizando, sobretudo, aqueles considerados não aliados dos atuais detentores desse poder.

Tudo isso carregado de uma discreta ou contundente determinação de isolar práticas em um passado recente foram consideradas palco de sucesso ou manifestações acolhidas por outros “grandes apreciadores” de nossa cultura popular. Vale aqui a lembrança de que “grandes apreciadores” podem ser os contratantes de outrora, ou os cidadãos comuns que gostam de nossa cultura, ou os padrinhos que patrocinam e apoiam a produção de nossas manifestações que ainda sobrevivem no meio comunitário, ou os que praticam e que se dedicam ou se doam de corpo e alma para que as manifestações tivessem uma temporada bem acolhida, respeitosa e brilhante.

Com essas minhas afirmações, reitero a afirmativa de que a prática cultural desenvolvida na região metropolitana da capital maranhense tem um histórico de depen-

dência que ocorre há muito tempo, o que fez surgir com o tempo um personagem que aqui, em nossa terra, é denominado de “padrinho” ou “patrono”, fazendo evidenciar essa prática de submissão e dependência financeira dos grupos em relação às oportunidades que são postas em prática no nosso meio social, assemelhando-se muito à prática dos patrocinadores modernos do chamado mundo de livre comércio.

Na verdade, essas semelhanças são evidenciadas e praticadas a cada temporada de festejos e aos poucos muitos grupos vão desaparecendo, pois grande parte desses entusiastas não tem condições de se produzir e a saída é jogar a toalha ao vento, similar às palavras poéticas que são entoadas/levadas ao vento, como as emoções e as injeções de vitalidade que também se vão e se evaporam ao sabor da passagem do tempo.

Assim, percebemos que as chamadas manifestações culturais organizadas em pequenos grupos familiares vão se dissipando e sua prática comunitária vai também se apagando da vivência comunitária, vão levando suas práticas de intercâmbio, de sustentabilidade, de amizade, de carinho entre pessoas, de ocupação dos espaços públicos, deixando um vazio muito grande e a saudade da vitalidade do que já foram enquanto grupos que cultuavam práticas de manifestações como “Dança Portuguesa”, “Dança do Coco”, “Boiadeiros”, “Quadrilhas Juninas”, “Cacuriás”, “Grupos de Caixeiras” e outros considerados alternativos.

É bem verdade que a multidão de pessoas que se desloca para o centro histórico de São Luís não pode mensurar com precisão como está sendo a luta desses militantes para se manter vivos no nosso meio social, pois a política pública empreendida por nossos gestores (ou grande parte dele), é uma prática de segregação que deixa à margem do processo de construção, manifestações e grupos culturais considerados de segunda categoria. Nesse contexto, são penalizados, principalmente, os grupos consi-

derados não aliados dos atuais detentores desse poder. Entre muitas dessas manifestações culturais vistas como de segunda categoria, estão os grupos que se dedicam ou se doam de corpo e alma para que as manifestações tivessem uma temporada bem acolhida, respeitosa e brilhante, irmanados com a população maranhense.

Para piorar, os nossos gestores, este ano, na prática consumista de ganhar prestígio, desprezaram os nossos artistas plásticos (ou os arquitetos, ou os engenheiros elétricos, ou engenheiros civis, ou simplesmente os nossos artistas de comunicação visual) e os deixaram fora da prática de adequar os espaços públicos de nossas praças e ruas com a cenografia e decoração juninas, o que sabemos fazer, optando por importar uma decoração bonita, sim, mas muito pasteurizada, que prefiro nomeá-la de “High-Tech” urbanística, que deturpa as formas e desenhos de nossas manifestações mais genuínas e nos dá um desenho sem inspiração e sem a identidade maranhense.

Verificamos que essa roupagem assemelha-se mais ao consumismo da indústria cultural massificante, que se autoneia de contemporânea e que pode ser reproduzida em larga escala em diversas cidades do país (especialmente no norte e nordeste brasileiro) sem se preocupar com o significado que visualmente está apresentado. Enquanto isso, tome bofetadas na cara dos criadores regionais e ponto final, pois aqueles que se dizem “emanados” pela vontade do povo, não estão nem aí para esse mesmo povo e seus criadores artísticos.

Nossos personagens como “pai Francisco”, “mãe Catirina”, “cazumbás”, “índios”, “índias”, “capeadores”, “boizinhos”, “boizãos”, “capiras”, “matracaqueiros”, “zabumbeiros”, “caboclos de fita”, “coreiras”, tocadores diversos entre tantos outros, que se explodam de raiva ou de tristeza, uma vez que os grupos considerados não alinhados que se contentem com o que lhes fora dado. Esse tipo de atitude não reflete suas práticas cotidianas, nem

suas raízes herdadas por seus pais e avós..... e assim vamos perdendo nossa identidade paulatinamente, devagarinho, e quando menos nos esperamos, não seremos mais nada ou já seremos iguais a todo o resto. Triste isso.

Só para registrar: Cadê o arraial do CEPRAMA? Cadê a programação da Madre de Deus? Cada o Encontro de Quadrilhas? Cadê o Encontro de Danças Portuguesas? Cadê o Cortejo dos Bumbas Meu Boi de Orquestra? Cadê a Trupiada de Matraca? Não é penalizando os grupos e espaços públicos que vamos ganhar respeito da coletividade nem é só prestigiando com apresentações os grupos considerados “tops” e “amigos dos detentores do poder” que vamos ganhar respeito, pois a turma que fica de fora é muito maior e mais fiel ao nosso jeito de ser maranhense.

Continuo a reafirmar que “as atrações que fazem o recheio dessa festança envolvem outros investimentos, que, além da dedicação individual de cada grupo, de cada cidadão, de cada comunidade, de cada “padrinho”, ou mesmo de cada núcleo familiar, precisam de políticas públicas para sustentação dessa estrutura cultural que é marca do povo maranhense e nos torna diferenciado no campo de atuação da região nordestina e do nosso país”, pois, “somos a capital do Bumba Meu Boi e somos os detentores da maior diversidade de manifestações populares do Brasil”.

São Luís, 24.06.2019.

PRORRAGAÇÃO DA FESTA JUNINA É UMA MEDIDA SÁBIA E OPORTUNA

Para aqueles que só veem juízo de valor crítico nas minhas opiniões, quero, de primeira, informar que aplaudo com veemência a prorrogação da nossa festa junina, que deveria ser encerrada no dia 30 de junho e está anunciada para seguir até o dia 6 de julho. Essa medida pelo que eu entendi, sedestina apenas para o Arraial do IPEM, mas, ao meu olhar, deveria ser estendida a demais espaços públicos da cidade, porém, há uma questão legal que parece tem que ser observada com rigor sob pena de haver responsabilização jurídica dos gestores públicos, no futuro.

De qualquer forma, a prorrogação da festança junina, nem que seja em parte dos arraiais da cidade, é uma medida promissora e alentadora para beneficiar sobretudo aqueles que apreciam a nossa cultura popular e os turistas que nos visitam nesse período, pois esse é o principal ciclo comemorativo de nossa região e para a nossa capital, traz, uma multidão de pessoas curiosas por conhecer nossas manifestações culturais, assim como nossas práticas históricas que são carregadas de simbolismo e significados herdados dos nossos ancestrais.

Vale lembrar também que essa medida poderá beneficiar parte dos grupos culturais que, no período de festança junina, tem que se “virar nos trinta” para conseguir recursos financeiros por meio de mais apresentações contratadas na região em que atua e essa prática é cada vez mais determinante para a sobrevivência dos grupos e das manifestações que aqui se desenvolvem, tendo em vista que a população de nossa cidade não pode ignorar que o poder público é um dos principais financiadores de nossos grupos culturais, portanto só isso justifica essa ação de prorrogação aqui tão oportunamente anunciada.

Em nosso meio sociocomunitário e no nosso espaço geográfico, há uma prática desenvolvida ao longo do

tempo que é a submissão dos organizadores e praticantes dos grupos culturais a pessoas que são denominadas de “padrinhos” ou “patronos”, que quase sempre tem algum vínculo com o poder político local, portanto esses personagens detêm um poder simbólico que poderá até ser camuflado (e invisível) de forma a não ser percebido, mas com uma tremenda possibilidade de comandar um rebanho de praticantes para obter benefícios eleitorais junto aos seus protegidos/apadrinhados em pleitos eletivos.

Não esqueçamos que no próximo ano será um ano em que a população de cada cidade brasileira irá renovar os seus representantes do poder municipal, incluindo o Prefeito da Capital, portanto, essa prática é providencial para dar visibilidade a gestões de cidades e estados que pretendem continuar no poder decisório. Independente desse enquadramento eleitoral, a medida de prorrogar é bem vinda para todos aqueles que gostam da cultural popular. Não é por acaso que o povo que aqui vive esteja com sua autoestima em alta e respirando aliviado, pois o período festivo que estamos encerrando foi frondoso e rico em aprovação compartilhada de saber e conhecimento cultural.

É bom lembrar também que nossas comemorações aos santos festeiros não acaba antes da apoteose que os grupos de Bumba Meu Boi do sotaque de matraca realiza na sua tradicional festa a São Marçal, em 30 de junho, na Praça Ivar Saldanha, no bairro do João Paulo, em um encontro simplesmente fantástico que podemos afirmar se torna uma das maiores manifestações festivas espontâneas do Brasil, durante a qual o povo, praticantes, apoiadores e apreciadores se confraternizam, numa rara oportunidade de interação e beleza cultural ocorrida na nossa cidade.

Aproveito para reclamar que a escultura de São Marçal, colocada no Praça Ivar Saldanha (João Paulo), para atender a um pedido da própria comunidade boei-

ra e da comunidade que vive naquela região, está sendo destruída por vândalos para fixar barracas contíguas ao seu pedestal, com a finalidade de comercializar produtos alimentícios durante a noite, quando nunca há fiscalização por parte da Prefeitura da cidade. Infelizmente, a gestão municipal não faz nada para coibir essa prática de vandalismo e o poder público nada faz, o que pode ser visto como uma omissão proposital, pois, segundo a população apreciadora dessa festa, o Prefeito da cidade não está nem aí, considerando que ele professa a religião evangélica, portanto, não vendo com bons olhos as práticas culturais do povo católico e de outros credos religiosos.

São Luís, 29.06.2019

SÃO LUÍS É A CAPITAL NACIONAL DO BUMBA MEU BOI

Nada mais oportuno que a Lei 13.851, publicada no Diário Oficial da União, no dia 5 de julho de 2019, pela Presidência da República, e sancionada no último dia 4 de julho, reconhecendo a capital maranhense como “A capital Nacional do Bumba Meu Boi”. Essa Lei foi uma proposta de projeto apresentada pelo Deputado Hildo Rocha (MDB-MA) e relatada pelo Senador Roberto Rocha (PSDB-MA). Com essa sanção é reconhecida em definitivo a importância da manifestação Bumba Meu Boi (BMB) na cidade de São Luís como o espaço geográfico mais efervescente no que se relaciona à prática da manifestação cultural BMB, a principal manifestação do ciclo festivo junino que ocorre no país durante o mês de junho.

Sem dúvida, a legião de praticantes dessa manifestação cultural proporciona à capital maranhense um período excepcionalmente diferenciado em toda a região nordestina e no país, pois a festança do ciclo junino na cidade de São Luís não se limita somente a grupos de forró e quadrilhas caipira (aliás, atualmente essa forma já está repaginada para um gênero extremamente carnavalizado), que ganha corpo luxuoso a cada ano que passa com os concursos que são promovidos em diversas cidades da região nordestina.

A manifestação cultural BMB no Estado do Maranhão ganha uma importância que extrapola a própria possibilidade de coexistência de centenas de grupos espalhados em toda a região. O maranhense conseguiu reproduzir essa manifestação em várias formas de tocar, que envolve pelo menos 5 ritmos distintos (matraca, zabumba, orquestra, costa de mão e pandeirões), produzindo-se visualmente e interpretando uma fábula caipira que envolve vários atores que residem no imaginário popular regional, estando entre eles o “Pai Francisco” e sua esposa “Catirina”, que deseja comer a língua do boi mais famoso de uma

fazenda. Ainda nesse contexto, entram em cena outros personagens como o dono da fazenda, seus vaqueiros, índios da região, curadores (pajés) e a população do lugar. Essa manifestação é, portanto, a união de vários tipos de personagens oriundos dos povos que colonizaram o Maranhão: índios, negros e brancos europeus.

Na verdade, a moral da história se resume em uma grande confraternização depois que o personagem pai “Francisco” mata o boi mais belo do lugar para atender ao pedido de “Catirina” (que está grávida) e deseja comer sua língua. O dono da fazenda fica muito zangado e apela para os pajés e todos os curandeiros da região para que ressuscitem o boi. Com essa ressuscitação, é montada uma grande festa que se torna a maior ópera popular do lugar, então, entram em cena dezenas de grupos culturais da região reproduzindo essa fábula do imaginário popular – que coincide com a colheita dos frutos plantados na temporada de chuva – além de fazerem a sua interpretação dessa fábula que culminando com a festança junina e deixa o povo maranhense em destaque, proporcionando-lhe um dos maiores festejos juninos do país, com características bem particulares e únicas.

Voltando à Lei 13.851, cabe informar que o relator do Projeto foi o Senador maranhense Roberto Rocha, o qual utiliza como argumento que essa manifestação cultural está presente em diversos estados do Brasil, mas é no Maranhão que o bumba meu boi se destaca com mais força, como uma expressão de cultura, fé e devoção, misturando elementos de tradições europeias, africanas e indígenas. Para o autor do projeto, o Deputado Hildo Rocha, a oficialização de São Luís como a capital nacional do bumba meu boi pode produzir impactos positivos no setor turístico.

A agência do Senado esclarece ainda que “a proposta foi aprovada no mês passado em Plenário pelo Senado, quando foi relatada por Roberto Rocha (PSDB-MA)”

Ele disse, na ocasião, que existem mais de 100 mil grupos de Bumba Meu Boi no país, com força principalmente em cidades no interior do Nordeste, mas o epicentro desta tradicional cultura popular “se dá, de fato, no Maranhão”.

O Senador Roberto Rocha afirmou ainda que “estes grupos se expressam através de música, coreografias, vestimentas e instrumentos. Uma expressão da cultura, fé, devoção e das relações socioeconômicas que remontam a tempos coloniais. Também conhecida como boi-bumbá, a dança folclórica gira em torno da ressurreição de um boi, envolvendo seres humanos e animais fantásticos”. A cultura remonta ainda a tradições europeias, africanas e indígenas, misturadas com elementos católicos, vinculando-se umbilicalmente ao período das festas juninas — descreveu Rocha na ocasião. Ele ainda avalia que a oficialização de São Luís como a Capital Nacional do Bumba Meu Boi pode produzir impactos positivos no setor turístico.

Esse título de Capital Nacional do Bumba Meu Boi é mais um conquistado por esse segmento cultural no Maranhão, lembrando que, no ano de 2008, o BMB maranhense já havia sido reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o que de fato referenda a importância da cultura popular no espaço delimitado pelo povo maranhense que possui uma diversidade cultural muito grande e atuante durante todo o ano, reforçando a importância da cadeia cultural e turística para essa região.

São Luís, 09.07.2019

ENTENDA POR QUE DEVEMOS ACABAR COM O ABRIGO DO LARGO DO CARMO

As forças que constituem o poder público local nas esferas Federal, Estadual e Municipal estão desenvolvendo uma série de ações na capital maranhense no sentido de recuperar e tornar possível a revitalização do nosso centro histórico, especialmente as áreas que envolvem os tombamentos federal e estadual da cidade de São Luís, entre os quais estão a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo, no qual está a construção do conhecido abrigo.

Esse abrigo foi erigido em meados do século passado para atender a necessidade de haver um espaço para receber a população da cidade de São Luís que dependia dos bondes para sua locomoção, no trecho que abrangia o centro histórico, os bairros mais próximos do centro urbano e regiões mais afastadas como os bairros do Monte Castelo, João Paulo e Anil, uma vez que, naquela época, para chegar a essas localidades o povo percorria uma via conhecida como “Caminho Real” ou “Caminho Grande”, pois o centro produtivo da cidade estendia-se até esses limites geográficos.

Na verdade, no centro da cidade foram construídos dois abrigos, um que fica ao lado do início da rua Grande (ou Oswaldo Cruz) e outro que ficava em frente a antiga Câmara de Vereadores de São Luís (o Casarão localizado ao lado dos correios) e está no início da Rua da Paz, que tempos antes havia sofrido modificações para alargamento daquela rua. Esse alargamento chegou a derrubar parte do Convento das Carmo, que perdeu três lances de janelas e a sua escadaria que se estendia até o meio do referido largo e foi substituída por duas escadarias laterais. A cidade também perdeu um pelourinho que ficava em frente a igreja do Carmo e que era o símbolo da escravidão colonizadora da região.

Pois bem, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em conjunto com os poderes públicos estadual e municipal acaba de anunciar a revitalização da Praça João Lisboa e Largo do Carmo, devendo ser mantido o abrigo que ainda existe na parte contígua à entrada da rua Grande. Primeiro, a revitalização desse espaço público é uma demanda de vários gestores municipais, lembro-me de que o ex-prefeito João Castelo tentou de tudo para essa obra ser executada, mas as picuinhas políticas de seu tempo barraram sua vontade e a cidade ficou a esperar.

Espero(amos) que a revitalização agora anunciada reveja a manutenção desse abrigo, pois, ao meu ver, sua demolição é uma ação de bom senso, constituindo-se extremamente pertinente e necessária, já que aquele local não abriga mais nada de bom para a cidade, pelo contrário tornou-se um espaço sem sentido e totalmente insalubre. Jaz o tempo em que a população local recorria aquele espaço para pegar transporte público ou curtir uma noitada ao som de “boa música”.

Atualmente, não percebemos função social relevante para manutenção daquele “abrigo”. Os boxes são pouco procurados pela população que há muito deixou o centro da cidade e ali tornou-se local para práticas ilícitas, que prefiro não nomear para não causar desagravo à parcela populacional praticante. Por isso, torna-se premente que os poderes públicos envolvidos com essa reforma revejam essa revitalização e transfiram para local mais apropriado os atuais ocupantes do referido abrigo.

Só para exemplificar, é transcrito abaixo um trecho da matéria do jornalista Douglas Cunha (12 .02.2017) quando diz:

“O taxista João Batista Correia trabalha no Posto Neon, desde 1972. Ele lembra que quando ali iniciou no trabalho, com “carro

de praça”, os ônibus trafegavam pela Rua da Paz e passavam pela Praça João Lisboa em direção ao Mercado Central e dali para os bairros de origem, e responsabiliza pela atual falta de movimento na praça, a retirada destes ônibus de circular por ali. Ele avalia que a Praça João Lisboa era considerada o “coração da cidade”, com grande movimentação tanto durante o dia, quanto à noite, com o abrigo sendo o principal ponto de táxis e lanches de estudantes e trabalhadores durante o dia, e à noite dos boêmios que, após uma noitada na Zona do Baixo Meretrício, merendavam nas lanchonetes do abrigo e depois se recolhiam às suas casas indo de táxi, já que durante a madrugada não havia transporte público. (O Imparcial, 12.02.2017 - consultado em 8.7.2019).

A afetividade que poderia ser proporcionada por aquela área geográfica está relacionada à devolução do espaço para ser utilizado como via de circulação, passeio ou jardins pela população que ainda se dirige a rua Grande (a qual está também sendo revitalizada). Temos certeza de que os poucos moradores do centro histórico e os visitantes de nossa cidade iriam apreciar bem melhor o conjunto arquitetônico sem aquele ruído visual no meio do passeio. Portanto, para nossa cidade que carece de praças e espaços bem mais estruturados, devolva-se o espaço que o “abrigo” abischoitou quando ainda existiam bondes na nossa cidade.

Vale lembrar que o Convento e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo localizam-se naquela área geográfica (outrora considerado o coração da cidade) e pertencem à Ordem dos Capuchinhos. A Igreja de Nossa Senhora do Carmo, integrada ao convento, é um dos templos católicos mais importantes e tradicionais da cidade. O conjunto localiza-se numa área tombada pelo IPHAN desde 1955.

Consultando o “Guia de Turismo e Viagem de São Luís do Maranhão”, verificamos que a construção do Convento e da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em São Luís, data do ano de 1627, quando o governador Francisco Coelho de Carvalho mandou erguer em terreno abandonado na Rua do Egito – onde havia uma capela com invocação a Santa Bárbara, conhecida por muito tempo como “Carmo Velho” –, as novas instalações do convento onde os carmelitas que aqui viviam instituíram um centro de estudos religiosos. Na época, a cidade ainda era muito pequena.

A história da Igreja de Nossa Senhora do Carmo está ligada a lutas da cidade. Entre elas, a batalha que resultou na expulsão dos holandeses de São Luís (1641). O convento serviu de abrigo para mulheres e crianças, além de fortificação para guardar artilharia. Nessa época, a edificação foi bastante danificada, permanecendo assim durante muito tempo, já que a cidade não tinha condições de reformá-la, o que veio acontecer no século XVIII, com as mudanças socioeconômicas de São Luís, com a implantação da Companhia de Comércio e com a introdução do trabalho escravo negro.

Da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, nasceram ruas importantes da província que se tornava uma grande cidade. Em 1808, as duas torres da igreja foram erguidas. Nas décadas seguintes, serviu de sede para artilharia imperial e mais tarde para o Corpo Policial de Segurança Pública. No andar superior, funcionou também a Biblioteca Pública (1831) e após a remoção do Corpo Policial, abrigou o Liceu Maranhense, dirigido por Sotero dos Reis. Uma placa com a inscrição Liceu – 1838 ainda existe no local. Já em 1866, teve a fachada revestida por belíssimos azulejos portugueses, preservados até hoje.

Esse “Guia de Turismo e Viagem de São Luís do Maranhão” revela ainda que outros fatos curiosos podem ser citados quando se investiga de forma aprofundada a

existência do largo e da Igreja do Carmo, como são as galerias subterrâneas que ligam a Igreja à Fonte do Ribeirão, preservadas até hoje, mas fechadas à visitação pública. Outra situação que envolve a Igreja e seus moradores está relacionada à construção do Teatro Arthur Azevedo, pois os frades da Ordem dos Carmelitas impediram que um templo mundano fosse erguido ao lado da Igreja. Para eles seria uma profanação. Por isso, o teatro foi construído com a frente voltada para a Rua do Sol.

No Largo do Carmo também funcionou a primeira feira da cidade e ali também existiu o pelourinho, “uma coluna de mármore, alta de uns doze metros, trabalhada em feixes espiralados e partidos da base quadrilonga até ao capitel. Sobre este encontrava-se o aparelho punitivo” onde os negros eram punidos e expostos aos que passavam, como presenciado por Odorico Mendes. Uma réplica do pelourinho pode ser vista no museu Cafua das Mercês. Depois de um período de decadência das irmandades instaladas no convento, chegaram a São Luís os seus novos ocupantes para fundar a missão dos Capuchinhos Lombardos no Maranhão, em 1893.

Revela ainda o Guia de Turismo e Viagem de São Luís do Maranhão que a Igreja de Nossa Senhora do Carmo estava em péssimas condições estruturais e só foi aberta ao público em 1895. As obras de recuperação continuaram ao longo da primeira metade do século. Em 1931 e 1932, deu um corte na sapata e no calçadão que fazia limite com a Rua da Paz, visando urbanização da cidade e alargamento da rua, por onde passava a linha de bondes. Na ocasião, foram suprimidas três janelas do convento para alargamento da Rua da Paz

Em meados da década de 1940, desabou parte da capela que pertencia à Irmandade de Bom Jesus dos Passos. Durante a reforma do largo e da Praça João Lisboa, a escadaria que ficava em frente à igreja foi removida

e construídas duas nas laterais da igreja que receberam acabamento em cantaria de lioz. As modificações fazem o logradouro muito diferente da arquitetura original, mas, apesar disso, ainda encanta quem chega à cidade.

São Luís, 9.07..2019

EM FAVOR DE MORADIA PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS NO CENTRO HISTÓRICO LUDOVICENSE

Ainda inspirado nos anúncios de revitalização do centro histórico e arquitetônico da capital maranhense anunciada pelos governos federal, estadual e municipal, venho apresentar uma reivindicação dos servidores públicos da união ou, se não fui claro, dos servidores de todas as esferas que trabalham no centro histórico e próximo ao entorno daquela região, no sentido de contemplar esses cidadãos com moradias nas unidades que deverão ser adequadas nos velhos casarões a serem reformados/adaptados para propiciar a reabilitação daquela área geográfica de nossa cidade.

Temos percebido que os gestores públicos responsáveis pela restauração e recuperação do nosso centro histórico tem reiteradamente afirmado que a revitalização dessa zona passa pela reocupação do centro da cidade, considerando que essa área está cada vez mais vazia e isolada de pessoas, pois está ficando cada vez mais desabitada e dando lugar para casarões ocupados por equipamentos administrativos das redes privada e pública que atuam em nossa região.

Registre-se, também, que quanto mais se ocupa o centro histórico com equipamentos administrativos e de empresas privadas, esse mesmo centro vem pouco a pouco sendo ocupado também com a presença indesejável de desocupados, menores infratores, sem tetos, drogados, maiores abandonados, indigentes e outros integrantes do submundo social, quase sempre invisível aos olhos da sociedade organizada.

A presença desses elementos que teimam em fazer sua convivência incômoda aos olhos da parte organizada da sociedade, que, ao meu ver, pode ser percebida, também, como uma forma de resistência comunitária. Essa resistência aqui referenciada vejo como um infortúnio na

existência daqueles que a vida não ofereceu oportunidades de desenvolver práticas consideradas apropriadas. Esses indivíduos foram aos poucos – de boa fé ou não – se impondo como pessoas que atuam dentro de um recorte de sociabilidade que se pode trabalhar para o apoderamento qualitativo que atenda aos anseios dos empreendedores das redes culturais, turísticas e gestoras da cidade.

Sem querer minimizar a atuação de cidadãos considerados indesejados e inoportunos pelos integrantes das classes médias, alta e trabalhadora para o bom relacionamento das pessoas no meio comunitário, pode-se proporcionar a essa parcela invisível um futuro mais digno, pois esses atores podem ser trabalhados com políticas públicas mais eficazes, que ocupem o tempo ocioso desses cidadãos invisíveis com a produção de atividades laborais que possam lhes render trabalho e renda para sobreviver com dignidade e dar, aos olhos dos que ficam indignados, uma função social mais qualificada.

Assim, o centro histórico de nossa cidade poderá ser mais agradável de ser visitado não só pelos turistas que até aqui chegam para conhecer nosso valioso patrimônio arquitetônico, nossos museus, nossos mercados, nossos equipamentos culturais e turísticos, nosso artesanato e nossa culinária, como também pela parcela social que diariamente tem que conviver com as ações de infratores indesejados e que se tornam visíveis diariamente nas páginas de jornais, programas radiofônicos e televisivos de nossa cidade.

Queremos uma cidade mais humana, mais sorridente, mais acolhedora, no mais amplo sentido de existir, por isso a ocupação do centro histórico com apartamentos improvisados e/ou adequados nos velhos casarões da nossa querida São Luís passa também por contemplar o seu uso pelos trabalhadores do serviço público que servem aos governos federal, estadual e municipal, nem que para isso seja necessário a criação de critérios específicos para atender cada categoria aqui mencionada.

Entendo(emos) que, ao ocupar o centro histórico também com essa categoria de trabalhadores, estar-se-á, de forma inteligente, colocando em pauta os atores que diariamente circulam nas ruas e em ladeiras do centro histórico de São Luís, pois esses atores se sentirão guardiões naturais desse espaço geográfico da cidade, que além de lhes acolher como trabalhadores de serviços essenciais para a movimentação da estrutura da cidade, os transformará também defensores do espaço físico em que habitam e moram, portanto haverá um critério afetivo com um “plus” a mais para que esses cidadãos sejam seus protetores.

Assim, fica a sugestão para que a Prefeitura da cidade, o Governo do Estado e o próprio Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vejam, com a urgência necessária, o atendimento dessa demanda, uma vez que habitar e reconstruir o centro histórico da cidade de São Luís é tarefa de todos, incluindo o autor desta reflexão, assim como de cada cidadão e dirigente que se sinta responsável pela nossa boa convivência de sociabilidade. Uma nova história se começa a construir com ações positivas e que proporcionam oportunidades aos seus habitantes.

São Luís, 10.07..2019.

PARA NÃO DIZEREM QUE NÃO FALEI DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Entre certos temas que estão em voga na sociedade brasileira em nosso tempo, está o da “Reforma da Previdência Social”, o qual abrange diversos pontos de vista e, às vezes, muitos cidadãos apaixonados deixam certas opiniões muito apegadas as suas correntes políticas ou mesmo ao seu simplificado conhecimento empírico daquilo que é absorvido como verdadeiro e mais coerente, sem que analisem em cima de práticas e de fatos que marcaram a trajetória histórica nos diversos campos de atuação que atinge, aliás a Previdência Social vai nos atingir em todos os campos laborais de nossas vidas.

Inicialmente, gostaria de explicar meu ponto de vista como sendo uma pessoa de caráter conservador, liberal e convicta de que o atendimento laico das demandas contempladas seria o mais coerente. Quando me refiro a tratamento laico, gostaria que o alcance da citada reforma fosse estendido a todos os moradores deste país, portanto, sem privilegiar determinadas classes, como os integrantes do sistema de Segurança, do Judiciário, do campo político, entre outros, pois na hora em que é feita essa concessão abrem-se brechas para todos os outros segmentos da classe trabalhadora se legitimarem e reivindicarem benefícios específicos ao seu campo de atuação.

Sendo assim, estou com um pé atrás desta Reforma da Previdência, que acaba de ser aprovada na Câmara Federal. O que mais me chama atenção é que o Ministro Paulo Guedes faz uma pregação rigorosa de tratamento a todos os setores, mas deixa algumas categorias de fora, como se elas fossem inatingíveis: a turma do judiciário, por exemplo, que ganha os maiores salários do país e, em muitos casos, são salários vitalícios, incluindo as aposentadorias, que para os seus dependentes, após a morte do titular.

Depois vem o próprio Presidente da República, o senhor Jair Bolsonaro (que tem tentado de toda forma liberar o porte de armas pesadas no país), o qual era totalmente contrário a esta reforma durante o período pré-eleitoral e durante a própria campanha que o elegeu, defendendo tratamentos diferenciados para a sua corporação de origem: a Segurança. Esses fatos me deixam extremamente indignado, pois quando se afirma que determinadas categorias/segmentos merecem tratamentos especiais, todas as outras tem o direito de pleitear esse mesmo tratamento.

Penso nos Professores, que um dia já foram Respeitados (com “R” maiúsculo”) e que, à rigor, são os primeiro cidadãos a se preocupar com a formação do caráter daqueles que estão em crescimento e precisam do apoio didático de práticas educativas para que sejam cidadãos atuantes, participativos, criativos e moralmente honestos com as suas decisões de ser coparticipante de uma sociedade,. Vale lembrar que os educadores são cidadãos que também tem sentimentos e por isso mesmo desenvolvem, além de educar, outras funções e habilidades criativas/laborais/lúdicas que estão em permanentes disputas no meio sociocomunitário. Os professores, depois da família, são os responsáveis pelos valores éticos que irão nos guiar pelo resto de nossas vidas e esses cidadãos estão cada vez mais diminuídos no meio de nossa sociabilidade.

Também penso na categoria dos médicos e das profissões ligadas à saúde, que são imprescindíveis para manter as pessoas na condição de bem estar e saudáveis para a plena convivência das estruturas comunitárias. Os médicos salvam vidas e nos devolvem a dignidade para enfrentar os desafios da convivência comunitária, assim fico pasmo quando vejo as demandas corporativas atuarem para manter privilégios nesta nova Previdência Social no nosso País.

Claro que quero(emos) receber o salário que a Legislação em vigor garante a mim e a todos, mas com o tratamento honesto e coerente a cada um, sem os recor-

tes que são dados em demasia a uns, em detrimento de outros. A Previdência tem que ser realista e honesta com todos, pois todos nós somos atores atuantes do mesmo espaço geográfico e as conquistas alcançadas na prática de cada um precisam ser reconhecidas pelo sistema, reconhecimento que é devido de cada um de nós.

Estamos a viver em uma era que não são mais comporta práticas desonestas, assim o cidadão se vê agredido a toda hora em que alguém defende tratamento diferenciado para determinadas categorias, como se umas fossem melhores que outras. Que se respeitem as conquistas de cada um e que cada um fique dentro do limite de sua atuação, sem pisar a dignidade de ninguém. Entendo, também, que os direitos adquiridos de cada um tem que ser respeitados, conforme a legislação do seu tempo, pois não se pode macular a história penalizando o Estado de Direito.

Desta maneira, estou de acordo com aqueles que defendem que as novas regras devem ser amplas e minuciosamente claras para que os ricos e pobres se sintam contemplados de forma humana e igualitária, portanto, vamos criar mecanismos para que as grandes fortunas sejam melhor mensuradas com o pagamento justo dos impostos, pois penalizar somente as categorias menos favorecidas não vai trazer a segurança social que a grande maioria do povo deseja.

Os ricos deste país são ricos e tem um patrimônio invejável porque teve a mão de obra e a participação de milhares e milhões de cidadãos com o seu suor, com a sua sabedoria e contribuição produtiva, portanto, não vamos pensar só em fazer crescer os que já são grandes/poderosos (como os banqueiros deste país), mas vamos pensar em um crescimento corresponsável e participativo dentro de um sistema economicamente, culturalmente, historicamente, humanamente e socialmente justo, honesto e contemplativo, sob uma ótica de justiça e conceitos morais éticos.

São Luís, 11.07..2019

PASSEIOS E SARAUS POÉTICO NO CENTRO HISTÓRICO

Temos visto, nos últimos meses, a realização de passeios e saraus poéticos literários no centro histórico da capital maranhense, acompanhados por uma avalanche de pessoas saudosas e ansiosas por atividades lúdicas e recreativas como essas, pois tais atividades nos reavivam a memória trazem à tona os valores que há muito estavam adormecidos em cada um de nós.

Esses passeios e saraus poéticos literários ocorrem nas ruas da área tombada de São Luís (incluindo suas lajeiras) e são ilustrados com a participação de atores previamente contratados para relembrar passagens da nossa história e de acontecimentos que estão no imaginário do povo ludovicense, proporcionando aos participantes uma interação enriquecedora.

Os saraus tem se constituído, dessa forma, em uma promoção virtuosa da Secretaria de Turismo da Prefeitura de São Luís (que neste mês de julho está integrando uma programação denominada de “Férias Culturais”) com o objetivo de proporcionar aos moradores e visitantes da cidade o melhor conhecimento das particularidades da história do povo maranhense, revelando fatos e acontecimentos ocorriam ao longo do tempo, como a atuação de personagens que foram marcantes na construção da cidade, a exemplo das ações da rica comerciante Ana Jansen, que tinha a fama de arrogante, perversa e muito rigorosa no tratamento dado aos seus subordinados, especialmente aos escravos.

São lembradas, ainda, ações dos nossos colonizadores e trechos poéticos de nossos intelectuais que se dedicaram a relatar por meios de crônicas, poesias e outras vertentes literárias, os fatos que marcaram suas vidas e o espaço geográfico da cidade, fornecendo ao cidadão comum pistas de como a cidade foi se construindo pouco a

pouco e nos esclarecendo, assim, o porquê somos o que somos.

Baseada nestas questões peculiares de nossa convivência histórica, a multidão vai seguindo o comando de uma caminhada em cortejo de lembranças e descobertas por ladeiras com pedras de paralelepípedos e calçadas com lajota de cantarias portuguesas ao som de uma trilha sonora providencialmente roteirizada para conduzir ao passado que, para muito dos presentes, representa uma volta aos melhores dias que já tiveram oportunidades de viver.

De qualquer forma, esses passeios/saraus são uma torrente verbal de lembranças e as lembranças podem ser vistas como sinônimos de vida, pois, lembram o passado e resgatam a nossa tradição histórica, oral e testemunhal. Essas lembranças também podem ser vistas como a tradição mais afetiva que nos deixa propositalmente vivos e atentos para descobrir dias melhores, mais fecundos e mais prazerosos, pois a laicidade também nos enche de esperança por descobrir o novo que ainda está adormecido nos mistérios da nossa espacialidade comunitária.

Vale aqui lembrar o que pregava Eric Hobsbawn (1997) quando fundamentou o termo “tradição inventada”, que tão bem nomeou a prática recorrente de uma parcela da sociedade, no sentido de ser popular e bastante identificada com as aspirações dos seus moradores. O grande diferencial percebido, no entanto, é que, nos meses de verão em nossa região, essa prática está aos poucos se tornando tradicional. De qualquer forma, esse fenômeno dos saraus e passeios poéticos fica caracterizado como cultura tradicional que está sendo inventada no decorrer do tempo.

De acordo com Eric Hobsbawn (1997, p. 9), o termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar

num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisas de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez.

Nesta perspectiva, podemos perceber que o fator mais favorável é que essas atividades estão embutidas em uma época em que a temperatura climática está bem mais agradável para a prática turística e visitas comunitárias, o que nos deixa também a impressão de que essas ações são propositalmente agendadas para ocorrer nas comemorações das férias escolares e dos meses de verão, proporcionando também o fortalecimento das relações internas das pessoas e o gerenciamento familiar naquele período.

Ainda de acordo com a análise de Hobsbawn (1997), por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Baseado nesta visão, o festejar anualmente suas datas simbólicas, seus santos religiosos, os ciclos naturais do meio ambiente, as revoadas da fauna, o florescer da natureza seriam práticas que se inserem também neste contexto.

Desse modo, os passeios e saraus promovidos no centro de São Luís vão se legitimando e ganhando corpo, por isso é pertinente ainda perceber o que apregoa Nestor Garcia Canclini (1983, p. 135) ao afirmar que neste aspecto, o termo popular ganha conotações distintas, como por exemplo, podemos verificar que esse autor apresenta três diferentes usos do termo popular, relacionando os sentidos distintos, como: “os estudiosos identificam popular com o tradicional”; “os políticos usam popular como sinônimo de povo”; e, finalmente, os meios de comunicação de massa consideram popular sinônimo de popularidade.

Para Canclini, o mais importante relacionado ao que é popular é o uso que se faz do produto cultural e não a sua origem, portanto essas concepções podem até ser conflituosas. Dessa forma, Canclini sustenta que nenhum objeto tem o seu caráter popular garantido para sempre porque foi produzido pelo povo ou porque este o consome com afeição; o sentido e o valor populares vão sendo conquistados nas relações sociais. É o uso e não a origem que confere esta identidade. (...) Se o popular não se define pela sua beleza e autenticidade, ele não precisa que se preserve essas qualidades... (Canclini, 1983, pp. 135-138).

Verificamos que essas práticas de passeios e saraus poéticos em nossa região são vistas como lúdicas e educativas e estão localizadas de maneira restrita à cidade de São Luís, fazendo com que esse fenômeno seja caracterizado como fragmentação cultural, tendo impacto na área geográfica de atuação na localidade onde é realizada a manifestação cultural.

São Luís, 12.07..2019

O FESTIVAL DOS BOIS DE ZABUMBA À BEIRA DO PRECÍPIO

Sem querer alardear a mesmice daqueles que criticam por criticar, venho analisar fatos que acontecem no campo da cultura e que colocam a nossa tradição em lugar tenebroso. Isso mesmo, a bola da vez agora são os grupos de Bumba Meu Boi do sotaque de Zabumba, que há vinte anos realizam o seu tradicional encontro para marcar o final da temporada junina e este ano está ameaçado de não acontecer por falta de apoio dos gestores públicos da área cultural.

Este evento tem acontecido normalmente no segundo ou terceiro final de semana do mês de julho, na Avenida Newton Bello (onde outrora havia uma enorme árvore “barrigudeira”), no bairro do Monte Castelo, reunindo quase a totalidade dos grupos de BMB de Zabumba, constituindo-se em um momento de conagração e despedida da temporada do ano em que foi realizado, neste caso, refiro-me à temporada de 2019.

Trata-se de um acontecimento que é organizado pelos grupos desse sotaque, tendo como coordenador o boieiro Basílio Durans (um praticante considerado decano dessa manifestação e dirigente do Boi da Liberdade 2) em que os praticantes da manifestação se unem para avaliar, lembrar, trocar experiência, congratular-se e compartilhar a alegria de cada um com a população em geral, incluindo moradores e apreciadores desse sotaque específico da manifestação BMB. Ressalte-se que o sotaque de zabumba é o pai de todos os outros sotaques, pois é considerado o mais nativo e enraizado na natureza cultural de nosso povo.

Com a máxima certeza, esse encontro nunca foi para esbanjar preferências e provocar ciúmes naqueles que praticam outros sotaques dessa manifestação cultural. Isso não, pois desde o seu início a reunião da turma

que pratica o BMB no sotaque zabumba é uma reunião ampla no máximo sentido da alegria de festejar, com a população, um ciclo virtuoso de seus adeptos, por isso não cabe aqui a arrogância do luxo, do desperdício, da fanfarrice e desdém tão comuns em outros campos de atuação e tão facilmente constatados naqueles grupos apadrinhados pelos mais ricos.

No Encontro dos Grupos de BMB de Zabumba, o que se vê é o povo humilde, simples, trabalhador, sem recursos financeiros e a apropriação de um empoderamento cultural ímpar, que quer se manifestar doando-se de maneira mais espontânea possível para marcar o final de um rito festivo, que é cíclico e marca a vida de homens, mulheres, jovens e crianças apaixonados pelo toque/sotaque das zabumbas, em festa.

São homens simples, que tem na prática dessa manifestação o seu momento mais glorioso e amplo de manifestação. Como eles fazem parte de um grupo organizado, que foi com muito sacrifício produzido no sentido artístico, espiritual, religioso e social, juntam-se a arte e a fé em favor de uma causa, que só quem a pratica de maneira espontânea e apaixonada pode explicar. Portanto, cabe aos senhores gestores públicos ligados ao campo da política e administração cultural da cidade e do Estado se unirem e socorrer esses praticantes, apreciadores e devotos dessa manifestação, que também é símbolo identitário de nossa gente.

Digo isso com a maior naturalidade, pois as centenas de praticantes desse sotaque de BMB de zabumba são pessoas simples e sem posses, por isso o atendimento que eles pedem é, pelo menos, o de lhes ser concedida a infraestrutura básica para o Encontro acontecer sem atropelos. Isto implica no fornecimento de serviços como palco, som, luz, segurança, limpeza das vias públicas do local e adjacências, além do transporte para os diversos grupos.

Essa reivindicação com certeza não apareceu de última hora. Isso não, pois sei que os organizadores, com muita antecedência, procuram os canais competentes para que esses serviços lhes sejam fornecidos. O que pode ter ocorrido é falta de sensibilidade de alguns programadores e gestores em não atender essas demandas em favor de outras mais alinhadas com as práticas políticas daqueles que estão no poder. Assim, vão-se esmaçando algumas práticas culturais de nossa espacialidade geográfica. Pena que quase todos os atingidos são de extratos sociais sem os tradicionais “patronos” e “padrinhos políticos” que deixam os nossos grupos culturais em estado de submissão.

Dito isso, torço para que os corações mais sensíveis dos homens e mulheres que estão na gestão pública de nossa cidade e do Estado revejam essa postura com a máxima urgência e deem uma boa notícia aos organizadores do 20º Encontro de Grupos de Bumba Meu Boi no sotaque de Zabumba. Ainda há tempo de remediar essa questão com sabedoria e destreza. Afinal, São Luís é a Capital Nacional do Bumba Meu Boi, título lhe atribuído recentemente, por meio de proposição do Deputado Federal Hildo Rocha e relatada pelo Senador Roberto Rocha (MDB e PSDB, respectivamente), tendo sido sancionada no último dia 4 de julho. Seria estranho esse evento não ocorrer logo neste ano. Não é verdade?

São Luís, 12.07..2019.

ENCONTRO DE MIOLOS DE BOI ENCANTA O POVO NA PRAIA GRANDE

Sem dúvida a manifestação cultural do Bumba Meu Boi (BMB) é a maior e mais significativa expressão cultural do povo maranhense. Afirmando isso com a certeza de que não quero menosprezar as demais, no entanto, é o BMB que reúne a maior quantidade de grupos e participantes entre todas as manifestações do folclore regional em nossa terra. Além disso, ela se subdivide em 5 vertentes específicas que chamamos de sotaques.

Independente dessas especificidades dos grupos de BMB, todos os grupos dessa categoria cultural trazem consigo um personagem quase invisível aos olhos do povo: o seu miolo, aquele participante que dá movimento e vida ao referido boi – uma réplica construída em uma armação de talos (ou vergalhões de ferro) e forrada com espumas ou tiras de buritis, para, em seguida, ser vestido com uma roupa bordada, conforme o tema escolhido pela coordenação do grupo.

Dessa forma, tanto os personagens de boi, assim como todos os participantes dos grupos (que no Maranhão são nomeados de brincantes) são vestidos com um figurino que utiliza uma temática escolhida previamente para ser o motivo inspirador da sua decoração (vestimenta), portanto, atualmente (e sempre foi assim) há um profissional com habilidades de criar ou conceber essa indumentária, que normalmente é chamado de estilista, para desenhar o figurino do grupo.

A figura do boi é considerada um dos personagens mais importantes dessa manifestação, no entanto, o seu miolo é um cidadão que passa quase toda a temporada invisível (ou pouco visível) debaixo da carcaça artificial que dá o formato coreográfico ao referido boi. Esse cidadão dá vida ao boi, por meio de movimentos, danças e coreografias diversas, que passam por momentos distintos como o

de “ser abençoado” nos momentos de batizados do grupo, reverências a “padrinhos” ou pessoas importantes de uma comunidade ou de brincar com crianças e adultos fazendo uma espécie de afago, mesmo quando esse afago, discretamente requer uma contrapartida, que, na região chama-se prenda ou brinde (esmolos), como por exemplo uma bebida para animar ainda mais a apresentação.

Pois bem, esse personagem do boi tem sido o objeto há 14 anos, de um dia de reunião que ficou conhecido por “Encontro de Miolos de Boi”, organizado pelo Produtor Cultural José Reis, e que ocorre no centro histórico da capital maranhense, no bairro da Praia Grande. Esse encontro reúne mais de duzentos bonecos de boi que ficam postados ao redor da Casa das Tulhas, sendo guardados por cada cidadão que lhes dá vida – o chamado miolo.

Nesse dia, esse cidadão comum, que é apaixonado pela manifestação BMB e por conduzir o boneco do boi, é finalmente reconhecido como elemento importante durante o desempenho das apresentações dos grupos. Eles são homenageados, são paparicados e referenciados graças a uma iniciativa de um produtor da cidade, que foi visionário ao tomar a iniciativa de inventar a criação desse dia, que normalmente ocorre no mês de julho, após a temporada gorda da festança junina.

O encontro é uma grande surpresa para o público que trabalha no centro da cidade, assim como para os apreciadores da manifestação de BMB e de eventuais turistas que visitam a cidade nesse período. A produção do evento é bancada por doações de comerciantes, apreciadores e, atualmente, parece que o poder público já fornece uma parcela da infra-estrutura para realizar o evento.

Sem dúvida, esse “Encontro de Miolos de Boi” vem sendo reconhecido a cada ano que passa e já podemos afirmar que ele também já é esperado com muita expectativa pela população local, pois a diversidade de motivos que decoram os bonecos, a impactação visual de mais de

200 bois de grupos diferentes reunidos no centro da cidade e o próprio burburinho que causam são elementos que agradam a quase todos que circulam por aquela área geográfica da cidade e quem ganha com essa iniciativa é a cidade como um todo, pois, a partir de uma iniciativa relativamente simples e sustentável, o produtor José Reis foi visionário ao perceber que essa ação poderia ser motivo da curiosidade e atenção da população, o que lhe legitima como criador de uma tradição cultural muito bem vinda para somar com a cadeia produtiva da cultura e do turismo da cidade.

Essa ação criativa de José Reis pode ser vista como uma atividade em que a comunidade modifica a vivência entre as diferentes temporalidades do espaço social, destacadamente o urbano, por isso, segundo Ledrut (1968, p.260), as cidades por meio do seu conjunto heterogêneo de interesses “se estabelecem mediante a espacialidade”. Nessa conjuntura, podemos tomar por empréstimo a reflexão de Nestor Garcia Canclini (1983, p.103), quando afirma que “o popular não se concentra em objetos nem se congela em patrimônios de bens estáveis”. É melhor tentar identificá-lo a partir de suas condições de produção e consumo.

Desse modo, Canclini (1983) percebe que popular não é privilégio dos setores populares, sendo veiculado e apropriado por outros setores da sociedade. Indo ao encontro dessa afirmativa cancliniana, vários grupos de BMB e outras manifestações culturais estão interagindo com esse 14º Encontro de Miosos de BMB, transformando o centro histórico de São Luís em uma área privilegiada que apresenta um evento singular, único, dentro da espacialidade geográfica da cidade, o qual além de muito simbólica para a nossa cultura é prazerosa de ser vista, mensurada e entendida nos seus pormenores.

Por tudo isso, desta mesma forma, os populares absorvem e reinterpretam tradições de outras classes. As-

sim, segundo o professor Eugênio Araújo, da Universidade Federal do Maranhão, constatamos que “vivemos em uma sociedade mista, complexa, híbrida, sincrética, atravessada por várias redes de significados, manifestações e tradições culturais distintas” (Araújo, 2014, p. 18); realizamos, a toda hora, escolhas referentes àquilo que desejamos e com o que nos identificamos, aderimos, participamos e propagamos”.

Storey (1997, p. 46) afirma que “o que une, é uma abordagem que insiste em afirmar-se através da análise da cultura de uma sociedade”. De acordo com esse autor, essa reconstrução de comportamento padronizado é possível ser reconhecida ou apreendida por meio das formas textuais e das práticas documentadas de uma cultura, o que para ele “é uma perspectiva que enfatiza a “atividade humana”, a produção ativa da cultura, ao invés de seu consumo passivo”.

São Luís, 12.07..2019

COMO A “FEIRINHA SÃO LUÍS” TORNOU-SE REFERÊNCIA DE UMA GESTÃO

Peço permissão para refletir um pouco sobre o fenômeno da Feirinha São Luís como evento que se tornou referência na atual administração da capital maranhense. Inicialmente, cabe contextualizar que essa feirinha, no primeiro momento, foi concebida para atender os produtores de área “horte-fruto-granjeiro” da região metropolitana da cidade de São Luís, tendo como local a praça Benedito Leite, situada em pleno centro histórico da nossa cidade, à partir de uma ação da SEMAPA (Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento) da Prefeitura de São Luís com o objetivo prioritário de fortalecer a agricultura familiar.

Assim, o atual vereador Ivaldo Rodrigues, atualmente afastado dessa função para exercer o cargo de Secretário Municipal da Agricultura, Pesca e Abastecimento, lançou esse projeto com a desconfiança de boa parte do segmento produtivo de nosso município, pois o centro da cidade está cada vez mais vazio de moradores e a iniciativa parecia mais uma aposta política para dar visibilidade à gestão do Prefeito Edvaldo Holanda, que vinha e vem recebendo muitas críticas na condução dos problemas da cidade.

Mas, não é que a proposta da Feirinha São Luís se tornou um fenômeno de aprovação junto à população da cidade? Primeiro, o projeto que deveria atender prioritariamente os produtores da agricultura familiar teve a brilhante e providencial iniciativa de interagir com outros setores que atuam fortemente na cadeia produtiva da cultura e turismo da nossa capital, assim, tornou-se um ponto de encontro de famílias, produtores, visitantes e turistas que eventualmente passam por São Luís aos domingos.

Um dos temores dos atores comunitários envolvidos com a execução do projeto era o de que o local esco-

lhido para a referida feirinha fosse inadequado, considerando que a Praça Benedito Leite está localizada ao lado da Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória, o que poderia atrapalhar as atividades daquele templo nas manhãs de domingo e quando são realizadas missas, batizados, casamentos, entre outras atividades ligadas à igreja católica local. Isso não se constituiu problema, pois a organização da feirinha se entendeu com o clero e as duas atividades vem acontecendo sem grandes desconfortos para as duas partes envolvidas.

O que mais me chamou atenção foi o fato de que com a constância da realização da referida feirinha houve uma hibridização natural da finalidade do projeto lançado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento e a parte cultural passou a ocupar (nem que seja camufladamente) a primazia na realização de tal evento. Digo isso baseado no fato de que a oportunidade dada aos grupos culturais, artistas independentes e atrações diversas que circulam por São Luís tem aportado naquele espaço, como se fosse uma dádiva que legitimasse a sua prática laboral.

Assim, percebi que a realização da Feirinha São Luís em atender aos produtores da agricultura familiar tornou-se um objetivo secundário, pois o povo que para ali se dirige o faz para se congratular com a própria população ludovicense, além de consumir as delícias da gastronomia local (que não é executada pelos produtores da agricultura familiar) e curtir as atrações culturais que sobem ao palco todos os domingos para animar esse empreendimento que, no meu modo de ver as coisas, se tornou multicultural.

Digo essa assertiva de que a Feirinha se tornou um evento multicultural também concordando com a opinião de vários agentes do campo de cultura, do turismo, da rede hoteleira e do abastecimento, que também concordam que essa feirinha está sendo vista como uma proposta que ex-

trapolou seus objetivos iniciais, uma vez que reúne outros atributos fundamentais para atender às demandas dos produtores e praticantes de diversas áreas de expressões atuantes na cidade e região, como o consumo de outras práticas comunitárias, já tão bem apontadas pelos estudiosos da cadeia produtiva de cultura e turismo.

Mas por que isso acontece? No meu ponto de vista o acolhimento da Feirinha São Luís deu-se pela necessidade que a comunidade tem de estar em permanente sintonia com as atividades culturais enraizadas pela sua gente ao longo do tempo e faltava à cidade uma interlocução como essa no seu centro de convivência, pois, quer queira ou não, o centro histórico e arquitetônico de nossa cidade é o coração de São Luís e um dos locais que mais despertam a atenção de sua gente e daqueles que aqui nos visitam.

Outro motivo que considero bem pertinente, é que a inoperância da gestão municipal para com a área da cultura (que estranhamente criou uma Secretaria Municipal de Cultura, sem uma infraestrutura adequada), colocava em cheque a administração da cidade, então, a proposta apresentada pela SEMAPA caiu como uma luva para atender a um público produtor de cultura de forma determinante e bem apropriada para esse campo de atuação e outros campos afins.

Desse modo, aqui em São Luís, uma proposta nascida de uma Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento, se constituiu num ponto de referência para uma gestão que recebe e recebia inúmeras críticas, por não considerar o campo cultural e turístico como prioridade. Nesse contexto, o povo ludovicense tem que reconhecer que o Secretário Ivaldo Rodrigues foi sábio ao propor o desenvolvimento desse projeto de Feirinha São Luís, no centro histórico da cidade. Até parece que o titular da SEMAPA é também o titular da SECULT (Secretaria Municipal de Cultura), pois o cidadão que ocupa aquela pasta tem se mostrado muito inoperante.

Nessa conjuntura, a Feirinha São Luís vem agregando também setores como cultura, gastronomia, artesanato e literatura, tornando-se o evento dominical da família ludovicense e dos turistas, servindo como vitrine para expor o que de melhor é produzido no Maranhão. No mês de junho, por exemplo, esse evento destacou as festas juninas reunindo atrações da cultura popular do Maranhão no Arraial da Feirinha, iniciativa que prosseguirá em julho, durante as férias escolares.

Como ressaltam os releases que saem da SEMAPA, a Feirinha São Luís agrega valores importantes da cidade, e é abraçada pela população com sentimento de pertencimento, que fica ainda mais forte durante o período de festança de nossa população, por isso está aí a justificativa para que se mantenha uma programação com atrações artísticas e populares como os grupos das diversas manifestações culturais maranhenses e com artistas independentes de nossa região.

O programa Feirinha São Luís nasceu em junho de 2017, executado por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), ocorre todos os domingos na Praça Benedito Leite, tendo como objetivo principal incentivar a venda de produtos agroecológicos oriundos da agricultura familiar, além de apresentar aos visitantes a cultura e gastronomia ludovicense.

Desse modo, não tenho dúvida em afirmar que a Feirinha São Luís, que a cada domingo torna-se um acontecimento ímpar em nossa cidade, se tornou, ao longo de quase dois anos de execução, em uma referência lúdica, cultural, gastronômica, de lazer e de convivência com a população ludovicense, rendendo, sobretudo, trabalho e renda para dezenas de famílias que ali encontram forma de negociar e curtir produtos que são nossa cara e nossa alma identitária.

São Luís, 15.07..2019.

ALUGUÉIS E FALTA DE MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS: DESPERDÍCIOS INESPLICÁVEIS DO PODER PÚBLICO

Tenho ficado indignado quando percebo que em nossa cidade existem muitos imóveis e bens públicos abandonados, sem que haja, por parte dos dirigentes que comandam as instituições locais, uma atitude eficiente para uma rápida restauração/revitalização desse patrimônio, com a finalidade de utilizá-lo como equipamentos público, colocando à sua disposição da sociedade. Só para exemplificar melhor essa minha assertiva, cito três prédios públicos que estão totalmente abandonados: a antiga sede da SECULT, o Teatro da Cidade e o Edifício BEM (onde funcionou o antigo Banco do Estado do Maranhão), localizados respectivamente nas ruas Isaac Martins (em frente a Fonte do Ribeirão) e na Rua do Egito, todos em pleno centro da cidade de São Luís.

Diante desse quadro de inoperância, muitos cidadãos se questionam por que o poder público desperdiça muito? Ou por que o poder público não é eficiente para evitar desperdícios quando deveria ser eficiente? Ou qual a razão de se fazer de conta que não está vendo nada, quando todo mundo vê? Para melhor entendimento dos que se consideram leigos no assunto, percebemos e constatamos que o poder público, dependendo de quem está no comando (quando se refere ao segmento político), paira no meio social uma prática histórica de favorecer aliados e amigos daqueles agentes sociais que ajudaram a eleger este ou aquele político, por isso, esses dirigentes teimam em manter uma espécie de contratação de serviços – entre eles o aluguel de imóveis – para beneficiar estes “amigos” protetores/colaboradores de suas campanhas eleitorais.

Até aí parece que essas contratações de serviços e produtos oferecidos pelos “amigos do poder” é uma praxis normal. Não é. É sobretudo uma prática ilícita e imoral que é a toda hora desenvolvida pelos dirigentes criando situa-

ções para dar verniz de legalidade e licitudes as suas atitudes administrativas, como contratar por meio de práticas viciadas de licitações com cartas previamente marcadas, quando saem vencedores os seus amigos anteriormente acordados. Assim, é comum circular no meio dos corretores do poder que essa ou aquela empresa é quem vai ganhar (ou desenvolver) tais serviços, pois essa seria a orientação do gestor que está no comando. Infelizmente essas ações estão cada vez mais presentes no nosso dia a dia.

Mas, voltando ao questionamento inicial desta minha reflexão, tomemos como foco o prédio de dez andares do antigo Banco do Estado do Maranhão, na rua do Egito. Esse prédio foi 90% (noventa por cento) restaurado na gestão do ex-prefeito João Castelo com a supervisão do IPHAN. Pois bem como o referido ex-prefeito não se reelegera, a atual gestão herdou o referido prédio. O mesmo deveria ser utilizado por equipamentos públicos ligados ao poder municipal. Tenho certeza de que ali dava para instalar pelo menos 3 a 5 secretarias de pequeno porte, aliviando a folha de pagamento no setor de serviços de aluguel da prefeitura municipal da cidade.

Infelizmente, a atual gestão – não sei porque cargas d’água – preferiu não fazer nada, não concluindo e nem utilizando aquele prédio do antigo BEM para nada. A consequência é que o imóvel ficou abandonado e já está a ser pixado e depredado impiedosamente pelos vândalos dos bens públicos. Uma pena, pois o dinheiro do aluguel de imóveis que está pagando os “favores dos amigos” do poder poderiam estar sendo aplicados em outras áreas, suprimindo as demandas oriundas da comunidade, entre elas a melhoria dos serviços de saúde, educação e segurança, por exemplo.

O prédio do BEM está localizado estrategicamente na esquina das ruas do Egito com Afogados e poderia ser bem utilizado pela gestão municipal abringando secretarias ou unidades do poder público para o bem comunitário.

Outro ponto que está a deixar o povo indignado é o Teatro da Cidade, localizado também na rua do Egito (“x” com esse do prédio do BEM), que há pouco mais de um ano está com suas portas fechadas por absoluta falta de reparos/conservação no seu telhado. Isso mesmo, o Teatro da Cidade, que foi restaurado pelo IPHAN e inaugurado no terceiro ano da gestão do Prefeito João Castelo, portanto, há menos de oito anos, já está com suas portas fechadas. Segundo se comenta no meio gestor da cidade, parece que não há perspectiva de ser reaberto tão cedo.

O fechamento do Teatro da Cidade é visto como uma indecência, pois a nossa classe artística está sentindo sua falta e esse equipamento atendia uma parcela de nossos produtores e grupos culturais de forma intensa, especialmente aqueles espetáculos considerados de pequeno e médio porte, mas a gestão municipal parece que não vê prioridade nessa prática. Fico a pensar se, em vez de um teatro para atender a classe artística, naquele local, funcionasse uma igreja evangélica, será que a gestão teria deixado chegar ao ponto de fechá-lo? Afinal a restauração promovida naquele prédio do antigo Cine Roxy, em trabalho conjunto da Prefeitura de São Luís e o IPHAN, foi gasto dinheiro público, que é fruto dos impostos que pagamos, portanto, esse bem deveria ser melhor utilizado.

Enquanto o Teatro da Cidade está fechado, sem utilização alguma pela comunidade, os cupins continuam a agir, consumindo tudo que podem roer; as goteiras causadas pelas chuvas também vão desgastando todo o ambiente; as cadeiras, cortinas, portas, janelas, equipamentos de iluminação e demais bens móveis vão se autodestruindo, até que nada mais preste. E ninguém faz nada, ninguém diz nada, nem o Ministério Público cobra ou faz alguma coisa. Onde estão os vereadores da cidade que tem a função de sugerir, fiscalizar, apontar caminhos para solucionar problemas e auxiliar o poder executivo na gestão da cidade?

Para piorar a situação, vejamos a situação do Casarão localizado em frente da Fonte do Ribeirão, onde foi localizada a sede da antiga Fundação Municipal de Cultural e da Secretaria Municipal de Cultura. Esse casarão, que também é de propriedade da Prefeitura de São Luís, por falta de providências da atual gestão, foi abandonado e colocaram a sede da SECULT em um prédio alugado na rua do Mocambo (dizem que está com pagamento dos aluguéis atrasados por mais de seis meses). O pior de tudo isso, é que mudaram a sede de um casarão histórico que deveria ter sido restaurado e reutilizado para a própria Secretaria de Cultura, considerando que aquele prédio é simbólico para o conjunto arquitetônico da cidade.

Mas, a atitude do poder municipal em relação ao Casarão sede da SECULT (em frente à Fonte do Ribeirão) não pára por aí, pois o mesmo fora disponibilizado (segundo se comenta nos corredores da Prefeitura) para um “parente ou amigo” do atual Vice-Prefeito da cidade, por cerca de 30 anos, por meio de contrato/comodato. E ninguém diz nada e ninguém faz nada. Nem a Câmara de Vereadores, nem o Ministério Público e nem os artistas se mobilizam para pedir explicações ao gestor da cidade.

Essas ações são ou não são imorais? Enquanto de um lado, o poder público favorece os “amigos do poder” – os chamados aliados de campanhas eleitorais – com aluguel de imóveis perfeitamente dispensáveis se houvesse a restauração e conservação adequada daqueles que já existem como propriedade do próprio poder público; por outro lado, abandonam a conservação e restauração de imóveis onde funcionam ou poderiam funcionar equipamentos públicos para o bem da comunidade, fornecendo serviços mais bem qualificados à coletividade e em situações bem mais favoráveis. Infelizmente não é o que se registra na prática atual (e histórica) de nossa gestão municipal. Até quando?

São Luís, 16.07..2019.

MERCADO CENTRAL EM ESTADO DEGRADANTE COMPROMETE A SOCIABILIDADE LUDOVICENSE

Sou uma pessoa fiel frequentadora dos mercados e feiras da cidade de São Luís, especialmente daqueles mais localizados nas zonas centrais da cidade, portanto, conheço muito bem o Mercado Central de São Luís. O mesmo está uma lástima. Não encontro outra palavra para conceituar o atual estado físico em que se encontra aquele imóvel situado em pleno centro histórico da capital maranhense, pois o mesmo está degradante e insalubre. Refiro-me a maior parte física dos espaços daquele equipamento comunitário, que deveria ser cuidado como um cartão postal de nossa cidade, especialmente para a própria população local e, por extensão, para quem nos visita.

Neste contexto, considero os mercados e feiras de uma cidade os símbolos afetivos carregados de significados de qualquer cidade que se diz humanizada e com forte tendência para atrair investimentos nos campos do turismo e da cultura. Quem conhece outras capitais brasileiras, como Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Recife, Salvador e Belo Horizonte, por exemplo, é possível que já tenha percebido que os seus Mercados Centrais (que em muitas cidades são chamados de Mercados Municipais ou Mercados Modelos) são símbolos de convivência e sociabilidade que extrapolam o *modus operandi* de um povo, pois nesse espaço se reproduz a dinâmica social de uma comunidade (e/ou região).

Com certeza os mercados municipais (ou centrais) da maioria das grandes cidades com tendência a se tornarem destinos turísticos são tratados com um diferencial minuciosamente cuidadoso, no sentido de dar uma boa impressão aos seus visitantes, por isso, eu, pessoalmente, fico com inveja dessas cidades quando comparo com o mercado central de São Luís. Os mercados das cidades

acima citadas são verdadeiros shoppings populares, com uma conservação exemplar que deixa todos bem a vontade para visitá-los e fazer compras.

Na verdade, os mercados das cidades citadas não servem somente para a realização de compras e visitas, eles são equipamentos de referências dessas cidades, apresentando uma organização cuidadosamente trabalhada para facilitar o acesso do público, sem contar com a limpeza rigorosa de todos os espaços físicos e uma conservação impecável. Além disso, a organização passa também pelo cuidado de todos os proprietários de boxes e lojas em manter o lugar limpo e organizado, sem contar com a simpatia e hospitalidade de cada povo, que nos atende com as suas características regionais.

Dito isso, retorno ao descontrole estrutural do Mercado Central de São Luís, que deveria ser uma réplica organizacional do que relatei sobre os equipamentos das cidades mencionadas anteriormente. Infelizmente não é, pois o nosso equipamento está totalmente degradado, faltando-lhe ação administrativa que lhe proporcione todos os atributos para uma boa gestão. Primeiramente, o nosso MC está entulhado com um número excessivo de feirantes e comerciantes, cujo total, segundo falam os frequentadores do lugar, passa de 400 pessoas vendendo todo tipo de mercadoria, dentro (e no entorno, calçadas) do referido Mercado.

Com esse quadro de utilização daquele espaço físico, entendo que o mesmo deveria ser utilizado somente pela metade dos atuais ocupantes, pois um mercado para receber bem uma clientela precisa de área territorial para circulação adequada de transeuntes, bem como para acolher um grande número de frequentadores (incluindo os portadores de deficiência física), além da organização e limpeza apropriadas para a exposição dos produtos que serão comercializados, portanto, seria necessário um re-

dimensionamento de todo o espaço, destinando parte dos feirantes e comerciantes para outros imóveis nas redondezas ou outros mercados da cidade.

Se nos espelharmos no Mercado Municipal de Porto Alegre, será constatado que o espaço físico de um equipamento como esse precisa ter toda sua instalação elétrica e hidráulica refeitas, assim como todo seu piso, seus banheiros, sua administração, boxes, restaurantes e bancas. Enfim, todos os espaços precisam ser readequados e normatizados conforme os nichos de comercialização, como por exemplo, vendedores de legumes e frutas devem ocupar uma determinada área exclusiva para si, deixando da mesma forma espaços para vendedores de carnes, vendedores de secos e molhados, vendedores de artesanato, vendedores de plantas e animais vivos e assim por diante, pois se essa orientação já foi posta em prática nas reformas anteriores, ela hoje está totalmente comprometida e confusa.

Mas de quem é a culpa da bagunça que reina no nosso Mercado Central hoje? Se formos perguntar ao poder público, a resposta será de que a culpa é dos feirantes e comerciantes, pois essa responsabilidade foi passada para eles em gestões anteriores. Esses comerciantes mal administram seu negócio e na maioria das vezes não foram preparados para gerir tamanha responsabilidade. Assim, vemos uma gestão chinfrim, sem a habilidade necessária para impor a organização que a demanda de usuários precisa e reclama há muito tempo.

Por outro lado, se formos perguntar aos feirantes e comerciantes de quem é a culpa? Eles vão dizer que é dos gestores públicos que não dão o apoio necessário para a manutenção do espaço, assim como os vendedores informais serão também apontados como responsáveis pela bagunça generalizada. Em meio a tudo isso, existem dezenas de famílias que dependem do trabalho e renda que o Mercado Central ainda é capaz de proporcionar diariamente para cada cidadão que ali trabalha.

Há, ainda, outras práticas que são dúbias na gestão daquele mercado, pois a administração daquele espaço cobra taxa diária dos ocupantes para comercializar seus produtos. Essas taxas tem valores diferenciados, dependendo do espaço e do que está sendo vendido, por isso ninguém sabe informar quanto é essa arrecadação diária, que, com certeza, engorda o bolso ou a conta bancária de alguém, considerando também que os inquilinos recebem um recibo genérico desses vendidos em papelarias/livrarias, sem conter o nome da empresa que cobra, nem CNPJ, endereço ou outra informação que comprove esse pagamento. O recibo aqui referenciado tem uma rubrica inlegível que não dá para identificar quem assinou.

Enfim, se constatará que há um empurra com a barriga de um para culpar o outro, enquanto isso quem sofre é todo mundo, inclusive os ocupantes do mercado, moradores e visitantes da cidade que tem que conviver com um mercado totalmente desorganizado e insalubre, que serve de abrigo para toda espécie de insetos, entre baratas, formigas, moscas e até ratos sem contar com os desocupados, dependentes de drogas, pedintes e infratores que vivem na área e no entorno do referido mercado, praticando uma série de atos ilícitos.

Foi democrático passar a gestão daquele espaço para os feirantes e comerciantes? Não, não foi, pois o que os governantes queriam era exatamente isso – tirar a responsabilidade de seus ombros ou de sua alçada e eles conseguiram se safar por um bom período. Agora, por conta dessa esperteza, estamos com um equipamento totalmente degradado e insalubre. As carnes são vendidas de qualquer jeito, os vendedores não usam equipamento de segurança e limpeza adequados, moscas, ratos e insetos de toda natureza circulam por entre paredes, esgotos, canos, telhados e marquise, colocando em perigo a saúde de usuários, frequentadores e do povo em geral que visita aquela região da cidade e consome produtos ali comercializados.

Os banheiros do mercado são uma lástima, além de apertados, a higiene do local é muito questionável, apesar de haver um cidadão que eventualmente joga água para escorrer a sujeira deixada pelos usuários. As calçadas do mercado são ocupadas por bancas de secos e molhados, por vendedores de artesanato, animais (inclusive silvestres), vendedores de alimentação (aliás a gastronomia do mercado é muito peculiar e boa, apesar dos perigos) e produtos de toda natureza, sem os critérios técnicos para uma boa convivência entre os próprios ocupantes do local e os frequentadores.

Mas, só existem pontos negativos no Mercado Central de São Luís? A resposta também é não. Lá tem muita coisas boas, muita gente boa, muitos produtos excelentes e que são simbolicamente representativos do jeito maranhense de ser. Lá tem muitos homens e mulheres trabalhadores e honestos que dão o seu suor, de segunda a segunda feira, para bem atender a população e tirar dali sua sobrevivência, mas é preciso normatizar e organizar a atual bagunça que lá está. E isso só será possível com a entrada do poder público nesse desafio. A hora é agora, pois no próximo ano haverá eleições municipais.

Fica a dica para os gestores que estão no poder: Lá no Mercado Central tem trabalhadores, pais e mães de família que votam, portanto, é hora de arrumar a casa e dar à cidade de São Luís um Mercado Central decente, organizado conforme normas técnicas da ABNT e as regras da boa arquitetura que atendam aos os nossos interesses históricos e de sociabilidade comunitária. Tenho certeza de que se estas sugestões forem atendidas, o nosso Mercado Central atenderá bem melhor a população local e os nossos visitantes. Afinal, o nosso Mercado Central poderá também ser um grande aliado da cadeia produtiva da Cultura e do Turismo, independente de atender as demandas prioritárias da convivência comunitária.

São Luís, 18.07..2019.

CIRCO E ALEGRIA: OLHA O PALHAÇO NO MEIO DA RUA!

Está sendo realizado em São Luís mais um evento do Serviço Social do Comércio, o “6º SESC Circo”, desta vez tendo como alvo os praticantes da arte circense. O evento começou no último domingo, 14, e se prolongará por oito dias, movimentando a cidade neste mês de férias com a participação de vários grupos e convidados daqui e de outros Estados brasileiros que atuam nesse campo cultural, que é uma variante considerada raiz da expressão artes cênicas.

Nesta última segunda feira, 15, os moradores do centro histórico de São Luís e o povo que ali trabalha ou circulava foi surpreendido com um grandioso cortejo lúdico e muito animado. Dessa forma, performances de atores circenses, num momento único, que deixaram as ruas do centro histórico da capital maranhense mais coloridas e risonhas. Ali estavam homens, mulheres e crianças apaixonados pela arte circense e que tinham, como recompensa, o sorriso do povo apreciador dessa manifestação artística.

O objetivo do evento “6º SESC Circo” é proporcionar momentos de muitas gargalhadas para o público e conhecimento para os profissionais dessa grande arte que é o circo, uma prática que traz consigo valores morais e educacionais. Com elementos coloridos, personagens únicos, apresentações de tirar o fôlego e muita alegria, o povo ludovicense está tendo nestas férias uma opção de lazer considerada excelente sob todos os aspectos.

Aproveito essa oportunidade para destacar o importante papel do SESC (Serviço Social do Comércio) e da FECOMÉRCIO (Federação Maranhense do Comércio) que tem, ao longo dos anos, desenvolvido uma extensa programação cultural, que envolve o lazer, ministração de cursos, workshops e oficinas para o seu público específico

e o povo em geral, em uma ação que só merece o reconhecimento de nossa população.

Destaco essa ação cultural do SESC e da FECOMÉRCIO considerando que essas organizações vinculadas ao campo de atuação da Indústria e Comércio no nosso país, estão sob ameaça de sofrer cortes significativos na sua arrecadação financeira, que é bancada pelo próprio setor produtivo, por parte da gestão do senhor Jair Bolsonaro, Presidente da República, que propõe subtrair dessas organizações os incentivos que viabilizam tal tipo de prática educativa e cultural, que atendem sobretudo, uma cadeia produtiva de dependentes dos trabalhadores desse campo.

Mas, voltando a esse evento direcionado aos adeptos da arte circense, está demonstrado que em São Luís já existe um número muito significativo que pratica o ofício circense, formando mão de obra especializada, qualificando atores e atrizes, gerando renda e trabalho, além de formar um público bem específico que consome e aprecia essa manifestação artística que tem por prioridade levar ao cidadão o sorriso espontâneo ou escrachado, mas que seja sorriso, sem que brinque com as mazelas das quais o nosso povo está refém no seu dia a dia. Assim, o SESC cumpre uma das suas diretrizes em apoiar a comunidade onde está inserido com uma atividade muito gratificante e formadora de consciências.

Vale lembrar que, até o ano de 2012, os praticantes da arte circense tinham à sua disposição uma lona de circo – Circo Cultural Nelson Brito - na área do aterro do Bacanga, que a atual gestão da cidade não teve interesse em manter, preferindo desmontar a referida lona que ocupava um espaço contíguo ao Terminal Rodoviário da Praia Grande e jogá-la nos porões do prédio da Oficina Escola e da Galeria Trapiche. Uma lástima sob todos os aspectos, pois essa medida penalizou um segmento cultural importantíssimo que formava e revelava crianças, adolescentes e adultos para a arte que o circo proporciona.

Com essa promoção que o SESC nos presenteia agora, vamos ter durante esta semana diversas atividades ligadas ao circo, estando entre elas vários espetáculos, performances circenses, rodas de conversa, intervenções urbanas, shows musicais, entre outras atividades laborais. As audições ocorrem na área da Praia Grande, utilizando como local prioritário o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho (CCOCF) e o Anfiteatro Beto Bitencourt (ABB), por isso, é importante que os interessados procurem identificar os horários e locais das atividades, as quais, em sua totalidade, são totalmente franqueadas ao público.

Na programação já anunciada, destaque, para os apreciadores da arte circense, os espetáculos “Circo Penico sem tampa”, com os palhaços Fulustreca, Manga Rosa e Birutadia, dia 18, às 17 horas, na ABB/CCOCF; “Hoje tem mágica”, com o palhaço Jaiff Faraf, às 17 horas, no ABB/CCOCF; “O Cubo na Roda”, com a dupla Gomes e Ninow, dia 19, às 18 horas, no ABB/CCOCF e no dia 21, às 17 horas, na sede da Cia. Cambalhotas, no bairro Anjo da Guarda; “O jacá do Caburé”, com Jean Caburé, dia 18, às 16 horas, no Circo Escola da Cidade Operária; “Carta Branca”, no dia 18, às 18 horas, no ABB/CCOCF; “Roda”, com o palhaço pernambucano Rapha Santa Cruz, no dia 17, às 18 horas, no ABB/CCOCF.

Constam também da programação rodas de conversa entre profissionais e artistas convidados, dando oportunidade para os praticantes que participam do evento refletirem sobre essa categoria e as políticas públicas que atendam às reivindicações da área. Entre as rodas de conversa destaque: “Circo tradicional e circo contemporâneo: conceito, semelhanças e divergências”, dia 18, das 19 h às 20h30minutos, na Sala Multimídia do CCOCF, com a participação de Otávio Fantinato (São Paulo), André Coelho e Donny dos Santos (estes dois últimos aqui do Maranhão).

Mencionando, ainda, as rodas de conversa: “As contribuições da escola de circo na formação de crianças e jovens”, dia 18, das 17 às 18 h, no Circo Escola da Cidade

Operária, com Jean Pessoa e Fernanda Marques (ambos do Maranhão); “O mercado da mágica no Brasil”, dia 17, das 19 às 20h30 minutos, na Sala Multimídia, no CCOCF, com Rapha Santa Cruz (Pernambuco), Viktor Aiko e Jaif Karaf (do Maranhão), além do show musical “Carne Crua”, com a banda maranhense Afros, no dia 19, a partir das 20 horas, no ABB/CCOCF.

Ressaltando, ainda, que citei somente uma parte da programação do “6º SESC Circo”, direcionada para a arte circense, aproveito, mais uma vez, para reconhecer o importante trabalho desenvolvido por estes dois segmentos da dinâmica que atua em nossa comunidade: a “Arte do Circo” e o “SESC”, que, unidos, estão em comunhão com as aspirações de nossa gente, trazendo a afetividade lúdica e a aprendizagem pedagógica circense que só a arte e a cultura nos podem proporcionar.

Finalmente, lembro que arte circense é uma expressão milenar, pois, na literatura científica, há apontamentos afirmando, que na China foram encontradas pinturas com quase 5000 anos mostrando contorcionistas, acrobatas e equilibristas. Os guerreiros chineses usavam a acrobacia como forma de treinamento, já que isso exigia força, flexibilidade e agilidade. Essa arte que encanta crianças e adultos surgiu no Brasil no século XIX, com famílias vindas da Europa. Uma das primeiras escolas de circo surgiu em São Paulo, a Academia Piolin, em 1978. No Rio de Janeiro, em 1982, foi aberta a Escola Nacional de Circo. E no Brasil como um todo verifica-se que desde o período colonial havia caixeiros viajantes visitando os principais centros urbanos regionais levando a arte circense que encantava a plateia e difundia seu ofício e sua prática entre os nativos.

São Luís, 17.07..2019.

GESTÃO POLÍTICA: UNIÃO DE PODERES É BENÉFICA OU ESTRATÉGIA ELEITOREIRA?

No início do século XIX, aqui em São Luís, dois comerciantes portugueses, sentindo a necessidade da capital maranhense possuir um espaço apropriado para receber as companhias de óperas e teatro oriundas da Europa e outras regiões mais desenvolvidas, resolvem construir um teatro na cidade. Naquela época, a edificação desse novo equipamento cultural foi considerada uma ação extremamente ousada e que seria a redenção do lazer para as famílias mais abastadas, que careciam de um espaço como aquele. A essa casa de espetáculo foi dado o nome de Teatro União, para marcar a união do povo que aqui residia com o povo português.

Pois bem, naquele período São Luís era uma das principais cidades do Brasil e sua elite era constituída de famílias descendentes de portugueses. O teatro construído, que recebeu o nome União, é o que hoje conhecemos por Teatro Arthur Azevedo, o qual deveria ter sido edificado com a frente para a rua da Paz, mas os padres da irmandade capuchinhofranciscanos não deixaram, com a alegação de que se tratava de um casa profana, contrariando, pois, as práticas do povo religioso da época, que era conduzido, sobretudo, pela crença católica.

Essa história contei para trazer à contemporaneidade a realização de uma análise sobre a reunião realizada nesta semana, na sede do poder público municipal, entre representantes da Prefeitura de São Luís e técnicos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), quando foram assinados vários convênios para melhorias de espaços públicos da capital maranhense, estando entre eles a Praça João Lisboa, o Largo do Carmo e uma nova praça contígua ao convento das Mercês (onde funcionaram as indústrias Oleama até a década de 1970), na Praia Grande.

A rigor, fico feliz em ver a união entre esses dois poderes com a respectiva presença de seus dois maiores dirigentes, Edvaldo Holanda Júnior (Prefeito de São Luís) e Kátia Bogéa (Presidente do IPHAN). Mas estranhei a ausência de representantes do governo estadual, que também é aliado do governo municipal. O que terá acontecido para que os assessores do Prefeito Edvaldo Holanda não convidassem o governo estadual? Pessoalmente, não sei, mas sei que, no início deste mês o Governador Flávio Dino lançou um programa para melhoria de obras no centro urbano de São Luís, tendo como condutor principal o seu Secretário das Cidades, o Deputado Federal licenciado Rubens Júnior (de quem tenho boas referências pela sua postura ética no Parlamento) e que é tido como o provável candidato do grupo dinista à Prefeitura de São Luís.

Teria sido este o motivo da não convocação do representante do governo estadual para a tão propagada reunião entre o IPHAN e a Prefeitura ludovicense? – o futuro nos responderá. Mas, agora prefiro retornar à reunião entre os governos municipal e federal, que ao anunciar a assinatura de Convênios, nos promete, para um prazo máximo de 15 meses, a reforma das praças acima citadas, podendo esse prazo ser abreviado para 8 ou 9 meses, segundo fala do Superintendente do IPHAN no Maranhão, Maurício Itapary.

Independente de ser 8, 9 ou 15 meses o período de reformas e construção desses novos projetos urbanos, a cidade irá melhorar, pois esses espaços ficam no principal cartão de visitas de nossa cidade e merecem ser restaurados. Quem ganhará será o povo que aqui reside, os comerciantes daquela área e os futuros turistas que nos visitarão. Bravo, parabéns gestores, pois com essa união a cidade estará dando energia nova, visual novo e esperanças novas de vivermos dias melhores, pois há muito estamos a aguardar essas benfeitorias.

Vale ressaltar que a reforma da Praça João Lisboa e do Largo do Carmo culminará com a conclusão das inter-

venções que os governos federal e municipal vem fazendo desde o complexo da Praça Deodoro, passando pelas ruas do Passeio e Grande (esta última, a principal área de comércio da cidade). Estas reformas tem dado um novo visual aquela área e parece que um novo ânimo aos comerciantes dessa região, pois as mesmas estão ficando boas. Aliás, a Rua Grande desde os anos de 1980 vem sendo tratada como um shopping aberto, tendo sido, inclusive, plataforma de campanha do saudoso Prefeito Jackson Lago, que governou a cidade por quatro vezes.

Mas, este shopping aberto que deveria ser a Rua Grande ainda tem ameaças à concepção tão desejada dos governantes e empresários que atuam naquela área: o chamado comércio informal (que não tem controle e nem paga impostos), que a cada dia ocupa as ruas laterais que cortam a principal rua do comércio varejista da capital maranhense. Esse problema é ou não é uma dor de cabeça para os governantes? Já ouvi, em entrevistas nos programas radiofônicos, que o Governo do Estado está tentando adaptar casarões e espaços disponíveis nessa região para fazer minis centros comerciais onde seriam colocados esses integrantes do comércio informal, que, em nossa região, são chamados de camelôs.

Um dos locais que estaria sendo adequado para sediar esses camelôs será o galpão do antigo Mercado do Produtor, onde também funcionou muito tempo depois, uma das filiais do extinto Super Mercado Lusitana (em frente da sede da Embratel, no Campo de Ourique). Creio que os camelôs que irão ocupar esse espaço do antigo Mercado do Produtor sejam os que estão utilizando a frente e a lateral do Colégio Liceu Maranhense, pois eles foram colocados ali com a promessa de serem reinstalados após a inauguração da Praça Deodoro e que já vai fazer um ano. Sendo lá ou não, aquele espaço não irá comportar toda a demanda de comerciantes informais da cidade, então acredito que outros espaços estejam nos planos governistas para colocar o negócio desses trabalhadores.

De qualquer forma, a cidade histórica perdeu muito do seu charme com o esvaziamento populacional, quando a maioria das famílias consideradas abastadas foram deixando paulatinamente aquela área para ocupar os espaços mais novos que se expandiam em nossa capital, provocando esse êxodo urbano. Assim muitas casas foram sendo desocupadas e colocadas à venda (ou para aluguel), inúmeras das quais foram deixadas cair (ou sendo derrubadas propositalmente) para servir de estacionamento, pois o centro da cidade carece desesperadamente de espaço para estacionamento, considerando que São Luís com a sua característica herdada pelo povoamento da época colonial, não foi projetada para a circulação de veículos.

Merece ser ressaltado que a expansão urbana da capital maranhense, na primeira metade do século passado, para além do seu centro histórico (quando ainda nem existia indústria automobilística no Brasil), causou impactos estruturantes que sentimos até os dias atuais. Note-se que essa indústria automobilística só foi implementada/expandida em nosso país no governo de Juscelino Kubitschek, nos anos da década de 1950, após o suicídio de Getúlio Vargas. Portanto, nossa cidade colonial, com sobrados inspirados na arquitetura portuguesa, foi construída na época das charretes ou corsos, como chamam os nossos patrícios lusitanos este tipo de condução.

Sendo projetada ou não para receber veículos automotores, a cidade de São Luís precisa de intervenções proativas e positivas para preservar e manter seu centro histórico preservado, por isso a união dos governos para promover benfeitorias em nossa cidade deve ser comemorada com muito entusiasmo, pois essa medida já chegou tarde. É hora de estendermos essas atitudes para restaurar muitos casarões que estão ameaçados de ruir, destinando parte deles para pessoas reocuparem o centro histórico, incluindo os funcionários públicos (de todas as esferas: municipais, estaduais e federais) para levar

de volta a energia de nossa gente para aquele espaço de convivência, assim como solicitar aos moradores que ainda insistem em ali permanecerem que se juntem aos futuros moradores e que também sejam guardiões das pérolas que cada rua, cada casarão, cada azulejo, cada monumento que os nossos ancestrais construíram, representam.

É preciso também devolvermos os espaços em que foram equivocadamente erguidas edificações, como o famigerado abrigo do Largo do Carmo, que já foi utilizado como terminal de bonde, mas, hoje está totalmente degradado e não se justifica mais manter aquele equipamento que só está servindo para ser um ruído visual na frente do conjunto de Casarões do Largo do Carmo e na entrada da rua Grande (que um dia já foi chamada de “Caminho Real” e “Caminho Grande”).

Antes que eu encerre esta crônica, lembro que a Companhia Vale está entrando como parceira nesses empreendimentos que foram objeto de análise de minha parte, e, que, segundo foi anunciado pela Presidente do IPHAN, Kátia Bogéa, está destinando com cerca de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) para essa etapa de restauração da Praça João Lisboa, Largo do Carmo e na Praça das Mercês, cabendo à Prefeitura entrar com cerca de 3.000.000,00 (três milhões), que serão gastos com serviços de iluminação, paisagismo e outros serviços de manutenção.

Sou um otimista com o futuro e torço de coração para que os gestores desta capital, São Luís, tenham ações iluminadas para preservar os valores que estão embutidos em cada paralelepípedo, rua, casarões, monumentos e espaços públicos de nossa terra. Nós somos diferentes porque os nossos antepassados souberam com sabedoria preservar esse tesouro, que cabe a cada um de nós continuar protegendo. Parabéns aos senhores governantes por essas iniciativas, mas vamos avançar mais,

pois ainda sofremos ameaças de sumcumbir às forças ocultas. Resistir, restaurar, preservar e viver intensamente nossa terra são as palavras de ordem. Torço de coração para que essa união dos poderes federal e municipal não seja mais uma plataforma eleitoreira, que venha decepcionar o povo deste torrão.

São Luís-MA., 20.07.2019.

CENSURA: A NOVA ORDEM REACIONÁRIA QUE INIBE A LIVRE CRIAÇÃO ARTÍSTICA NO BRASIL

Fiquei assustado com a fala do Presidente da República ao informar que estaria disposto a criar regras para por em prática um filtro nas obras audiovisuais propostas por agentes culturais brasileiros que requeiram a participação oficial de seu governo por meio dos mecanismos existentes (Leis de Incentivo à Cultura e financiamento por meio da ANCINE – Agencia Nacional de Cinema). Entre as medidas anunciadas, estava a transferência da agência reguladora de obras audiovisuais no Brasil, sediada atualmente no Rio de Janeiro, para Brasília, como forma de aproximar uma fiscalização mais rigorosa ao ato de filtrar as obras que considerar de viés imoral e esquerdista. Sem dúvida, uma fala nada republicana e democrática.

Estamos vivendo um período de extrema retração nos valores éticos e morais que deveriam nortear a condução da vida de todos os brasileiros, como a criatividade e o direito de livre expressão garantido na Constituição do nosso país, o que naturalmente afeta a vida de cada um e compromete as relações dos diversos grupos sociais na nossa espacialidade geográfica. Tudo isso por causa de um gestor extremista de direita que foi colocado no poder pelo próprio povo, com o desejo de promover mudanças para barrar os abusos implantados na institucionalização governista com a aquiescência dos governos neoliberais e esquerdistas, respectivamente comandados pelo PSDB, PT e MDB.

O quadro de instabilidade e flagrantes ilicitudes que nos demonstrou a prática política de viés esquerdista – que na minha visão era ainda moderada – foi, dessa forma, reprovada. Acontece, que a prática desenvolvida por esse segmento esquerdista, além da institucionalização ilícita do compartilhamento do poder econômico por meio dos políticos e organizações partidárias que se auto bene-

ficiaram sem limites, também promoveu políticas sociais extremamente saudáveis para o povo mais pobre e menos acolhido em nosso país.

Embora, se de um lado houve uma prática considerada totalmente corrompida, de outro houve uma prática de apoio aos segmentos menos favorecidos do meio social, o que implantou no Brasil um período de bonança, de crescimento desenvolvimentista, de expansão de direitos coletivos, de implantação de políticas sociais proativas, entre outras, deixando o povo perigosamente dividido. Assim, a divisão do país, aos poucos era colocada em teste até que o advento das eleições culminou na decisão dos setores mais conservadores de apoiar o segmento direitista que se apresentava como mais radical para barrar os abusos revelados pelo noticiário cotidiano difundido pelos veículos de comunicação.

Somando-se à avalanche das notícias difundidas por jornais, programas de rádios e os canais de televisões do país, chegaram, de vez, para fazer coro com esses veículos de comunicação, as redes sociais digitais, como instrumento de relacionamento interpessoal, as quais estabeleceram uma nova prática de transmissão massiva entre difusores e receptores, independente de se saber até onde os conteúdos eram falsos ou verdadeiros, por isso, o novo – que neste caso concluiu que eram as redes sociais – teve papel determinante para direcionar a escolha popular nas últimas eleições majoritárias no Brasil.

Dessa forma, um mensageiro da extrema direita conquistou a simpatia popular, apresentando-se como um antídoto às práticas dos governantes neoliberais e esquerdistas que comandavam o país há mais de 16 anos. Essa escolha foi profundamente determinada pela facada que sofreu o candidato vencedor naquela campanha eleitoral. Falo, pois, do senhor Jair Bolsonaro, que se apresentava como o porta voz dos políticos ilibados e que estavam acima de qualquer suspeita, pois ele estava a vir para implan-

tar novas formas práticas e possibilidades de governar, pregando os valores morais e éticos da família tradicional, ou prometendo liberar a economia dos engessamentos promovidos pelas práticas esquerdistas.

Entre as práticas dos governos esquerdistas que deveriam ser revistas ou suprimidas estavam: fazer uma reforma previdenciária radical, que atingisse de forma igualitária a todos os brasileiros, sem beneficiar classes ou corporações, liberar armas, acabar com o desemprego, rever políticas de restrições ambientalistas e/ou mudar leis de apoio ao setor produtivo (inclusive o cultural), entre muitas outras ações a serem implementadas ao longo de sua gestão, sem medir esforços para dar ao país uma nova cara, sem medir consequências, inclusive sem avaliar estragos nas relações internas ou internacionais.

Na verdade, o político vencedor das eleições brasileiras nem plano de governo tinha, e, assim, com um discurso radical, muitas das vezes fazendo pregação como se fosse um “cachorro louco”, conquistou o povo que nele votou. Percebi, desde cedo, que seu público fiel, que acredita e acreditava naquilo que prometia, estava dentro de um universo percentual de 20% a 30% (vinte a trinta por cento do eleitorado) que somado à parcela de igual valores percentuais (a qual correspondia a parcela moderada/conservadora da população), o tornou vencedor. Agora, não adianta chorar, vamos ter que aguentar esse governante por quatro anos.

O problema é que esse Presidente não é aquele salvador da pátria em que o povo acreditou, e, a toda hora, sem dar tréguas, seus eleitores (e aqueles que não votaram nele), estão a ser surpreendidos com ações que são de arrepiar cabelos. Mudar políticas, dentro de um cenário de diálogo, ouvindo a sociedade e os Conselhos comunitários e institucionais são, pelo menos, atitudes que lhe dariam respaldo de viés democrático e legitimador, mas chegar ao ponto de impor suas sandices só com cane-

tadas ou discursos aviltantes, como se fosse um ditador é algo inaceitável, que põe em cheque, a todo instante, as medidas que toma e tenta implementar. O Presidente eleito deixou o discurso de trabalhar com ações técnicas e meritocratas para direcionar suas ações ao viés familiar/ aristocrata.

Com esse contexto, o nosso Presidente, em apenas 200 dias de governo, já conseguiu deixar seus patricios não radicais com várias pulgas atrás da orelha, considerando que as medidas que tem tomado são extremamente restritivas para a maioria da população, prejudicando, especialmente aquela parcela da classe média e, sobretudo, os pobres (muitos dos quais vivem aquém da linha de pobreza), pois o seu governo é direcionado prioritariamente para os mais ricos. Aliás, sempre soube que governos de extrema direita tendem a favorecer os poderosos, tratando o restante da camada populacional como parcela submissa que deve obediência aos seus comandantes como se faz nas práticas ditatoriais.

Ao longo da história, o mundo já pode constatar essa leitura de que os governos direitistas sempre se apropriam de discursos moralistas, com viés religioso e ético, para pregar mudanças em favor do povo, como se estes apontamentos fossem a salvação do perigo. Não vamos longe, e veja o que desenvolveu Hitler na Alemanha, na primeira metade do século passado, quando, com um discurso muito popular, convenceu seu povo a elegê-lo para logo em seguida promover uma das maiores barbáreis da humanidade, que culminou com a segunda guerra mundial. Hitler foi o “cachorro louco” em que o povo alemão apostou e deu no que deu... sem mais comentários.

Mas, o que mais me incomodou, antes de escrever está crônica, foi o discurso do “cachorro louco” brasileiro, que assisti nos telejornais, na noite de sexta feira, 18 de julho, quando ele anunciou um filtro para controlar obras audiovisuais, pois, segundo sua visão, não será permitido

que os criadores de nosso país façam obras classificadas (por seu governo) de “imorais”, que desconstruam os valores da família, da moralidade e dos bons costumes. Enfim, essa pregação, no meu ponto de vista, além de preconceituosa é também indecente, considerando que a criação artística não cabe filtragem e censura prévia. Além disso, não é um presidente que vai determinar o que um cidadão vai criar como obra moral (ou não), pois esse criador tem que expressar-se de forma laica e dizer o que deseja, depois de concretizar a sua fala/obra, em qualquer forma de expressão artística, seja em que formato for. E que venham as críticas a essa obra de arte, favoráveis ou não, mas longe de uma censura previamente decretada.

O que o senhor Jair Bolsonaro sugeriu com o seu discurso de cunho ditatorial foi uma espécie de censura a todos os segmentos pensantes/produtivos da criação brasileira. Foi acesa uma lâmpada de alerta para que nossos escritores, nossos roteiristas, nossos artistas plásticos, nossos músicos, nossos atores, nossos dramaturgos, nossos cordelistas, nossas performances, enfim, todos os nossos cidadãos pensantes, antes de propor suas obras artísticas, façam uma autocensura, pois, se isto não for praticado, essa prática será exercida pelo poder executivo do país, por meio do sistema legal que está a comandar. Isto é muito grave, pois o nosso Presidente, com essa filtragem sinaliza a volta da Censura, que deverá ser praticada em todos os campos produtivos de nosso país, incluindo os campos da educação, da arte e da cultura em geral.

Fiquei atônito e assustado com o que ouvi e a forma de se expressar do Presidente Jair Bolsonaro, pois ele, com seu lastro educativo militar, acha que pode tudo. Não pode e tenho convicção de que nem os militares de meu país também acham isso. Mas, o “cachorro louco” que nosso povo colocou no poder acha que pode. A juventude e o povo brasileiro já passaram por esse teste, e tenho certeza de que, na via democrática, esse perigo será rechaçado.

Chega de sandices, maluquices, ou quaisquer medidas incongruentes com o estado livre e de direito, pois temos uma Constituição elaborada com as aspirações do suor do povo. Censura, ditador e ditadura nunca mais.

São Luís-MA., 20.07.2019.

PROGRAMA “NOSSO CENTRO” PROMETE REVITALIZAR O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

A semana que passou foi bem movimentada no campo de atuação da preservação do centro histórico da capital maranhense: a Prefeitura de São Luís assinou no meio de semana um Convênio com o IPHAN para recuperar e revitalizar a Praça João Lisboa, o Largo do Carmo e construir a Praça das Mercês; na sexta feira, foi a vez do Governo do Estado do Maranhão lançar o Programa “Nosso Centro”, que promete investir cerca de 140 milhões de reais para recuperar diversos casarões da área tombada da cidade, além de fazer outras intervenções no sentido de revitalizar o nosso patrimônio histórico.

Este evento de apresentação do Programa “Nosso Centro”, realizada no Palácio dos Leões, ao contrário da assinatura o convênio entre o município e o IPHAN, no último dia 16, teve o comparecimento à solenidade, o governador Flávio Dino, dos senadores Weverton Rocha e Elisiane Gama, do prefeito de São Luís, Edvaldo Holanda Júnior, do Secretário das Cidades e Desenvolvimento Urbano, Rubens Pereira Júnior (PC do B), Deputado Federal licenciado para exercer essa função no governo estadual, além de diversas outras autoridades da estrutura governamental do estado.

Sem dúvida, este programa lançado pelo Governo do Estado é mais que pertinente e vem ao encontro das reivindicações de setores produtivos da cidade, que trabalham com a cadeia da cultura e turismo, pois é urgente uma intervenção na área tombada de São Luís pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a que o referido está muito danificado pela ação do tempo e abandono de imóveis, por parte de seus proprietários, que, propositadamente, deixam seus casarões sem manutenção para ruir, e, depois serem transformados em estacionamento, como vem se verificando há muito tempo.

O programa “Nosso Centro” consiste em obras de infraestrutura entre elas a construção de acessos, novas áreas de estacionamento, melhoramento de estruturas como calçadas, meios fios e outros elementos. O trabalho será desenvolvido em polos prioritários agregando cultura-lazer-gastronomia, e também o habitacional, institucional, comercial, turístico e tecnológico. A intervenção compreende áreas de tombamento estadual, federal e zona central da cidade, com obras do Governo do Maranhão, da Prefeitura de São Luís e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Percebemos que essa revitalização também traz consigo outras vertentes no campo da política, pois, no próximo ano, haverá eleições municipais e os aspirantes em comandar os destinos da cidade estão se articulando para viabilizar suas candidaturas, assim, o governo maranhense que já apoiou a eleição e reeleição da atual gestão da Prefeitura de São Luís quer ocupar este posto com alguém de sua confiança, e, neste caso, o candidato que está na pauta para essa sucessão é o deputado licenciado Rubens Pereira Júnior, que exerce a função de Secretário das Cidades e Desenvolvimento Urbano.

Transcrevo abaixo as informações da Assessoria de Comunicação do governo estadual, que colheu depoimentos dos principais atores institucionais do referido programa de revitalização arquitetônico de nossa cidade, que diz: O governador Flávio Dino enfatizou que o programa é a consolidação de um conjunto de medidas executadas pelo Governo do Estado na área central da cidade.

Segundo a ASCOM, Flávio Dino afirmou ainda que “O resultado tem sido o maior movimento no Centro Histórico da capital, abrindo caminho para a ampla revitalização, renascimento e fortalecimento desta área. Vamos prosseguir neste caminho elevando a nossa cidade. Apesar da crise brasileira, vivemos um bom momento e o programa vem reforçar esse cenário”.

Para o prefeito Edvaldo Holanda Júnior, o programa “Nosso Centro” é a consolidação das ações parceiras já desenvolvidas com o Governo do Estado e também com o IPHAN. “Agora, com essa iniciativa do Governo do Estado, este trabalho será reforçado. É uma ação significativa para a preservação e recuperação do Centro Histórico e vai impulsionar as diversas atividades desenvolvidas aqui, refletindo positivamente na economia e no turismo da cidade”, destacou.

Segundo o Secretário de Estado de Cidades e Desenvolvimento Urbano, Rubens Pereira Júnior, essa articulação incrementará os recursos federais, estaduais, municipais, nacionais ou estrangeiros e também da iniciativa privada para valorização e revitalização do Centro Histórico. “A viabilidade dos investimentos no centro da capital, que vem sendo marcante pelas intervenções da gestão estadual e também municipal, tornará a área referência em renovação e desenvolvimento sustentável, preservando seu valor histórico e cultural”, frisou.

O coordenador do programa “Nosso Centro”, Raimundo Reis, destacou o investimento da gestão estadual na área turística de São Luís. “Vai trazer tanto ao maranhense, quanto ao turista, uma nova e melhor condição de visitação do Centro. A proposta é trazer e manter as pessoas no Centro, a partir deste plano de revitalização e reforçando a condição de cidade histórica que   São Luís”, disse.

Bom, entre beiras e eiras, torço para que esse programa “Nosso Centro” seja bem sucedido, pois quem irá ganhar será a população da cidade, que há muito tempo promove reivindicação de a oes proativas para melhorar as condiç oes de convivência do nosso centro histórico e arquitetônico. Portanto, já era hora de serem retomadas a oes nessa área que há muito ficou esquecida pelo poder público.

Só para lembrar, as últimas intervenç oes nessa região ocorreram durante os governos de João Castelo, na

década de 1980, com o Projeto Praia Grande e de Epitácio Cafeteira, com o Projeto Reviver, também na década de 1980. Nos governos seguintes foram desenvolvidas poucas intervenções, mas sem grande relevância; no entanto, em 6 de dezembro de 1997, a cidade conquista o título de Patrimônio Mundial (que, equivocadamente, é difundido como Patrimônio Cultural da Humanidade) atribuído pela UNESCO, a partir de proposta apresentada pelo governo de Roseana Sarney.

Aliás, aproveito para chamar atenção de que é necessário, nas ações de habitação, incluir os trabalhadores das esferas municipal, estadual e federal, dando a esses atores a oportunidade/direito também de morar naquela área central da cidade, pois eles já trabalham ali e nada mais salutar do que também morar, pois esses atores serão guardiões naturais dessa área histórica que tanto carece de cuidados para preservação do maior tesouro material que a cidade possui – o seu centro histórico e arquitetônico, o qual, atualmente, está totalmente poluído com intervenções inapropriadas por parte dos moradores que ainda ali vivem, dos comerciantes, de desocupados, de vândalos e pessoas dependentes de drogas alucinógenas.

Além disso, na área de restauração é também muito importante que as organizações públicas responsáveis pela execução dos programas de revitalização tirem o famigerado “abrigo do Largo do Carmo”, pois está sem sentido sua manutenção naquela região, considerando que ele é uma obra recente, da década de 1950, quando havia bonde na cidade, o qual já não mais existe. Portanto, esse abrigo, que atualmente está totalmente insalubre, tem se constituído em uma obra sem função social e institucional relevante, transformando-se num ruído visual para o conjunto de prédios coloniais existentes no Largo do Carmo e início da rua Grande.

São Luís, 22.07.2019.

UNIVERSIDADES: O PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO ASSUSTA O CAMPO ACADÊMICO

Vivemos um tempo complexo e cheio de temores provocados pela atual gestão que comanda o nosso país. Refiro-me, sobretudo, ao patrulhamento que atinge vários setores da vida institucional, os quais estão sendo vítimas de um controle rigoroso, como alvos preferenciais de uma gestão claramente retalhadora e perseguidora. Portanto, esses alvos são os segmentos considerados não alinhados com o modo de praticar e pensar dos dirigentes que nos comandam no momento, ou seja, especialmente à prática vista como modo inconveniente sinalizada pelo senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Neste bojo de conveniência/perseguição estão as Instituições de Ensino Superior (IES), entre as quais as Universidades públicas e os Institutos Federais de Educação Tecnológica, os quais são os responsáveis pela formação de milhares de jovens para o conhecimento científico brasileiro. Assim, nossa academia fica engessada sob a égide de um dirigente (e seus comandados diretos) que nem sempre entendem o verdadeiro significado que é proposto por um conhecimento científico e prática baseada em especialidades extremamente rigorosas – como os experimentos científicos - capazes de transformar os rumos da humanidade e do próprio país.

Só para deixar claro, o conhecimento científico é a informação e o saber que parte do princípio das análises dos fatos reais e cientificamente comprovados. Dessa forma, são fenômenos que atuam no nosso mundo real, atingindo pessoas de todas as origens, credos, religiões e etnias e qualquer campo do conhecimento. Assim, corroboro que para que um fato seja reconhecido como um conhecimento científico, este deve ser baseado em observações, estudos e experimentações, que servem para atestar a veracidade ou falsidade de determinada teoria,

independente da orientação política que rege a vida dos cientistas. Por conseguinte, a razão deve estar atrelada à lógica da experimentação científica, caso contrário o pensamento se configura apenas como um conhecimento filosófico.

Contrariando essa vertente de conduzir o campo da academia universitária, o poder executivo de nosso país escolheu as instituições de ensino superior como os focos a serem melhor patrulhados para barrar o que está sendo chamado de “emissores da ideologia de esquerda”, como se o conhecimento científico pudesse ser direcionado para uma prática de alinhamento único, que tenha a política como vetor condutor de qualquer investigação no campo científico, ou seja, as investigações independentes de viés não alinhadas ao que pensam os dirigentes que estão no poder podem ser classificadas como bandeiras ideológicas da esquerda, sendo totalmente contaminadas para atender esse segmento.

Infelizmente, essa prática vem atingir de modo devastador o campo acadêmico e ameaça paralisar práticas já naturalizadas no meio social, educativo e na própria espacialidade geográfica de regiões de nosso país, em nome de uma nova formulação pragmática de orientação conservadora direitista e extrema direitista, como se isso fosse possível passar impune, sem reação por meio daqueles que construíram sonhos e ações laborais inspirados na verdade existencialista e realista, propagada por agentes educativos/acadêmicos do campo científico por toda uma vida.

Essa orientação de impor o redimensionamento e redirecionamento das posturas gestoras na estrutura das IES está sendo vista como prática de patrulhamento, impostas de cima para baixo, não respeitando a autonomia das universidades, que foi conquistada depois de severas lutas de seus segmentos constitutivos com a participação de alunos, professores e funcionários, os quais sempre

souberam reagir às ameaças para derrotar as incongruências das forças oriundas dos governos ditatoriais e que não sabem reconhecer o que são práticas democráticas.

Dentro desse bojo de ameaça institucional, o governo do Presidente Bolsonaro tem se apresentado como um tremendo obstáculo para a prática natural das gestões das Universidades públicas e Institutos Federais de Educação Superior (vide Portaria do MEC nº 1.373, de 18 de junho de 2019 – publicada no Diário Oficial da União em 19.07.2019) que torna sem efeito conquistas históricas dessas instituições, como a de escolher os seus dirigentes auxiliares, portanto, os futuros gestores perderam a autonomia de indicar ou nomear seus Vice-Reitores, Pró-Reitores e outros cargos de direção considerados fundamentais para o alinhamento das gestões previamente eleitas, por meio de um processo de lista tríplice, após consulta a cada comunidade universitária.

A Portaria do MEC nº 1.373 acima referenciada retira dos Reitores o processo de nomeação dos Pró-Reitores e diretores (incluindo seus eventuais substitutos), concentrando no Ministério da Educação tal função (art. 2º), além de outras medidas práticas que são atribuições das gestões de cada IES, como emitir passagens áreas para os seus membros participarem de reuniões, conferências, defesas de teses, entre outros. Tudo isso para deixar as administrações patrulhadas, como se todos os nossos dirigentes fossem corruptos e desviadores dos minguados recursos financeiros. Postura que vejo como sendo totalmente equivocada e desnecessária, pois isso deixa a entender que é uma forma de humilhação aos nossos gestores universitários.

Essa ameaça do poder executivo pode confrontar as propostas dos Reitores escolhidos com as práticas dos agentes administrativos da IES não alinhados com a plataforma de governo federal, pois de um lado poderá estar um cidadão considerado independente (ou de viés esquer-

dista), totalmente contrário ao modo de pensar do mandatário da nossa República, enquanto de outro lado estarão os dirigentes direitistas, prontos para aplicar uma orientação/lei repressora. Consequência disso, a paralisação de políticas públicas democráticas, programas, pesquisas e ações propostas pelos membros da academia como experimentos que precisam ser testados de modo isento para futura aplicação no meio social. Assim, implanta-se uma espécie de mordança, ou caos intelectual e administrativo nessas instituições.

Pode-se criar um clima de suspensão, paralisação, revisão, censura e outros métodos totalmente opostos ao que tem sido orientação norteadora do conhecimento científico em nosso país. Programas democráticos do conhecimento podem ser vistos como fomentadores de práticas de viés esquerdista, como se houvesse orientações políticas capazes de barrar a práxis científica laica que constroi soluções, orienta posturas, apresenta caminhos e propõe soluções e novos modelos de resolver problemas que atuam na sociedade.

Infelizmente temos visto que o maior mandatário de nosso país (e o primeiro escalão ministerial) tem se mostrado/comportado como se fosse um bando de “cachorros loucos”, que ignoram posturas de boa convivência e não dão tréguas para uma negociação isenta de “fútricas empíricas”, que tem sido marcas de declarações emanadas por agentes sociais e políticos que estão no poder, assemelhando-se às conversas de botequins, sem medir suas consequências e desdobramentos. O conhecimento segundo essa convergência passou a ser secundário, e o deboche direciona ações e declarações inconsequentes, trazendo o temor e o medo, implantando inseguranças jurídicas e o terror naqueles que sempre lutaram por dias melhores.

Resta-nos lutar, lutar, lutar e lutar sempre para não morrermos na praia e não deixar que mentes limitadas

ocupem os espaços de um campo acadêmico independente. Não podemos ser subjugados e deixar que propostas de submissão direcionem os caminhos de nossa academia construída com o saber e o conhecimento que formam consciências para práticas complexas, as quais só serão validadas se tivermos desarmados os direcionamentos mesquinhos de mentes limitadas.

São Luís, 23.07.2019.

MARANHÃO: ADESÃO À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL DEVERIA SER MELHOR FESTEJADA

Há 195 anos, no dia 28 de julho, o povo maranhense decidiu pela adesão à Independência do Brasil do domínio português, portanto quase um ano depois do grito do Ipiranga proclamado por D. Pedro I, às margens do riacho Ipiranga, na zona rural (à época) da cidade de São Paulo. Atestam os estudos daquele tempo, que “o Maranhão era rico e tinha forte ligação com Portugal, por isso, resistiu até o último momento quanto a aderir à independência do Brasil em relação àquele país. Foi preciso cercar São Luís por mar e ameaçar destruir a cidade para que a Província se rendesse por completo.

No início dos anos de 1800, São Luís era uma das principais cidades do território brasileiro e se mostrava altamente viável, pois a elite residente na região era formada por cidadãos portugueses que reproduziam aqui, em terras maranhenses, o jeito de ser lusitano. As marcas desse período podem ser constatados facilmente, basta ao estudioso do assunto fazer uma caminhada por entre ruas, becos, ladeiras e o rico patrimônio histórico e arquitetônico no centro da capital maranhense.

Ainda naquele tempo, as famílias mais abastadas enviavam seus filhos para estudar na Europa, especialmente na cidade de Coimbra (Portugal) que até hoje é um dos principais polos culturais e educativos português. Assim, São Luís e nossa terra se transformaram em ponto de referência da intelectualidade brasileira, e entre outros codinomes, passou a ser conhecida como a “Atenas Brasileira”, em função dos grandes nomes de intelectuais (poetas, escritores, historiadores e formadores de opiniões) que foram sendo legitimados e reconhecidos nacionalmente ao longo do tempo.

Ficando somente nestas características do conjunto do patrimônio histórico e arquitetônico e a influência

cultural e educativa portuguesas no Maranhão, os patriotas que aqui residiam se rebelaram em não aceitar a independência do Brasil, pois estariam pondo em perigo o valioso patrimônio econômico que se edificou na capital maranhense e nas adjacências da ilha de São Luís. Abrir mão desses bens materiais era para muitas famílias abrir mão de bens construídos com muito suor e trabalho.

Dessa forma, “A independência do Brasil aconteceu tendo como grande marco o grito da independência que foi realizado por Pedro de Alcântara (D. Pedro I durante o primeiro reinado), às margens do riacho Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822. Com a independência do Brasil declarada, o país transformou-se em uma monarquia com a coroação de D. Pedro I.” Essa declaração de independência foi marcada por adesões e rebeliões que eclodiram em várias regiões do país, entre essas rebeliões a dos maranhenses, como veremos mais à frente.

A seguir, com o apoio do site “brasilescola.uol.com.br” (consultado em 23.07.2019), enumero, em resumo, diversos pontos marcantes que antecederam a independência proclamada por D. Pedro I: durante o Período Joanino, medidas modernizadoras foram implantadas no Brasil; em 1815, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido e, assim, o Brasil deixou de ser colônia; em 1820, a Revolução Liberal do Porto foi iniciada em Portugal e reivindicava o retorno do rei português; com o retorno de D. João VI para Portugal, D. Pedro foi colocado como regente do Brasil; as cortes portuguesas exigiam a revogação das medidas implantadas no Brasil e o retorno do príncipe regente.

Nesse contexto de conflito, durante o “Dia do Fico”, D. Pedro declarou que permaneceria no Brasil; no “Cumpra-se”, determinou-se que as ordens portuguesas só seriam cumpridas no Brasil com o aval de D. Pedro; o grito da independência – se de fato tiver acontecido – ocorreu nas margens do Rio Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822; em 12 de outubro de 1822, D. Pedro foi aclamado

imperador e no dia 1º de dezembro de 1822 ele foi coroado D. Pedro I; houve conflitos após a declaração de independência, na Bahia, no Pará, no Maranhão e na Cisplatina.

Dizem ainda as informações de investigadores do campo da história, que, quando a independência do Brasil foi declarada, o acontecimento estava diretamente relacionado com eventos que foram iniciados em 1808, ano em que a família real portuguesa, fugindo das tropas francesas que invadiram Portugal, mudou-se para o Brasil. Por conseguinte, a chegada da família real no Brasil trouxe,, como desdobramento, uma série de mudanças que contribuiu para o desenvolvimento comercial, econômico e, em última instância, possibilitou a independência brasileira.

Além disso, com a chegada da família real, o Brasil experimentou, em seus grandes centros, um grande desenvolvimento resultado de uma série de medidas implementadas por D. João VI, rei de Portugal. Instalado no Rio de Janeiro, o rei português autorizou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, permitiu o comércio entre os brasileiros e os ingleses como medidas de destaque no âmbito econômico.

Nesse período, Alcântara e São Luís eram importantes cidades no território maranhense, sendo, à época, densamente povoadas pelo povo lusitano, que implantou uma espécie de aristocracia na região que comandava o destino da gente que aqui habitava. Um exemplo dessa importância, é registrado como marco daquele período, as ruínas dos dois casarões que estavam sendo erigido em Alcântara para receber a visita do imperador, naquela cidade. Visita essa que nunca aconteceu e, por consequência, os casarões também não foram concluídos.

Assim, a independência do Brasil foi marcada por conflitos, portanto, diferente do que muitos acreditam, essa independência não foi pacífica. Com a declaração da independência, quatro regiões no Brasil, naquele período, demonstraram sua insatisfação e rebelaram-se con-

tra aquele processo de independência. Eram movimentos “não adesistas”, que eclodiram nas províncias que não aderiram ao processo de independência e se mantiveram leais a Portugal.

Os quatro grandes centros da resistência contra a independência do Brasil aconteceram nas províncias do Pará, Bahia, Maranhão e Cisplatina (atual Uruguai). Aconteceram campanhas militares nessas localidades e os combates contra as forças que não aderiram à independência estenderam-se até 1824. Dessa maneira, como a região da Cisplatina tornou-se independente, formando o Uruguai, a província do Maranhão é hoje, o último Estado do território nacional, em que se comemora a “adesão à independência do Brasil”.

Atualmente no Brasil, a data de adesão a independência é comemorada com muito entusiasmo e desfiles pelos centros urbanos onde houve rebeliões. Exemplo marcante dessas comemorações é o dia 2 de julho, amplamente festejado em Salvador (Bahia), envolvendo diversos segmentos do meio social e transformando essa data em uma espécie de grande carnaval. Contrariamente, essa data, no Maranhão, é timidamente comemorada, limitando-se a um feriado estadual e um cortejo de grupos da manifestação cultural de Tambor de Mina e outras religiões de descendência africana, organizada pelo vereador Astro de Ogum, pelo centro histórico de São Luís.

Só para encerrar esta crônica, destaco que o surgimento do Brasil enquanto nação independente e a construção da nacionalidade “brasileira” foram algumas das consequências do processo de independência do Brasil consideradas mais relevantes. É também mencionado como fato importante, o estabelecimento de uma monarquia nas Américas (a única no continente junto da haitiana e mexicana) e o endividamento do Brasil por meio de um pagamento de 2 milhões de libras como indenização aos portugueses.

Aliás, esse endividamento foi sendo historicamente se reconfigurando, aos moldes dos gestores que sucederam o período monarquista. O certo é que quase a metade das riquezas de nossa pátria, atualmente, é direcionada para pagar a dívida externa do nosso país, que ainda precisa fazer muitas ações para dar uma qualidade de vida digna à maioria do seu povo, sobretudo quando se olha para as políticas públicas, as quais ainda são muito incipientes.

São Luís, 24.07.2019.

IPHAN: INTERVINDO PARA RESGATAR O PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E CULTURAL DE SÃO LUÍS

Estive nesta última quinta feira, 25 de julho, na Academia Maranhense de Letras para ouvir a fala da Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Kátia Borgéa, que é maranhense. Minha curiosidade residia no fato de que é o IPHAN o principal instrumento do poder público – na área do Governo Federal - que vem atuando na capital maranhense para revitalizar o nosso centro histórico, arquitetônico e cultural, fazendo nossa população vislumbrar tempos melhores e mais promissores para quem atua nos campos da cultura e turismo.

Queria também entender porquê recentemente o IPHAN esteve em solenidade conjunta com a Prefeitura de São Luís sem a participação do Governo do Estado, o que eu estranhei, pois o poder público, à rigor, deveria estar unido em favor de uma causa, que, neste caso, é a preservação e revitalização do nosso patrimônio histórico e arquitetônico. Contextualizando melhor essa afirmação, eu não entendia como, no início da semana passada, o IPHAN e a Prefeitura lançavam ações fundamentais para restaurar e revitalizar espaços públicos como o Largo do Carmo, Praça João Lisboa e a construção da Praça das Mercês, sem a participação estadual. E, naquela mesma semana, o Governo do Maranhão lançava o Programa “Nosso Centro”, que tem como objeto a revitalização do centro de São Luís.

Desse modo, a partir dessa constatação, eu indaguei comigo mesmo, se esse fato, ocorrido na semana passada, seria o início da campanha eleitoral de 2020 para a Prefeitura de São Luís? Também fiquei a pensar se estas ações estariam a evidenciar o início de uma ruptura entre os grupos políticos do Prefeito de São Luís e do Governo

do Estado. Tudo isso é um quadro no campo político a ser melhor investigado. Mas, na reunião que houve entre os integrantes da AML e a Presidente do IPHAN, seu depoimento me clareou este ponto, a ser tratado mais à frente.

A seguir, enumero abaixo algumas afirmações que considere relevantes para a compreensão das relações institucionais que estão a atuar em nosso ambiente político e cultural, deixando claro que saí daquela reunião satisfeito com o que ouvi, e certo de que, se não houver nada grave nas relações entre os agentes públicos e o governo nas esferas Federal, Estadual e Municipal, poderemos vislumbrar um futuro promissor para nossa espacialidade geográfica, como uma cidade mais bem estruturada e preparada para receber novos investimentos na área do seu centro histórico e arquitetônico.

Inicialmente, a fala de Kátia Bogéa esclareceu que o IPHAN é uma instituição que atua no Brasil há 82 anos, pois esse Órgão foi criado em 1937 por Mário de Andrade. Ela destacou que o IPHAN teve oportunidade de acolher os maiores nomes da cultura brasileira como técnicos ou intelectuais da maior respeitabilidade que ajudaram a construir ações extremamente importantes para a nossa história, estando entre eles nomes como os de Josué Montelo, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Manuel Bandeira, entre outros.

Bogéa ressaltou que atualmente o IPHAN trabalha com um recorte de 600 mil imóveis tombados e que em média entrega uma obra restaurada a cada 6 dias, o que é muito significativo para a história do país. Ela destacou que muita gente faz uma confusão entre os títulos concedidos pela UNESCO, em relação ao que é bem material e/ou bem imaterial, por isso, ela lembrou que, quando se trata de cidades e locais tombados, o título concedido é o de “Patrimônio Mundial” – como é o caso de São Luís. Mas quando se trata de manifestações culturais (bens imateriais), a exemplo do “frevo”, o título concedido, neste caso, é o de “Patrimônio Cultural da Humanidade”.

Nesse contexto, o título concedido à capital maranhense, em 1997, foi o de “Patrimônio Mundial” e não o de “Patrimônio Cultural da Humanidade”, como é erroneamente difundido pelos órgãos da estrutura oficial, da imprensa ou por meios de vários textos acadêmicos e crônicas de autores brasileiros. Ela aproveitou a oportunidade e informou que, em dezembro próximo, o Brasil (por meio do IPHAN) vai apresentar à UNESCO a proposta para reconhecer o “Sistema do Bumba Meu Boi maranhense” como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Agindo assim, o conceito principal do IPHAN é o de trabalhar com a transmissão de conhecimento e práticas para as gerações futuras, por isso esse órgão não pode trabalhar com egoísmo, disse Kátia. Ela falou isso, para justificar que as ações desenvolvidas no centro da capital maranhense deveriam ser vistas como gestões colaborativas entre os agentes e instituições locais, portanto, não são ações para beneficiar esta ou aquela corporação, o que eu entendi como sendo uma crítica à ausência do governo do Estado no lançamento das ações de restauração desenvolvidas com a Prefeitura de São Luís.

Entendi, também, que essa ausência do governo maranhense pode estar atrelada a outros interesses no campo político, entre eles o de agregar uma ação que está sendo vista como de grande importância pelos moradores, o qual, no caso é a revitalização do nosso centro histórico e arquitetônico, que está/estava muito degradado. Desse modo, essas ações, aos poucos, vão ganhando novo fôlego revitalizador, dando aos moradores autoestima por ver recuperada a parte mais simbólica da cidade, além disso essa nova roupagem com a recuperação de ruas, praças, monumentos e outros espaços públicos dão à cidade novas releituras, valorizando as ações/investimentos de cada um, em relação a esse bem histórico.

Dentro desse entendimento, alguns críticos percebem que, de maneira indireta, os gestores estaduais esta-

riam cultivando a viabilização da campanha do candidato, que será apoiado pelo Governador Flávio Dino, à Prefeitura de São Luís, que, no caso, neste momento, seria o atual Secretário das Cidades e Desenvolvimento Urbano, Rubens Pereira Júnior. Este ponto de vista, é análise deste autor. Mas, voltando à fala de Kátia Bogéa, vamos a outros pontos por ela ditos: "Não podemos descaracterizar ou não preservar nossos casarões, permitindo que sejam abertos portões para criação de garagens, assim como tirar azulejos, colocar aparelhos de ar condicionado, etc.", quando ela condenou a depredação de prédios por meio de ações dos seus atuais proprietários para transformar casarões em estacionamentos e outras finalidades.

Afirmou a presidente do IPHAN que os prédios tomados da cidade tem posse particular, mas o usufruto é da coletividade, portanto, há leis que regulam as intervenções privadas e o uso desses bens que passaram a ser também da cidade, cabendo a cada morador fazer a defesa desse imóvel, que em rigor pode ser visto como um tesouro e sua consequente salvaguarda para as futuras gerações. Nesse contexto, estão as cidades de São Luís e Alcântara, o Engenho Central, em Pindaré Mirim, entre outros". Na oportunidade ela ressaltou manter boas relações com o Prefeito de São Luís, que tem se mostrado comprometido com a causa defendida pelo órgão que dirige. Diálogo este que não é percebido na esfera estadual.

Disse também a gestora Kátia Bogéa que "O IPHAN tem que ser visto como instrumento de auxílio" a todos as organizações atuantes na defesa do nosso patrimônio arquitetônico e interesses coletivos difusos da sociedade, por isso os gestores públicos e a população precisam compreender esse papel, uma vez que, segundo ela, ainda há muita confusão no meio comunitário, político e acadêmico, pois a gestão das cidades cabe aos Prefeitos. Bogéa ressaltou que "nosso nível educacional é muito ruim e isso reflete na compreensão do que seja patrimônio histórico

e cultural”. Conforme a presidente Kátia Bogéa, “o IPHAN tem o dever de trabalhar de mãos dadas com o sistema educacional”.

A presidente do IPHAN ressaltou que a Cultura é mais importante que a Educação e nem todo cidadão reconhece esse ponto de vista dentro do sistema. Exemplificando ela disse que todo mundo tem conhecimentos culturais, citando, como exemplo, um índio que desenvolve habilidades adquiridas no cotidiano de sua tribo e do que ele abstraiu empiricamente de sua vivência com a natureza, embora, para nós, que tivemos oportunidade de estudar e até nos formar em uma academia, esse cidadão índio pode ser considerado sem conhecimentos educativos, o que é diferente de conhecimentos culturais, os quais estão relacionados com o próprio *modus operandi* da vida, então, todo mundo tem conhecimentos culturais”

Sobre o centro histórico de São Luís, Kátia Bogéa fez questão de afirmar que a construção do Anel Viário na região central da capital maranhense foi providencial para que se preservasse com mais determinação o conjunto de prédios que estão localizados nessa área geográfica, embora muitos em estado de abandono. Mas, ela espera que as políticas públicas que serão implementadas num futuro breve possam colaborar para a mudança desse estado de coisa”. Ela ressaltou ainda que tudo que está sendo feito no momento, no campo de revitalização de nosso centro, ficaria sem sentido se não houvesse sido executado um projeto de mobilidade urbana, que foi desenvolvido na gestão do ex-Prefeito João Castelo – projeto este que custou cerca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na época em que foi executado.

Finalizando sua palestra, a presidente do IPHAN disse que está naquela instituição há 39 anos, tendo um perfil totalmente técnico, assim ela nunca teve (e não tem) filiação partidária, portanto sua ação sempre foi voltada para a preocupação de salvaguardar os nossos bens cul-

turais. Sobre a sua estada na Academia Maranhense de Letras, ela agradeceu o convite, e reafirmou seu grande respeito por aquela Organização, e disse “a AML é um templo que guarda os espíritos de sabedoria do maranhense”, referindo-se aos seus integrantes do passado e do presente. A AML está incluída no planejamento de obras a serem executadas com recursos daquele Instituto de Patrimônio Histórico.

A AML foi fundada a 10 de agosto de 1908, por Antônio Lobo, Alfredo de Assis Castro, Astolfo Marques, Barbosa de Godóis, Corrêa de Araújo, Clodoaldo Freitas, Domingos Barbosa, Fran Paxeco, Godofredo Viana, I. Xavier de Carvalho, Ribeiro do Amaral e Armando Vieira da Silva. Foi considerada de utilidade pública pelo Decreto nº 92, de 19 de novembro de 1918, do governador Urbano Santos da Costa Araújo. Esse ato determinava que o Estado daria à Academia “sede condigna, no edifício a construir-se para a Biblioteca Pública”, e que a Imprensa Oficial lhe editaria a Revista.

São Luís, 29.07.2019.

RECOMEÇAR A ROTINA DEPOIS DAS FÉRIAS

Chegou agosto. O que isso quer dizer para não nos pegarmos em desgosto? Sim, chegou o mês de agosto e deixamos para trás o mês das férias e o ciclo festivo dos santos festeiros. Sim, ficou para trás o mês em que famílias, pais e filhos, puderam estar mais próximos e, aqueles que tiveram sorte, puderam conviver mais intensamente durante o mês número sete do ano, que, em nossa capital, foi realmente diferenciado e carregado de atrações artísticas e culturais, sem falar no novo cenário revitalizado que inclui o trecho entre o complexo da Praça Deodoro ao início da Rua Grande, outrora chamado de caminho real.

Aqui na cidade de São Luís, o mês das férias foi intenso com programação para todos os perfis e tipos humanos, o que trouxe de volta a vida pulsante no centro nevrálgico de nossa cidade, quando famílias inteiras puderam curtir o verdadeiro significado do que seja revitalizar e restaurar um ambiente/cenário de parte da cidade, que há muito precisava de intervenções nesse sentido. Em um dos raros momentos de compartilhamento colaborativo entre os poderes públicos, pudemos testemunhar ações que devolveram a auto estima de ser maranhense, sem necessariamente recorrermos a chavões criados só para garantirmos patentes de capital político como o termo “maranhensidade”.

Nossa gente teve oportunidade, nestes últimos doze meses, de ver ações de revitalização que encheram de orgulho sua patente identitária, entre as quais a devolução da sua Praça Deodoro repaginada, tendo acolhido o seu Panteon de intelectuais; a restauração da Rua Grande, que está totalmente revisitada, por olhares intervencionistas modernizadores de arquitetos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), os quais tiveram a preocupação de estabelecer um diálogo harmonioso com o passado de significados históricos da principal via

do comércio local e a restauração de parte da Praça Pedro II, que fica em frente a Igreja da Sé, devolvendo a escultura da Mãe d'Água, que deu um charme diferenciado àquele espaço público de nossa capital.

Mas as boas notícias promissoras não param por aí, pois já foi anunciado que essas intervenções vão continuar, pois já está assinado o Convênio entre a Prefeitura de São Luís, Companhia Vale e IPHAN para restaurar a Praça João Lisboa, o Largo do Carmo (que, infelizmente, vai manter aquele trambolho do “abrigo” que enfeia o conjunto de casarões coloniais do coração de nossa cidade – pois, esse abrigo deveria ser derrubado) e a construção da Praça das Mercês, em frente ao Convento das Mercês, que terá direito a acolher um memorial alusivo á chegada dos escravos que por ali eram desembarcados quando chegavam em São Luís.

Mas, as férias foram realmente pulsantes, pois foram desenvolvidas atividades quase que diárias no nosso centro histórico com o desenvolvimento de jogos lúdicos para a criançada, “passeios”, “cortejos literários”, “saraus poéticos”, “concertos musicais”, “feirinha aos domingos”, entre outras atividades que somaram-se ao projeto denominado de Férias Culturais, valorizando as relações de moradores, turistas e curiosos por conhecer melhor nossa história e o nosso jeito de se relacionar, tendo como trajeto principal os locais públicos já restaurados e o nosso velho centro histórico e arquitetônico que se viu revigorado com tanta alegria e sorrisos circulando por entre ruas, praças, ladeiras, escadarias e espaços públicos.

Desse modo, o mês foi pulsante sim, não só com as atividades já citadas, mas pela musicalidade dos tambores que emolduraram nossas atrações culturais em cada manifestação folclórica, em cada barraca gastronômica que oferecia aos participantes as delícias dos sabores de nossa terra ou em cada frontispício de casarões que possuem características lusitanas ainda preservadas do nosso pa-

trimônio edificado com o suor de escravos, índios e portugueses que aqui moravam nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, cabendo, pois, aos seus moradores da atualidade a missão de preservá-los, em uma salvaguarda emotiva de cultura e história para as futuras gerações.

Assim, fiquei esperançoso de que, se as notícias divulgadas pela Presidente do IPHAN, Kátia Bogéa, forem totalmente executadas, São Luís vai ganhar muito no futuro próximo, pois o seu centro histórico e arquitetônico, localizado no perímetro do anel viário, sofrerá transformação substancial, incluindo reformas e restaurações fundamentais como a repaginação do Mercado Central (que terá três andares), da antiga Fábrica Progresso (onde funcionou o SIOGE e que hoje está sob a égide da UFMA), apropriação de Casarões para servir de habitação, reordenamento de utilização de espaços públicos, que inclui a própria reurbanização de toda a área central da cidade. Resta-nos (a mim e a você) torcer para que os ocupantes dos poderes constituídos façam também sua parte.

Desse modo, o mês de agosto não será só de desgosto. Pois temos sinalizados boas medidas para o campo da cultura e do turismo, considerando que a pulsação que paira na cidade possa contaminar os gestores desta terra com ações proativas no mais amplo sentido do conceito que essa palavra significa. Ficarei(mos) na torcida para que a retomada da nossa rotina cotidiana, após o período de férias, seja mais venturosa e, assim, o temor, que foi tão inteligentemente poetizado por José Chagas, possa ser visto somente como metáfora, pois segundo a literatura chagueana “a cidade foi possuída pelo tempo, está grávida de seu passado, e dependendo de nós, poderá parir um anjo ou um demônio”.

São Luís, 01.08.2019.

TEMPLOS RELIGIOSOS DE SÃO LUÍS EM SITUAÇÃO DEGRADANTE

Quem é observador facilmente poderá constatar que a maioria das igrejas católicas de São Luís estão em estado de abandono. Isso mesmo, pois a transformação que o mundo sofre atualmente inclui também mudanças nas práticas daqueles que professam a fé. No Brasil do século XVI, XVII, XVIII, XIX e mais da metade do século XX, a igreja católica era toda poderosa e detinha a hegemonia da crença da esmagadora maioria da população brasileira, embora as nossas Leis Constitucionais sempre nos apresentassem como uma nação laica, em se tratando de credos religiosos. Por isso, era comum se vê, lado a lado, nos locais públicos, (como nos gabinetes de despacho), os símbolos da igreja, dos poderes constituídos e da Justiça, como se cada agente estivesse atrelado - um ao lado com outro - no mesmo patamar decisório

Não é por acaso que nas grandes, médias e pequenas cidades do Brasil os templos religiosos são o primeiro cartão postal dessas localidades e, muitas das vezes, são apresentados como o marco zero que iniciou a construção dessas cidades. Então, o agente religioso que mais se beneficiou em território brasileiro foi a igreja católica que era o credo professado pelos nossos colonizadores portugueses e assim esses colonizadores difundiam sua fé na terras que desbravavam, impondo suas práticas, regras e credences, formando cidadãos com uma consciência religiosa congruente com o saber advindo de sua terra matriz.

Em São Luís, a evangelização religiosa não foi diferente da ocorrida na grande maioria das cidades de nosso país e por aqui foram edificadas templos majestosos e ricamente ornamentados, pois havia a inspiração das construções das igrejas levantadas em Portugal. Esse fato é tão contundente que por aqui passou um dos maiores nomes da língua portuguesa (até hoje reconhecido de ma-

neira unânime), o Padre Antonio Vieira, que escreveu vários textos eclesiásticos (quando morou no Convento de Santo Antônio) contidos na coleção de 12 volumes de “Os Sermões”, sua obra prima consagrada em todo o mundo literário.

Ainda sobre a obra de Antonio Vieira, vale ressaltar que parte de suas pregações, como o “sermão aos peixes”, foi escrita em São Luís, Maranhão, em 13 de junho de 1654, no âmbito das lutas que dividiam os jesuítas e os colonos em razão dos índios. Três dias depois, Vieira viajaria sigilosamente para Portugal, buscando negociar com a Coroa uma lei que regulamentasse a liberdade do indígena na colônia. O sermão parte de um conceito presente na Bíblia (em Mateus, 5:13): “Vós sois o sal da terra”. Assim Vieira interpreta a sentença: “Vós” – os pregadores jesuítas; “Sal” – a mensagem cristã; “Terra” – o lugar e os moradores, no caso, a colônia. Dessa forma, o sal da terra seriam os pregadores, que deveriam conservar a nova terra portuguesa com a fé cristã. Em seguida, Vieira procura os germes da corrupção do mundo. Encontra-os nos próprios pregadores, que fracassam ao pregar a doutrina errada e agindo de acordo com interesses particulares, e também nos ouvintes, que não agiriam conforme a doutrina.

Também é fato que a cidade de São Luís já teve um número bem maior de igrejas católicas, pois algumas foram destruídas para dar espaços a intervenções urbanísticas ocorridas na nossa terra, por imposição de necessidades de adequações estruturantes impostas pelas relações de modernidade que se modificavam em ritmo acelerado, como a demolição da Capela das Mercês, que situava-se ao lado do Convento das Mercês e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que era localizada no caminho real (atualmente Rua Grande, esquina com a rua de São Pantaleão, onde hoje se ergue o “Edifício Caiçara”, primeiro arranha céu construído na capital maranhense para servir de moradia em forma de apartamento na cidade).

Confesso que não sou especialista em história, mas a literatura memorialista de nossa terra registra que no conflito que redundou na adesão do Maranhão à independência do Brasil, a cidade de São Luís (à época, a bela capital tradicional do reduto português), foi finalmente bloqueada por mar e ameaçada de bombardeio pela esquadra do Lord Cochrane, sendo obrigada a aderir à Independência, em 28 de julho de 1823. Nesse evento, foram profundamente roubados e sucateados os comerciantes, as famílias mais ricas e as igrejas católicas que detinham muitos bens materiais de uso pessoal e coletivo, sendo levadas suas peças mais significativas e que tinham maior valor material ou simbólico. Assim, as igrejas do local ficaram praticamente despidas de suas indumentárias ricamente trabalhadas em ouro, incluindo os santos (até os classificados como “santos de pau oco”), objetos ++++eclesiásticos e beirais de altares lapidados artisticamente tão bem apreciados no período colonial.

Os anos imperiais que se seguiram foram vingativos com o Maranhão. O abandono e descaso com a rica região levaram a um empobrecimento secular, ainda hoje não rompido. Embora a igreja daquele período, tenha sido uma instituição forte e amplamente legitimada no nosso meio social, foram mantidas em nossa região as práticas e tradições populares de viés religioso e até hoje são percebidas no meio comunitário, a exemplo das festas do Divino Espírito Santo, cultuadas em ordens religiosas e em casas de cultos de origem africana – como os terreiros de Tambor de Mina - com grande repercussão na cidade e regiões adjacentes.

Mas porquê introduzi esta crônica lembrando esses acontecimentos da nossa história? Simplesmente porque percebo que é hora de chamar a atenção da população e gestores dos templos religiosos e gestores públicos de nossa terras (em qualquer esfera: Municipal, Estadual e Federal) de que precisam fazer alguma ação para manter a conservação, revitalização ou restauração das igre-

jas edificadas há muitos anos (algumas delas há séculos), pois esses bens imóveis são símbolos da marca humana que construíram a identidade do povo maranhense.

A igreja católica não mais representa o poder hegemônico de outrora, quando detinha o prestígio e o privilégio de ser os ouvidores e curadores prioritários dos gestores da Província (como era nominados nosso território antes da Proclamação da República) ou mesmo do Estado que aqui se implantou. Hoje, esse reconhecimento ainda atinge parte significativa de nossa população, que professa essa crença religiosa, mas que foi profundamente repartida com a chegada de outras religiões pentecostais (ou não), que são intituladas de evangélicas, como se uma reforma religiosa provocasse o surgimento de novos paradigmas de se consolidar a construção da fé.

Percebo, claramente, que os males viciosos da corrupção que afetaram diversos segmentos das gestões públicas e privadas de nosso país, foram também aos poucos contaminando as esferas de domínio do poder religioso. Contaminação essa exposta com a revelação de atitudes incongruentes de padres e bispos que comandavam suas igrejas em diversos regiões de nossa pátria. O resultado é que, aos poucos, essas práticas condenáveis de agentes religiosos (desvios de recursos financeiros, privilégios, abusos e benfeitorias aos poderosos) realizadas ao longo do tempo, passaram a ser questionadas e até mesmo denunciadas junto aos órgãos que acompanham a aplicação da legislação constitucional vigente, com o objetivo de se saber até onde era possível ter certos comportamentos validados de acordo com o “juízo legal” e o “juízo de valor” dos praticantes religiosos, daqueles que se dizem independentes ou mesmo ateus.

A verdade é que muitos desses templos religiosos, atualmente, na capital maranhense, estão ameaçados de demolição pela ação do tempo, seja por falta de conser-

vação adequada ou mesmo revitalização. Por um lado, a igreja católica (que ainda é detentora de um patrimônio material e imaterial invejável em qualquer cidade brasileira), que quase sempre alega não ter recursos financeiros para a finalidade de manutenção, deixa essa incumbência para os fiéis e o poder público local, por outro lado, há os interesses ocultos de grandes empresários e corporações interessados nesses bens para transformá-los em fontes produtivas que lhes forneçam riquezas de alguma forma com o verniz de legalidade.

Entre esses bens imóveis sob a posse da igreja católica em São Luís, na atualidade, posso enumerar a igreja de Santo Antonio, na qual Padre Antonio Vieira viveu na metade do século XVII, quando escreveu parte de sua famosa obra “Os Sermões”, assim como as igrejas do Desterro, de São João, de Nossa Senhora de Santana, Igreja do Carmo, de São Pantaleão e a própria Igreja da Sé (Nossa Senhora da Vitória) todas localizadas no centro histórico e arquitetônico da capital maranhense, as quais estão com parte de suas estruturas contaminadas pelos cupins, por goteiras, por infiltrações, pela má conservação das instalações hidráulicas e elétricas, entre outros problemas estruturais, sem contar com a danosa ação de vândalos que pixam e depredam propositalmente o patrimônio de cada unidade religiosa citada.

Diante desse quadro de violação de nossos bens históricos de viés religioso, cabe aqui a reivindicação às autoridades para que direcionem seus olhares (com os respectivos valores financeiros) para restaurar e revitalizar esse patrimônio, que também é atrativo para aguçar a curiosidade de praticantes, apreciadores e turistas que visitam a cidade de São Luís. Quer queiram ou não, o povo ainda se reconhece e se vê representado nessa instituição que se chama igreja católica, a qual foi por muitos anos (e séculos) responsável pela formação educativa e religiosa

de dezenas de gerações de nosso povo, portanto, há uma afetividade umbilical, que nos liga a cada valor simbólico, do imaginário popular, edificado nesta terra por esse segmento.

São Luís, 06.08.2019.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRESERVAR PATRI-MONIAL ARQUITETÔNICO DE SÃO LUÍS E A DES-CONFIANÇA MERITORIA

Devo confessar que nos últimos meses fiquei eufórico com o interesse quase desmedido dos nossos gestores públicos das esferas municipal e estadual pela preservação do rico e fabuloso patrimônio histórico e arquitetônico da capital maranhense. Fiz algumas crônicas ressaltando esse fato, sem entrar necessariamente no mérito do objeto analisado, mas destacando alguns aspectos que pudessem servir de reflexão para o cidadão natural desta terra e daqueles que por aqui vivem e circulam, pois a nossa cidade é “Patrimônio Mundial”, título concedido pela UNESCO, em dezembro de 1997.

Primeiramente, devo esclarecer que o termo “interesse desmedido” que está posto no título desta crônica é para ressaltar que as atuais gestões que comandam tanta a capital quanto o Estado do Maranhão sempre tiveram um olhar míope para a questão da salvaguarda do nosso patrimônio arquitetônico, mas, como num passo de mágica, surge o interesse quase incondicional para esse viés. Será porque ambas as gestões já estão no segundo mandato e a municipalidade deverá ter novo gestor no ano de 2020, quando será procederà à escolha dos novos Prefeitos dos Poderes Executivos das cidades brasileiras, e os políticos aliados não querem dar chance para os adversários conseguirem se eleger?

Aqui, em São Luís, estamos vivendo o sétimo ano de uma gestão que está sendo alvo de críticas e mais críticas pelo abandono ao qual a cidade ficou relegada e os melhores momentos dessa gestão aconteceram exatamente naquele ano em que ocorreu a última eleição de Prefeito, quando o governo estadual entrou com unhas e dentes na campanha para conseguir convencer a população e dar a reeleição ao senhor Edvaldo Holanda Jú-

nior, projeto que se tornou vitorioso, mas logo, logo, decepcionante para significativa parcela do seu eleitorado e naturalmente para aqueles que não votaram nessa continuidade. Afinal a cidade está vivendo um caos em vários setores da sociabilidade: Saúde, educação, infraestrutura, segurança, mobilidade, etc.

É fato também que a execução de projeto de restauração, recuperação e revitalização de casarões, logradouros, ruas, praças e bens imóveis por parte do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com a parceria da municipalidade, que entra com uma quantia simbólica de no máximo trinta por cento do valor de cada empreendimento contemplado, mostrou-se bastante eficiente e obteve aprovação quase unânime da maior parcela da população do município. Essa aprovação tem se mostrado uma luz virtuosa a ser seguida pelos gestores em estado de hibernação. Assim, os senhores gestores do Município e do Estado partiram para apresentar uma política de preservação e restauração do centro histórico de São Luís, como se uma varinha de condão fosse tirada da cartola e trouxesse uma receita certa para essa prática de salvaguarda, pela qual os que fizessem mais barulho, ganhariam a torcida dos moradores (e eleitores) que vivem nessa região.

De um lado, está sendo empolgante ver a Prefeitura de São Luís, ao apagar das luzes lançar o Programa “São Luís em Obras”, elencando nas suas metas a restauração e recuperação de todos os logradouros já anunciados pelo IPHAN e com a participação de parcerias privadas como a da Companhia Vale. O estranho em tudo isso é que nenhum equipamento da estrutura da municipalidade está relacionado para ser recuperado, mas bem caberiam num relação a sede da SECULT, Secretaria Municipal de Cultura, localizada na rua Isaac Martins (esquina com a rua do Ribeirão), o Teatro da Cidade (que foi instalado no antigo prédio do Cine Roxy há menos de oito anos e já está fechado por absoluta falta de manutenção), ou mes-

mo o prédio do antigo Banco do Estado, na rua do Egito, e que poderia acolher pelo menos três Secretarias da Estrutura do Município, evitando o pagamento de altos aluguéis para os aliados que ajudaram a eleger e reeleger o atual Prefeito.

Por outro lado, o Governo do Estado do Maranhão a fim de não dar o braço a torcer para o IPHAN e ao seu “namoro institucional” com a Prefeitura de São Luís (pois a sua Presidente, Kátia Bogéa, foi demitida da Superintendência do IPHAN-MA, no governo de Dilma Rousseff, por imposição do Governador Flávio Dino), também lançou seu Programa de revitalização com o nome de “Nosso Centro”, com direito a enorme painel “High Tech” colocado na lateral do Casarão onde funcionou a Secretaria da Fazenda do Estado, hoje destinado para sediar a Casa do Maranhão, frente à rampa Campos Melo, na Praia Grande.

Esse programa do governo estadual promete incentivar a ocupação de vários prédios históricos do poder executivo maranhense (que estão em desuso e sem função administrativa) por meio de adoção. Mais uma vez me preocupa o fato de que o poder executivo comandado pelo Estado do Maranhão, em vez de fazer a ocupação de seus bens imóveis, prefere alugar prédios novos a preços bem camaradas, deixando de recuperar seu próprio patrimônio. É no mínimo estranho, pois se esses bens não são bons para o Estado, será que eles vão ser bons para a iniciativa privada? Pelo menos foi essa a provocação anunciada pelo Secretário das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Estado, Rubens Pereira Júnior. Para alardear ainda mais essa desconfiança, parte dos críticos do governo estadual pergunta: “Quem vai adotar um Casarão no sucateado e abandonado Centro Histórico de São Luís, se até o governo estadual abandonou seus prédios, preferindo alugar imóveis caros na área do Renascença, Calhau e Ponta d’Areia?”

Nesse contexto, coloquei o termo “desconfiança meritória” nesta crônica, a fim de chamar a atenção para o fato de que, como eu, muitos leitores (e eleitores de nossa terra) podem também estar hesitantes, duvidosos, suspeitos e vacilantes em acreditar em tais propósitos, pois as práticas de nossos gestores tem se mostrado muito em baixa quando requeremos a presença de “mérito” ou “merecimento”, que é a qualidade atribuída a uma pessoa cujo ato ou atividade foram reconhecidos como de grande valor (meritório) em favor da coletividade, a partir de um julgamento moral. Ocasionalmente, o reconhecimento público do mérito é demonstrado por meio da concessão de medalhas, condecorações, títulos ou diplomas, para destacar os atos reconhecidos. Será que nossos políticos se enquadram nesse raciocínio?

São Luís, 15.08.2019

O SEGUNDO SEMESTRE INICIANDO NAS UNIVER- SIDADES COM UMA AVALANCHE DE DÚVIDAS

Estamos iniciando o segundo semestre do ano letivo de 2019 no Brasil com uma avalanche de dúvidas provocadas pelas mudanças da nova gestão do país sob a égide do senhor Jair Bolsonaro. Infelizmente, essa é a verdade. A comunidade acadêmica de nosso país e as instituições que compõem a inteligência de nossa nação estão sob ameaça de desmonte, anunciando uma era de trevas e submissão à ignorância, na qual a excelência está se vendo obrigada a deixar de ser caminho para o luminismo no que se refere a procurar uma metodologia de resistência aos conflitos emanando pelas relações sociais, bem como pela intolerância travestida de ideologia de gênero.

Percebemos que essa receita de viés radical, anunciada pelas práticas das correntes de extrema direita que acabam de assumir os destinos do país, está a toda hora testando a inteligência do povo que se preocupou em construir pilares para conquistar autonomia e independência nas suas práticas científicas ao longo do tempo. Enganou-se quem esperou que esta receita de democracia fosse poupar o conhecimento virtuoso produzido no âmbito das instituições de ensino superior, pois esperava-se que o campo do conhecimento acadêmico fosse poupado de perseguições e achismo ideológico, mas, infelizmente, essa metodologia está cada vez mais evidente, e põe em risco a segurança social (ainda em relativa harmonia) e a própria soberania nacional.

As universidades e os demais equipamentos responsáveis pela educação, pela pesquisa e pela extensão, que formulam o tripé norteador da prática das instituições superiores do nosso país, veem-se sob fogo cruzado a partir de uma doutrina reacionária que só olha para o seu próprio umbigo, ignorando o conhecimento e as bandeiras construídas ao longo do tempo para dar o mínimo de

soberania à inteligência brasileira. Com essa visão restritiva e apequenadora da nossa inteligência, são constatadas, quase que diuturnamente, agressões a ícones da nossa inteligência, mundialmente reconhecidos, como por exemplo, Paulo Freire e Ariano Suassuna, que são covardemente desqualificados, como meros esquerdistas que não contribuíram em nada para o debate e a transformação social de nossa terra.

Vemos também ser suprimidas as práticas democráticas construídas pelo conjunto dos atores do campo educacional e científico que atuam no meio acadêmico, como o direito de escolher os próprios dirigentes das suas instituições, não sendo respeitadas as escolhas dos processos eletivos recém desenvolvidos em várias Instituições de Ensino Superior (IES), como se nas nossas Instituições tivessem sido impostas práticas fascistas que direcionam a escolha de seus dirigentes. Na verdade, nossas práticas foram sendo construídas, ao longo dos anos, a partir de regulações debatidas e aprovadas nos diversos fóruns decisórios de cada IES.

Infelizmente, nosso povo elegeu um presidente que não participou de debates e nem expôs seu plano de governo (pois não tinha), mas que foi favorecido por acontecimentos extraordinários, como uma facada (ainda não bem esclarecida) e por forças ocultas dos segmentos mais à direita do país, em nome de livrar a nação de uma corrupção crônica, praticada nos últimos anos, especialmente nas gestões comandadas pelo domínio petista. Todavia, essa prática de mudança também estava contaminada com o mesmo *modus operandi* de ilicitudes, as quais venceram a maioria daqueles que foram votar no último pleito eleitoral, e conseguiram, assim, sair vencedores.

Mesmo admitindo que parte desse cenário catastrófico podia ser considerado relevante para uma contra reforma do modelo político predominante na gestão administrativa do nosso país, que estava e ainda está profun-

damente influenciada pelas práticas de corrupção estimuladas, em grande parte, pelos políticos e demais gestores do primeiro escalão de nosso país, isso não justifica o desmonte dos aparelhos que gerenciam a educação, a pesquisa e a extensão de nossa academia.

Professores, funcionários e estudantes estão perplexos com o que poderá ainda vir, pois em nome de combater viés esquerdista, o gestor principal do país não dá trégua ao bom senso, e, diariamente, estamos sendo vítimas de impropérios com ações e declarações de cunho pessoal, sem que haja um mínimo de respeito ao estado de direito. Fala-se absurdo e acusa-se qualquer um que não concorde com o seu modo de ver e perceber o mundo real, com retórica fascistoide, pela qual só o direcionamento ideológico da obscuridade fosse digno de ser validado, não se dando a possibilidade de contrapor essa prática e orientação extremista. Estamos entrando em um buraco negro, sem possibilidade de ver claridade ao fim do mesmo.

O início deste semestre traz consigo o debate sobre o programa Future-se, proposto pelo Ministério da Educação. Pretende-se debater os impactos desse programa na carreira e no trabalho docente, o qual acontecerá na terça-feira, 27 de agosto, às 17h, no Auditório Central da UFMA (prédio da Reitoria), no Campus do Bacanga, em São Luís. O objetivo do evento é trazer elementos para que a comunidade universitária tome conhecimento mais a fundo sobre esse programa do Ministério da Educação para Universidades e Institutos Federais, pois o mesmo deverá implicar numa mudança de concepção destas instituições, com impactos sobre o modelo público de Educação, a gestão destas entidades, a autonomia universitária prevista na Constituição Federal, entre outras consequências.

Só para se ter uma ideia, o programa Future-se institui o financiamento privado na Educação Pública, que

segundo a Constituição, é direito de todos e dever do Estado. Nesse caso, seria criado, com recursos destinados à Educação, um fundo negociado em bolsas de valores, impondo ao setor os riscos do mercado financeiro. Na gestão das IES pretende-se impor às administrações a ingerência de organizações sociais que são entidades de direito privado cumprindo uma função essencialmente estatal.

Diante desse contexto, resta-nos torcer para que as inteligências de nossa academia possam nos apresentar caminhos férteis e luminosos para que possamos aspirar dias melhores e mais fecundos. O povo tem o direito de se equivocar momentaneamente, mas esse mesmo povo tem o direito de rever seus posicionamentos e banir a obscuridade de seu comando. Ainda há tempo e podemos remediar esse quadro de infortúnio. Só torcemos para que esse iluminismo não demore a chegar, pois toda tortura tem limites, que podem se transformar em avalanches sociais, que mudam o modo de ver do povo em multidão.

São Luís, 22.08.2019

SÃO LUÍS: NOSSA CAPITAL CHEGA A 407 ANOS EM MEIO A QUIMERAS E TEMORES

Estamos às vésperas de comemorar 407 aniversários de nossa capital, São Luís, segundo a documentação oficial sustentada pela história, muitas vezes contestada e muitas vezes reafirmada. Dizem que São Luís foi fundada por franceses, em 1612, que aqui ficaram aproximadamente três anos, o que, evidentemente, não daria tempo para edificar uma pequena vila, mas mesmo assim foram estabelecidos os alicerces de um povoamento que foi cobijado por outros povos, entre os quais, o português e o holandês, cabendo aos lusitanos a verdadeira ocupação e colonização dessa região, uma vez que os holandeses quando aqui chegaram, por volta de 1641, também passaram pouco mais de três anos e da mesma forma que ocorreu com os franceses foram expulsos pelos portugueses.

Nosso texto não está preocupado em desvendar essa história, mas de constatar que algumas ações desenvolvidas, no presente momento, precisam fazer a gente que aqui vive, perceber que tem muito a fazer, como preservar e resgatar a salvaguarda do próprio imaginário popular que nos tornou identidade, enquanto povo constituinte da nação brasileira. Agora, em 2019, a gente ludovicense e o povo maranhense, em geral, vivem tempos difíceis, mas agarrados em esperanças por dias melhores, por serem de uma terra que se diz abençoada por Deus.

Mesmo vivendo, no momento, em um tempo muito difícil de se conseguir trabalho, emprego ou renda para que se tenha uma subsistência digna, o povo deste torrão ainda sorri e pulsa com as vicissitudes impostas pela vida e pelos homens que planejam o nosso futuro. O fator de maior identificação que nos une e nos torna um povo especial, é a nossa identidade cultural, como pensou Horgart, que reconheceu que as práticas do dia a dia, os modos de relacionamento do povo e as suas manifestações culturais

são quem definem as características de nossa sociabilidade como fatores “imponderáveis da vida autêntica”.

De fato, o povo ludovicense oferece à gente brasileira um cenário único e traz consigo uma diversidade invejável de características regionais em todos os ramos de atuação fomentando positivamente a cadeia produtiva da cultura, do turismo e da história. Desse modo, talvez seja por isso que nesse período de pré-comemorações festivas do aniversário de São Luís, podemos interagir com atrações culturais diversas que vão desde cortejos e passeios histórico-culturais pelo centro da capital, com saraus poéticos ou musicais, performances de artistas circenses ou da área de artes plásticas, bem como ao festival gastronômico no mercado Casa das Tulhas, mostrando a rica variedade de possibilidades ao povo que aqui vive (e nos visita) para saborear os produtos regionais; sem falar nas dezenas de barracas que oferecem todo tipo de degustação e produtos artesanais com a alma da praxis maranhense.

Nossa terra está em festas, sim, mas pela persistência de sua gente e, considerando algumas iniciativas de parte dos nossos gestores públicos, a cidade está apreensiva, pois se de um lado, há ações e projetos que visam verdadeiramente a revitalização de nosso bem cultural de maior relevância - como nosso acervo arquitetônico - que lhe deu o título de “Patrimônio Mundial” (concedido pela UNESCO), por outro lado, há ações de gestores públicos aproveitadores, que visam sobretudo a busca de visibilidade para manter-se no jogo do poder, decidindo o destino da cidade. Nesse ponto de vista, podemos, então, ficar com a pulga atrás da orelha para saber até onde está a sinceridade de parte dessas lideranças, que, cabe a cada morador de São Luís, identificar.

É bem verdade, que, enquanto houver personagens atuantes no meio social, haverá gestores com boas intenções e aqueles que só querem tirar proveito de situações que lhes favoreçam política e socialmente, para a

manutenção de um status quo, que, no meu entendimento, essa condição está relacionada ao estado dos fatos, das situações e das coisas, independente do momento, portanto, esse termo é geralmente acompanhado por outras palavras como manter, defender, mudar e etc. Enfim, status quo, como dito, consiste no posicionamento ou condição das coisas, e não necessariamente significa que sejam situações negativas ou ruins. É interpretado como um termo neutro, que pode ter qualquer sentido, seja ele positivo ou negativo.

Nessa conjuntura, podemos afirmar que é aí que reside o nosso conflito existencial mais crucial, que nos leva a perguntar se devemos ou não devemos promover a mudança política. Devemos ou não devemos promover a alternância de poder dos gestores que nos comandam? Devemos ou não devemos implementar políticas públicas que quebrem os paradigmas de relacionamentos de nossa gente? Devemos ou não devemos incentivar rupturas no nosso status quo? Diante dessas e de outras interrogações ficam os grandes questionamentos que nos movem para um ou para outro direcionamento e nem sempre o nosso alvo é acertado plenamente.

Em geral, queremos uma sociedade menos conflituosa e menos injusta. Brigamos por comportamentos pessoais e coletivos éticos e equânimes, sem privilegiados e sem arrogâncias, mas as escolhas de cada um de nós são sempre multifacetadas, com infinitas possibilidades de entendimentos e compreensões, por isso, chegar ao mundo ideal é uma tarefa extremamente complexa e improvável, assim, como há muito questionou o mais conhecido dos escritores inglês, William Shakespeare, vamos conviver no eterno dilema de “ser ou não ser, eis a questão”.

Nesse dilema existencial de ser ou não ser, São Luís parte para comemorar seus 407 aniversários, enquanto de um lado, o povo mais pobre clama e reclama por ações inovadoras e sustentáveis dos seus líderes, su-

plicando que lhes deem melhor qualidade de vida (com serviços de qualidade e que tenham durabilidade), do outro lado, vemos parcela desse povo eufórico, por chegar a data comemorativa desse mesmo aniversário, e, nela, agregar outros valores, já previamente definidos no meio comunitário, como por exemplo, festejar o “dia do regueiro” ou “dia do Tambor de Crioula” (Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, concedido pelo IPHAN), assim como uma série de ações desenvolvidas nesse período.

Em síntese, a população de São Luís está em festa como se a vida fosse um mar de rosas, cercada por quimeras poéticas, que fazem parte dos seus habitantes sonhar com dias melhores, o que é muito coerente com o status quo da diversidade cultural do povo ludovicense, mas que são perturbadas pelos temores de nuvens e ações mal as-sombradas fecundadas nas gavetas mais fundas de parte de cada família que se contrapõe às verdades absolutas apregoadas pelos dirigentes que se acham caciques, intocáveis e velhas raposas da política local.

São Luís, 30.08.2019

REFERÊNCIAS

- Araújo, E. (2001). Não deixe o samba morrer: um estudo histórico e etnográfico sobre o carnaval de São Luís e a escola Favela do Samba. São Luís: UFMA.
- _____ (2012). Carnaval do meio-norte brasileiro: a nova dinâmica da festa e a retração das escolas de samba em São Luís, Belém e Teresina. *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, 9(1).
- _____ (2014). Carnaval Furação: escolas de samba, blocos e carnaval de rua na São Luís contemporânea. No prelo.
- Beltrão, L. (1976). *Jornalismo Interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina.
- _____ (1980). *Jornalismo opinativo (1980)*, Porto Alegre: Sulina.
- _____ (1980). *Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados (1980)*, Porto Alegre: Sulina.
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- _____ (1992). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Canclini, N. G. (1983). *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1998). *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp.
- Diário Oficial da União (2019). edição de 19.07.2019.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Guia de Turismo e Viagem de São Luís do Maranhão
- Hall, S. (1992). *A Identidade cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora
- Hobsbawn, E & Ranger T. (1997). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra.
- Maihy, J. C. S. B. (2007). *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto.

Moreira Neto, E. B. (1990). O Cinema dos anos 70 no Maranhão. São Luís: DAC/PREXAE/UFMA.

_____ (2011). O poder simbólico das radiolas de reggae na cultura maranhense, Dissertação (Mestrado em Comunicação). UFF, UFMA, UNIVIMA, São Luís.

_____ (2013). Quando a purpurina não reluz. São Luís: Gráfica Minerva/Instituto Guarnicê, 234p. il. 20,5 x 22 cm. ISBN: 978-85-67348-00-1

_____ (2016). Provocações do cotidiano. São Luís: EDUFMA. ISBN 978-85-7862-566-5

_____ (2016). Ajuntamento de memórias. São Luís: EDUFMA. ISBN 78-85-7862-561-0

Padilha, A. F. (2014). A Construção Ilusória da Realidade, Ressignificação e Recontextualização do Bumba Meu Boi do Maranhão a partir da música. Tese de Doutorado. Universidade de Aveiro. PT.

Ricouer. P. (2007). A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Unicamp,

Storey, J. (1997). An introduction to cultural theory and popular culture.

SITES/BLOGS

joeljasintho.blogspot.com

Blog do Márcio Santos www.jornalistamarciosantos.wordpress.com

<https://www.dicio.com.br/interacao>

<https://www.meusdicionarios.com.br/cronica>

brasilescola.uol.com.br

<https://www.bahia.ws/category/nordeste-brasil/maranhao-guia-turismo-viagem/>

<https://imirante.com.br>

<https://jornalpequeno.com.br>

<https://oimparcial.com.br>

